

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Elane de Azevedo Pires

**A PARTICIPAÇÃO SEGUNDO AS FAMÍLIAS CANDIDATAS A UM
PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Manaus
2015

Elane de Azevedo Pires

**A PARTICIPAÇÃO SEGUNDO AS FAMÍLIAS CANDIDATAS A UM
PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientador:
Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

MANAUS
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Pires, Elane de Azevedo.

P667p A participação segundo as famílias candidatas a um programa de habitação de interesse social / Elane de Azevedo Pires. 2015 102 f.: 31 cm. Orientador: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare .Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.1. Psicologia comunitária. 2. Habitação de interesse social. 3. Participação. 4. Trabalho social. I. Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

FOLHA DE APROVAÇÃO

Elane de Azevedo Pires

A participação segundo as famílias candidatas a um programa de habitação de interesse social

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilár Calegare

UFAM (Orientador)

Assinatura: _____

Prof. Dr. Geraldo Alves de Souza

UFAM / PPG-Geografia (Membro titular externo)

Assinatura: _____

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva

UFAM / PPG-Psicologia (Membro titular interno)

Assinatura: _____

Profa. Dra. Lídia Rochedo Ferraz

UFAM / Fapsi (Membro suplente externo)

Assinatura: _____

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi

UFAM / PPG-Psicologia (Membro suplente interno)

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade de ingressar no mestrado, por ter me guiado até o final desse trabalho, e pela força em momentos difíceis.

Ao meu marido, Ivan Riksney pela cooperação e compreensão em momentos em que não pude lhe prestar atenção.

Ao meu orientador Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, pelos ensinamentos, dedicação e esforço concedido a este trabalho.

Ao Professor Dr. Geraldo Alves, por ter aceitado o convite pra compor a banca de examinadores e por ter colaborado com importantes colocações sobre o meu trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Psicologia que contribuíram para a compreensão dessa área de conhecimento.

A minha amiga, Mariana Hatta, por todos os conselhos e palavras de encorajamento em momentos turbulentos.

Aos meus colegas, Júlio e Felipe pelo companheirismo e sugestões quando estávamos em orientação no LABINS.

Aos meus companheiros de movimento e luta do bairro Colônia Antônio Aleixo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM pela concessão de bolsa de estudos.

À Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de realização do mestrado.

Cabe ao trabalhador social em comunidade o desencadeamento de um processo que implique o descobrimento da realidade, o desmascaramento ideológico do discursos, das propostas e das muitas práticas que, longe da participação induzem a população a maior subserviência e aceitação da sua condição de explorado.

Maria Luiza de Souza

RESUMO

A política de habitação de interesse social preconiza que a moradia digna não deve se restringir somente à construção da casa física, mas deve incorporar o trabalho social com as famílias em vulnerabilidade social, com o objetivo de incentivar a participação e a organização autônoma das famílias. No entanto, o que se tem observado na execução de alguns programas é a tentativa de exercer controle sobre as famílias, sem envolvê-las ou levar em conta suas opiniões. Nesse sentido, a Psicologia Comunitária apresenta contribuição relevante sobre os processos de participação e pode contribuir para incentivar e fortalecer a participação das famílias no trabalho social, considerando as opiniões dos candidatos em todas as etapas de implementação do programa. Atualmente, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) está sendo implementado na Colônia Antônio Aleixo, com objetivo de beneficiar com moradia digna as famílias que residem em assentamentos precários. Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar o entendimento sobre participação das famílias moradores da comunidade da fé I, candidatas a beneficiárias do PMCMV. E como objetivos específicos: a) realizar descrição da Colônia Antônio Aleixo; b) levantar o perfil socioeconômico das famílias da comunidade da Fé I candidatas ao programa e selecionadas para a pesquisa; c) investigar o entendimento de participação dessas famílias selecionadas. Adotamos a pesquisa qualitativa, tendo como participantes 12 famílias, com a utilização dos seguintes instrumentos e técnicas: formulários socioeconômicos com perguntas fechadas; entrevista semiestruturada; observação assistemática com registro em diário de campo; visitas domiciliares; pesquisa documental. Para a análise dos dados quantitativos utilizou-se estatística descritiva, enquanto que para as entrevistas e diários de campo utilizou-se análise de conteúdo segundo Bardin (2011). A partir dos resultados obtidos, podemos inferir que apesar do estigma social dos ex-hansenianos, a Colônia Antônio Aleixo é um bairro com infraestrutura razoável, mas com várias áreas de risco, e que possui várias instituições fortes e lideranças que lutam constantemente pelos direitos dos moradores. Dos entrevistados da pesquisa, estes são caracterizados por serem famílias em situação de vulnerabilidade social, pois não possuem qualificação educacional e não dispõem de recursos básicos suficientes para a sobrevivência de suas famílias. Da participação, os candidatos não sabem defini-la e pouco participam das lutas da comunidade. A única forma de participação expressa foi por meio de reuniões, mas ao comparecerem em alguma não falam suas opiniões. Poucos estão envolvidos com alguma instituição comunitária e há compreensão de que a participação deve estar condicionada a algum benefício direto. Contraditoriamente, a maioria auto-avalia que seu grau de participação é bom e acredita que as comunidades têm poder para resolver problemas sociais quando unida. Em suma, há forte desinteresse e ausência de participação comunitária por essas famílias candidatas ao PMCMV, apesar das muitas instituições de luta pelas causas comunitárias. Concluímos que é necessário consolidar uma cultura de participação efetiva das famílias em programas de habitação de interesse social e, por outro lado, é preciso que os trabalhadores sociais capacitem as famílias para tal finalidade, podendo para isso utilizar os referenciais da Psicologia Comunitária.

Palavras-Chaves: Trabalho Social; Habitação de interesse social; Psicologia comunitária; Participação

ABSTRACT

The habitation politics of social interest states that the worth habitation cannot be restricted only to the building of the houses itself but must embody the social work with the socially vulnerable families, with the objective of motivating the participation and the autonomic organization of the families. However, what has been observed in the accomplishment of some programs is the attempt of exerting control over the families, without involving them or considering their opinions. In this sense the communitarian psychology presents a relevant contribution about the participation processes and can contribute to motivate and to strengthen the participation of the families in the social work, considering the opinion of the candidates in all the steps of implementation of the program. Nowadays, the program Minha Casa Minha Vida (PMCMV) is being implemented in Colonia Antonio Aleixo, with the objective of benefiting with worth habitation the families that live in precarious settings. This research had as a general objective to investigate the understanding about the participation of the families that live in da Fe I community, candidates to be benefited to PMCMV. And as specific objectives: a) to make the description of Colonia Antonio Aleixo; b) register the social economic profile of da fe I community families candidates to the program and selected to the research; c) to investigate the understanding of the participation of these selected families. We adopted a qualitative research, having 12 families as participantes and with the use of the following instruments and technics: social economic forms with closed questions; semi structured interviews; non sistematic observation with registration in field diary; domiciliary visits; documantal research. For the analysis of the quantitative datas was used descriptive statistics, and for the interviews and field diary was used content analysis according to Bardin (2011).). From the obtained results, we can infer that despite the social stigma, the Colonia Antonio Aleixo is a neighborhood with a good fisical structure, and has strong leaderships that strive constantly for the dwellers' rights. Concerning the interviewees of the reseach, they are specified for being families in situation of social vulnerability, since they don't have an educational qualification and don't dispose of sufficient basic resource for the survival of their families. From the participation, the candidates don't know how to difine it and hardly participate of the community struggle. The only form of expressed participation was through meetings, but when they attend to some meetings they don't express their opinions. A few of them are involved in some communitarian institutions and it's known that this participation must be conditioned to some direct benefits. Contradictorily, the majority self avaluate that the degree of participation is good and believe that the community has the potential to solve social problems when united. In this way there is a strong disinterest and absense of communitarian participation by theses PMCMV candidate families despite the many institutions that struggle for the communitarian cause. We conclude that a culture of effective participation of the families in social interest programs of habitation needs to be concolidated, on the other hand, it's necessary that the social workers enable the families to such an end, being able to use the community psychology references for this.

Keywords: social work; habitation of social interest; community psychology; participation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Organograma da política nacional de habitação	37
Figura 2 - Localização da Colônia Antônio Aleixo no município de Manaus	55
Figura 3 - Comunidades da C.AA	56
Figura 4-Residências na Colônia Antônio Aleixo	62
Figura 5-Áreas de risco na C.A.A	63
Figura 6 - Terreno com declive	64
Figura 7-Casa de madeira	74
Figura 8-Casa de alvenaria	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Idade e gênero	65
Gráfico 2- Cidade de origem	66
Gráfico 3- Escolaridade	67
Gráfico 4- Trabalho e renda.....	68
Gráfico 5- Composição familiar	69
Gráfico 6- Tempo de moradia na casa.....	70
Gráfico 7- Tipo de casa	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Déficit habitacional total no Brasil.....	46
Tabela 2 - Déficit habitacional por componente	47
Tabela 3- Domicílios vagos	48
Tabela 4- Entidades na C.A.A.	61

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS	8
SUMÁRIO	9
INTRODUÇÃO	11
Metodologia	14
Descrição do local de pesquisa	17
CAPÍTULO I – PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO	19
1.1. Introdução	19
1.2. Psicologia Comunitária: breve histórico e definições	20
1.3. Conceitos de comunidade	23
1.4. Participação e desenvolvimento comunitário	25
1.5. O que leva as pessoas a participarem?	28
1.6. Conclusão	31
CAPÍTULO II – A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	33
2.1. Introdução	33
2.2. Histórico da habitação de interesse social no Brasil	34
2.3. O trabalho social em habitação de interesse social	40
2.4. Habitação e a questão social	41
2.5. A questão social da habitação em Manaus	48
2.6. Conclusão	51
CAPÍTULO III – A COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO E A PARTICIPAÇÃO SEGUNDO OS MORADORES DA COMUNIDADE DA FÉ I SELECIONADOS PARA O PMCMV	53
3.1. Introdução	53
3.2. A Colônia Antônio Aleixo	54
3.2.1. Demografia	56
3.2.2. Infraestrutura	56
3.2.3. Serviços de Saúde	57
3.2.4. Lazer	57
3.2.5. Trabalho e renda	57
3.2.6. Serviços de água	58
3.2.7. Transporte público	58
3.2.8. Segurança	59
3.2.9. Serviços sociais e o terceiro setor	59
3.2.10. Habitação	61
3.3. Perfil dos participantes da pesquisa	64
3.3.1. Perfil socioeconômico	64
3.3.1.1. Idade, gênero e estado civil	64
3.3.1.2. Cidade de origem	65
3.3.1.3. Escolaridade	66
3.3.1.4. Trabalho e renda	67
3.3.1.5. Composição familiar	68
3.3.2. Características da habitação dos entrevistados	69
3.3.2.1. Tempo de moradia	70

3.3.2.2. Motivos de ir morar na Colônia Antônio Aleixo.....	70
3.3.2.3. Condições físicas das casas	74
3.3.2.4. Significado da casa para os participantes	75
3.3.2.5. Apego à comunidade	77
3.3.2.6. Infraestrutura entorno das casas	79
3.4. A participação comunitária das famílias inseridas no PMCMV	80
3.4.1. Entendimento de participação	80
3.4.2. Formas conhecidas de participação	82
3.4.3. Participação em alguma entidade	82
3.4.4. Auto avaliação do nível de participação.....	86
3.4.5. Crença no poder da comunidade para resolver problemas sociais	88
3.5. Conclusão	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	93
ANEXO I.....	97
ANEXO II	98
ANEXO III.....	100
ANEXO IV.....	101
ANEXO V	102

INTRODUÇÃO

Há vários autores que desenvolveram estudos sobre habitação e todos eles contribuíram para revelar que o Brasil é um país com graves problemas na área habitacional (AZEVEDO, 1996; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 2013; MARICATO, 1997; OLIVEIRA, 2007). Segundo Maricato (2001), em países desenvolvidos como o Canadá, 30% da população necessita de subsídios para resolver seus problemas de moradia, enquanto no Brasil essa estatística chega até 70%. Neste último, mais de um milhão de famílias residem em assentamentos precários sem as mínimas condições de moradia. Diante desse caos revelado pelas pesquisas e as inúmeras reivindicações dos movimentos populares, o atual governo criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na tentativa de amenizar essa questão social.

As pesquisas também revelam que parte das famílias moradoras de assentamentos precários estão em situação de vulnerabilidade social, que pode ser entendida como um “estado onde se inventariam as formas em termos de falta de ganhos, de alojamento, de cuidado, de instrução, falta de poder ou de atenção” (CASTEL, 1998, p.23). Os estudos sobre o levantamento do perfil socioeconômico das famílias brasileiras, que necessitam da casa própria, foi essencial para que o trabalho social se tornasse obrigatório em programas de habitação de interesse social. O objetivo do trabalho social deve ser a melhoria da qualidade de vida das famílias, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia digna, os serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma das famílias. No entanto, percebe-se um problema frequente no trabalho social, os trabalhadores sociais na fase de implementação do projeto local se fecham em suas entidades ou instituições e decidem o que será melhor para as famílias, sem consultá-las. Algumas vezes, impondo atividades ou obrigações para as mesmas, não considerando a história, os modos de vida, o saber e a cultura das famílias.

A Associação dos Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo (AMACCAA) foi habilitada no ano de 2014, através do Ministério das Cidades, para executar o programa no bairro. Atualmente, a entidade encontra-se na fase de implementação do PMCMV, com o objetivo de contemplar pessoas que residem em áreas de risco. Segundo os dados da defesa civil do Amazonas há cinco mil famílias distribuídas nas sete comunidades do bairro residindo em área de risco.

Conforme as recomendações do Ministério das Cidades (2010a) o plano de trabalho do programa deve ser delineado em três etapas com duração três anos no total. A primeira etapa é

a de **pré-obras**, na qual devem ser realizadas as seguintes ações:

1. Aquisição do terreno para construção das casas;
2. Cadastro e seleção das famílias;
3. Informações sobre o programa e critérios de participação, reuniões para discussão e aprovação do projeto físico e equipamentos comunitários;
4. Eleição da CAO (Comissão de Acompanhamento de Obras) e da CRE (Comissão de Representantes);
5. Informações e acompanhamento sobre oferta e localização de serviços públicos essenciais de educação, saúde, lazer, segurança pública e assistência social ;

Essa etapa também é conhecida como **fase de implementação**, na qual os trabalhadores sociais se preocupam em preparar a entidade, as lideranças envolvidas e a população interessada para a realização das atividades que serão executadas.

A segunda etapa é classificada **durante as obras** e devem ser realizadas as seguintes ações:

1. Organização Comunitária;
2. Educação Ambiental;
3. Educação Patrimonial;
4. Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar;
5. Geração de Trabalho e Renda.

Essa etapa denominada implantação é a operacionalização das atividades nos tempos determinados, conforme previsto no planejamento com as famílias;

A última etapa é denominada **pós-obras**, ações que devem ser executadas são as seguintes:

1. Consolidação dos processos implementados nas etapas anteriores;
2. Encerramento das atividades da CAO e CRE;
3. Fortalecimento das organizações representativas implantadas;
4. Avaliação dos processos implantados
5. Informações sobre a satisfação dos beneficiário.

A execução considerada a etapa pós-obras é o momento em que se operacionaliza efetivamente o que foi planejado anteriormente, sendo o início de funcionamento do empreendimento, isto é, o momento em que os beneficiários passam a morar no novo lar (BAPTISTA, 2000).

A implementação no PMCMV é o momento em que serão selecionadas as famílias que

poderão ser beneficiárias e, junto com elas, compartilhar e discutir os futuro do empreendimento físico. Mas, não ocorrendo a participação efetiva das famílias na implementação, a execução do programa poderá gerar distorções irreparáveis que levarão à insatisfação dos beneficiários e à futura evasão ou venda dos imóveis. Ao contrário disso, se os trabalhadores sociais conseguirem promover de fato a participação efetiva, o fortalecimento, a autonomia e o protagonismo das famílias, estarão próximos de construir um novo ambiente (casa) que conserve o modo de viver das pessoas. E ao fazer isso, estarão respeitando a cultura, os hábitos, as formas de trabalho, as relações estabelecidas pelas famílias . Essa ideia se contrapõe à tentativa de exercer controle, correção de distorções ou possíveis irregularidades que não devem ser levadas para a nova casa.

Diante desse cenário, algumas questões passaram a nos inquietar: o que é habitação de interesse social? O que é participação? O que as famílias candidatas ao PMCMV na Colônia Antônio Aleixo, entendem por participação? Como a Psicologia Comunitária pode contribuir para o trabalho social e para ampliar a participação das famílias? Respondendo a algumas dessas questões, esperamos propor uma nova perspectiva para intervenção com as famílias candidatas, organizadas em comunidade, com a finalidade de incentivá-las a serem as principais protagonistas do programa.

Em linhas gerais, a Psicologia Comunitária apresenta uma contribuição relevante de fortalecimento da participação social, a melhoria da qualidade de vida, os potenciais comunitários e o exercício da cidadania. Ximenes e Góis (2010) afirmam que a participação das famílias nas decisões e soluções dos problemas comunitários proporciona o aumento da autonomia do sujeito, bem como o fortalecimento da suas identidades. Freitas (2010) aponta a importância da compreensão sobre o que acontece no dia-a-dia das pessoas que vivem nas comunidades, os significados que atribuem à vida e as relações que estabelecem uns com os outros. Esses significados sobre as relações e o modo de vida devem ser identificados e compreendidos em seu contexto social.

Para melhor sistematizar nossa pesquisa, propomos como objetivo geral investigar o entendimento a respeito de participação das famílias moradoras da comunidade da fé I, candidatas a beneficiárias do PMCMV na Colônia Antônio Aleixo. E como objetivos específicos: a) realizar descrição da Colônia Antônio Aleixo; b) levantar o perfil socioeconômico das famílias da comunidade da Fé I candidatas ao programa e selecionadas para a pesquisa; c) investigar o entendimento de participação dessas famílias selecionadas.

A Psicologia Comunitária é uma área do conhecimento que permite pensar e repensar a prática social e comunitária, longe dos modos assistencialistas, o qual não contribui em nada

para transformação do sujeito, mas o torna dependente de um sistema alienante.

Até o momento do término da pesquisa, a AMACCAA ainda estava na fase de implementação, realizando a aquisição do terreno e a seleção das famílias. Por isso, foi possível acompanhar a seleção de algumas das famílias na comunidade da Fé I, conhecer as mesmas e aplicar o formulário de coleta de dados com o objetivo de investigar o que essas famílias entendem por participação. Como a entidade ainda não finalizou a seleção de todas as famílias, isso impossibilitou que as ferramentas de participação inicialmente pensadas, segundo as propostas da Psicologia Comunitária, fossem aplicadas. Desse modo, nos restringimos neste trabalho a investigar o entendimento a respeito de participação, sem poder produzir intervenções que estimulassem a mesma.

Metodologia

A metodologia adotada foi a qualitativa, que de acordo com Minayo (2010, p.57) “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões produzidas das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”. Utilizamos a abordagem multimétodos, que pode ser entendida como a utilização de mais de um método para estudar o mesmo objeto de pesquisa. Os instrumentos e técnicas foram escolhidos para atender os objetivos específicos, conforme descrito a seguir:

- 1) Observação assistemática, “denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas” (LAKATOS, MARCONI, 2000, p.192). As observações foram feitas durante as andanças pela comunidade, reuniões ou visitas domiciliares e foram registradas no diário de campo, instrumento que acompanhou todo o trabalho de pesquisa, desde as primeiras observações às entrevistas coletivas ou individuais.
- 2) Entrevista semiestruturada, com algumas perguntas previamente definidas abordando aspectos relativos à participação na comunidade. De acordo com Minayo (2008), as entrevistas semiestruturadas são uma combinação de perguntas onde o entrevistado discorre livremente a respeito do assunto em pauta na pesquisa.
- 3) Formulário com perguntas fechadas, que foram previamente definidas com objetivo de levantar o perfil socioeconômico das famílias.
- 4) Visitas domiciliares, realizadas nas residências das famílias entrevistadas que também teve como intuito observar seus modos de vida.

5) Reuniões comunitárias, em que a pesquisadora acompanhou algumas delas, referente às decisões que deveriam ser tomadas no projeto.

6) Pesquisa documental, que consistiu no levantamento do material para utilização de dados secundários da defesa civil do Amazonas sobre as áreas de risco no Complexo Colônia Antônio Aleixo. Para Carvalho (1998, p.50) “é uma atividade de localização e consulta de fontes diversas de informações escritas, para coletar dados gerais e específicos a respeito de determinado tema”.

Para a análise dos dados quantitativos, a estratégia utilizada foi a estatística descritiva, na qual se apresentam as frequências obtidas, que revelam as informações a respeito das famílias participantes do programa. Para análise dos formulários e as observações descritas no diário de campo, foi utilizado o método de análise de conteúdo, que Bardin (2011, p.42) conceitua-a como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que buscam obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção”.

Para este estudo, optou-se por selecionar as famílias moradoras da comunidade da Fé I, devido a mesma concentrar o maior assentamento precário em termos de espaço físico na Colônia Antônio Aleixo. Nesse sentido, a amostra foi definida da seguinte forma: foram cadastradas 200 famílias moradoras de assentamentos precários para participar do PMCMV. Dentre essas famílias, 20 residem na comunidade da Fé I e 12 famílias foram convidadas para participar da pesquisa, de forma não probabilística e intencional seguindo os critérios de inclusão e exclusão. Foram estes: a) Critérios de inclusão: disponibilidade para participar da pesquisa; ser família de baixa renda, conforme critérios do Governo Federal para inserção no cadastro único; famílias residentes em assentamentos precários, especificamente, em áreas de risco; famílias residentes no mínimo cinco anos no Complexo Colônia Antônio Aleixo na comunidade da Fé I. b) Critérios de exclusão: não atender os requisitos de família de baixa renda; famílias não moradoras de assentamentos precários; mudança de residência durante o período de pesquisa; desistir de participar da pesquisa e do programa; não frequência dos participantes nas reuniões; famílias que não residem há cinco anos no Complexo Antônio Aleixo na comunidade da Fé I.

Vale ressaltar que os entrevistados foram, especificamente, as famílias que residem em casas que estão sujeitas a desabamentos por estarem assentadas em barranco, pois há casas no local que não encontram-se nessa situação e que podem ser caracterizadas como domicílios

precários ou inadequado com ausência de infraestrutura. A limitação da amostra também justifica-se devido à comunidade ser considerada área vermelha (isto é, local bastante perigoso), tendo forte presença de tráfico de drogas e violência, o que dificultou muito o trânsito e permanência da pesquisadora no campo de pesquisa e acesso às casas. Por não ter como circular tranquilamente pelas redondezas, optou-se por fazer essa restrição numérica da amostra.

Foram realizados os seguintes procedimentos: identificou-se através da observação direta no Complexo Colônia Antônio Aleixo que há um grande número de moradias denominadas assentamentos precários. Dessa forma, a pesquisadora procurou a Associação dos Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo e propôs a pesquisa. A defesa civil do Amazonas disponibilizou para a entidade os dados referentes as quantidades de famílias que moram em área de risco no bairro. Após a identificação desses domicílios em algumas comunidades, foi realizada uma visita técnica nessas residências, com objetivo de investigar as condições socioeconômicas das famílias e se havia interesse das mesmas em participar do programa. As famílias interessadas receberam a visita da pesquisadora em sua residência, responderam o formulário socioeconômico e a entrevista semiestruturada relativas à participação. Todas as impressões sobre o bairro e as famílias foram anotadas no diário de campo. Após ter sido coletado os dados, foi feita a análise de conteúdo e análise segundo estatística descritiva.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro apresentará um breve histórico e definições da Psicologia Comunitária, com discussão dos conceitos de comunidade, participação e desenvolvimento comunitário. O segundo capítulo foi desenvolvido com a intenção de apresentar a realidade da habitação no contexto brasileiro, caracterizado por se um grave problema em um país considerado a sétima economia mundial. Cada subtema é importante para que se possa compreender o surgimento do programa “Minha Casa Minha Vida” e o trabalho social. Não se pretende exaltar o programa, mas considerar que é a primeira vez na trajetória da habitação que há uma maior abertura para que as famílias de baixa renda tenham acesso à moradia digna. O terceiro capítulo apresentará os resultados da pesquisa, referente à descrição do bairro Colônia Antônio Aleixo, o perfil socioeconômico das famílias candidatas ao programa moradoras da comunidade da Fé I e a discussão do entendimento sobre participação dessas famílias. Por fim, nas considerações finais apontamos algumas sugestões para que os trabalhadores sociais em habitação de interesse social capacitem e incentivem as famílias a participarem efetivamente das decisões do programa, utilizando em suas intervenções os referenciais da Psicologia Comunitária.

Descrição do local de pesquisa

Na década de 1920, o Presidente Getúlio Vargas ordenou ao Ministro Tancredo Neves a construção de hospitais de isolamento para portadores de hanseníase por todo o Brasil. Assim, em 1929, começou a construção de 16 pavilhões no Amazonas a margem direita do Rio Negro. O local foi sendo ocupado estritamente por portadores de hanseníase, uma vez que a região era isolada e o trajeto até a cidade de longo percurso. As pessoas não podiam sair da área estabelecida sob ameaça de prisão e as crianças que nasciam no local eram encaminhadas para instituições de acolhimento.

Durante três décadas a Colônia Antônio Aleixo ocupou somente os portadores de hanseníase, em 1979, o leprosário foi desativado e se tornou uma comunidade aberta. Algumas áreas de terras foram loteadas e distribuídas aos parentes do ex-hansenianos, que aos poucos foram se integrando a comunidade. Por muitos anos e a ainda hoje o bairro sofre com a discriminação social, pois há no imaginário popular que no local só moram hansenianos, sendo que existe outras áreas da cidade de Manaus consideradas endêmicas, informações que não são divulgadas pelos meios oficiais. No entanto, uma grande parte dos ex-hansenianos que foram segregados ainda moram e fazem parte da história e da memória do bairro, eles formam um grupo denominado MORHAN - Movimento de Reintegração dos Hansenianos.

Atualmente o Complexo possui aproximadamente 30.000 mil moradores (EIA/RIMA, 2009 apud RIBEIRO, 2011). Devido ao considerável aumento populacional, o bairro foi dividido em sete comunidades: Fé I, Fé II, Onze de Maio, Nova Esperança, Colônia Antônio Aleixo, Planalto e Buritizal é margeado pelo Rio Negro e Solimões (encontros das águas). Com exceção da comunidade Colônia Antônio e 11 de maio, todas as outras surgiram de ocupações desordenadas. As comunidades da Fé I, Fé II e Buritizal são as que mais apresentam serviços de infraestruturas precários.

O bairro é conhecido por dispor de uma boa estrutura na área da saúde com hospitais, maternidade, policlínicas, centros de reabilitação e unidades básicas de saúde. O transporte público é considerado regular operado por duas linhas 604 e 085. Não existe sistema de esgoto, por isso, as casas possuem fossas sépticas rudimentares e outras despejam os dejetos diretamente no rio. O abastecimento de água é feito por poços artesianos. Há várias indústrias próximas ao bairro, que segundo os moradores, dificilmente, empregam as pessoas da comunidade por preconceito, devido o estigma da hanseníase. Vale ressaltar que na Colônia há várias entidades sociais que frequentemente se organizam em favor dos direitos dos seus

moradores. No Complexo Colônia Antônio Aleixo há inúmeras residências precárias ou assentadas em áreas de risco, consequência da ocupação desordenada. Há também várias extensões de terras pertencentes à Secretaria de Patrimônio da União e administradas pela Secretaria de Políticas Fundiárias do Estado. As terras desocupadas têm sido motivo de luta e interesse da comunidade, empresários e poder público.

CAPÍTULO I – PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, COMUNIDADE E PARTICIPAÇÃO

1.1. Introdução

A ideia de elaborar este estudo surgiu a partir de uma experiência profissional em uma cooperativa de mulheres costureiras, que estava implementando o Programa Minha Casa Minha Vida e Entidades. No decorrer do desenvolvimento do trabalho social, realizado pela equipe do programa, observou-se a ausência de participação das pessoas beneficiárias. Algo preocupante, uma vez que as casas projetadas seriam concedidas às famílias no final do projeto.

Em uma visão mais crítica, o que se observa é a perpetuação de um sistema que primeiro começa com a implantação de programas, que são exportados de outros países e que não são formulados a partir de uma necessidade do povo brasileiro. Em outra etapa, estão os técnicos que executam o programa, que não reconhecem a singularidade dos sujeitos desconsiderando as suas opiniões. E por último, estão as famílias que aceitam as determinações dos técnicos sem oposição, permitindo a perpetuação de práticas autoritárias e clientelistas e a manutenção de um clima de conformismo.

Nesse sentido, as seguintes questões surgiram: Porque as famílias não participam? O que significa participação para elas? Que conhecimentos teórico-metodológicos poderiam auxiliar os trabalhadores sociais em suas práticas com as famílias? Que ferramentas operativas poderiam incentivar a participação dessas pessoas? Acredita-se que é produzindo questionamentos, estudos e reflexões sobre as formas de execução das políticas públicas, especificamente as habitacionais, que se podem criar novas possibilidades para o modo de fazer e pensar o trabalho social.

Para tanto, encontramos na Psicologia Comunitária explicação teórica que nos aproxima dos objetivos que propomos neste trabalho, não com a finalidade de responder todas as questionamentos referentes ao problema, mas de encontrar algumas respostas que desvelem realidade do público pesquisado. Entretanto, acredita-se que ainda há inúmeras perguntas a serem respondidas. Assim, este estudo será iniciado com um breve histórico e conceitos sobre a Psicologia Comunitária, com a exposição do referencial teórico de autores da área. E como algumas coisas estão interligadas, não poderíamos deixar de descrever os conceitos de comunidade, o que é de suma importância aqui, uma vez que as famílias pesquisadas pertencem a uma única comunidade, o Complexo Colônia Antônio Aleixo. Em seguida falaremos sobre os conceitos de participação, que é o foco do estudo, através do qual procuramos compreender o que as famílias candidatas ao Programa Minha Casa Minha e Entidades entendem sobre a

mesma.

1.2. Psicologia Comunitária: breve histórico e definições

Os estudos sobre Psicologia Comunitária iniciaram-se na década de 1960, com o surgimento de vários movimentos sociais que defendiam a independência política e econômica dos países. As reivindicações travadas nessa época, influenciaram o modo de pensar das ciências sociais, que começaram a entender o homem, como um ser ativo, dinâmico, construtor da sua realidade (MONTERO, 2004a).

Nos Estados Unidos e na Europa o aparecimento da Psicologia Comunitária culminou com a ascensão dos movimentos comunitários e dos profissionais de saúde mental. Esses grupos perceberam, que as práticas em saúde mental, baseado no modelo biomédico não conseguia atender as verdadeiras demandas da sociedade (XIMENES; BARROS, 2009). No entanto, o aparecimento da Psicologia Comunitária não estava vinculado estritamente aos movimentos de saúde mental, os problemas sociais da época, emergiam em ritmo acelerado e, exigiam um novo enfoque dos profissionais da área. Assim, o modelo biológico e individual foi desaparecendo e dando lugar a uma atuação mais voltada para o social e o educacional, com a criação de programas de combate à pobreza como: assistência habitacional, segurança social e educacional e o melhoramento de serviços voltados para às classes mais desfavorecidas (ORNELAS, 1997).

Diferentemente do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, na América Latina a Psicologia Comunitária surgiu a partir de uma crítica à Psicologia Social, que até os anos de 1960 baseava-se em uma perspectiva científica pautada no objetivismo e na experimentação restrita aos laboratórios, que não compreendia o sujeito constituído em sociedade e que considerava a universalidade do comportamento (CALEGARE, 2010). Assim, a Psicologia Comunitária na América Latina surgiu a partir de uma inquietação na atuação dos psicólogos, que buscavam um modelo para seguir, que pudesse entender o sujeito diante das questões sociais reveladas na realidade (MONTERO, 2004a).

O surgimento da Psicologia Comunitária no Brasil não pode ser analisada fora do contexto político e econômico de 1964, pois foi um momento de violência e repressão, que motivou os profissionais de psicologia, repensar a suas ações junto à população. De qual seria o seu papel na conscientização e mobilização da sociedade, para isso, era necessário assumir um papel propositivo na sensibilização e organização das pessoas. A partir desse cenário brasileiro, ressonante com aquele latino-americano, iniciou-se um processo de transformação da Psicologia Social, dando origem à Psicologia (Social) Comunitária influenciada diretamente

pelos movimentos populares (LANE, 1996).

A denominação “Psicologia Comunitária” ficou conhecida por ter uma prática voltada à população mais desfavorecida. A sua constituição e reconhecimento na academia foi marcada pelas disciplinas e teorias sobre pedagogia da libertação, a biodança e a teologia da libertação (ROCHA; PINHEIRO, 2011). A Psicologia Comunitária emergiu a partir de três termos distintos que estão relacionados com a constituição da prática profissional em comunidade: Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia Social Comunitária (FREITAS, 2006).

- A *Psicologia na comunidade* recebeu essa denominação para descrever, num primeiro momento, a crise dos modelos importados que não estavam em consonância com a realidade brasileira e, dessa forma, tinha uma proposta de se deselitizar e se adequar a essa realidade por meio da atuação na comunidade.
- A *Psicologia da comunidade*, num segundo momento, referiu-se à atuação dos psicólogos que atendiam à população por meio de algum órgão prestador de serviços, como postos de saúde, centros sociais, associações, ONG e etc., podendo ser definidas como práticas voltadas para as questões de saúde e ao movimento de saúde.
- A *Psicologia (Social) Comunitária*, num terceiro momento, seria definida por aqueles trabalhos que visavam à conscientização e à participação, a partir da experiência cotidiana e comunitária, com a intenção de aumentar a solidariedade e o aprimoramento das redes sociais, tendo em vista a construção de uma experiência coletiva de existência.

Diante disso, observa-se que a Psicologia Comunitária deu um salto de qualidade, buscando compreender e intervir na realidade brasileira, com o objetivo de promover transformação social e de atender as classes desfavorecidas. As práticas de intervenção da Psicologia Comunitária voltam-se para diferentes segmentos da população como: bairros, cortiços, favelas, mangues, alagados, civis, religiosos, movimentos populares, setores de entidades civis, profissionais, comunitárias, comissões, entre outros (FREITAS, 2006).

Vários autores definem os objetivos, a missão e a prática da Psicologia Comunitária, destacando o papel e as intencionalidades da intervenção nas práticas comunitárias. O enfoque da Psicologia Comunitária são os processos psicossociais em comunidade, o que possibilitou a sua inserção nas políticas públicas e nos movimentos populares. Além da construção de um aporte teórico-metodológico que investiga os significados, sentidos, sentimentos individuais/coletivos e o modo e vida da comunidade. Assim, defende-se que o principal objetivo da Psicologia Comunitária é incentivar os sujeitos comunitários a problematizar e

transformar a realidade vivida, utilizando-se de métodos participativos de inserção-atuação comunitária e construção do conhecimento (XIMENES; BARROS, 2009). A Psicologia Comunitária deve ter como escopo promover mudanças em um contexto diante da participação da comunidade, devendo ser desenvolvida com uma visão crítica e com compromisso social. Além disso, deve incentivar o papel ativo na participação dos comunitários, com voz, voto e veto, e não apenas como mera espectadora, receptora de benefícios ou convidada para as atividades (MONTERO, 2004b).

Na perspectiva de Scaparo e Guareschi (2007), a Psicologia Comunitária dedica-se a estudar, compreender e intervir no cenário de questões psicossociais que se revelam em uma comunidade, destacando-se por sua praticidade e pela diversidade das opções teóricas e intencionalidades que estruturam sua prática. Para Góis (2005), a Psicologia Comunitária investiga os sentidos e significados ocorridos e transformados pelos moradores da comunidade em sua vida cotidiana. O psicólogo comunitário “investiga o modo de vida da comunidade e como se reflete e se transforma na mente dos seus moradores, e como, novamente, aparece em suas atividades concretas” (p.18). O pensamento do autor advém da noção central da psicologia enquanto ciência, que tem como foco de estudo a subjetividade, e como o mundo objetivo se refleti na psique humana.

Arendt (1997) fala da missão da Psicologia Comunitária “em trazer uma voz humanitária nas ciências comportamentais” (p.06), devido às “carências crônicas de habitação, deficiências nos sistemas de saúde e de educação, pobreza generalizada, desemprego e desamparo” (p.11). O sentido psicológico da comunidade se desenvolveria entendendo as redes que conectam indivíduo e comunidade, seja pelas forças sociais, políticas, culturais e filosóficas presentes nessa vida cotidiana.

Nesse sentido, Azevedo (2009) afirma que a Psicologia Comunitária deve estar fundamentada na interação entre o psicólogo e os indivíduos da comunidade, bem como na construção de conhecimento dessa interação. Para o autor a intervenção visa promover uma mudança na estrutura de uma comunidade, em que o psicólogo identifica as demandas sociais e utiliza estratégias de intervenção para facilitar o diálogo com a comunidade. Essa perspectiva possibilita desenvolver nos indivíduos uma atitude crítica em relação aos problemas sociais, o que pode contribuir para a reivindicação dos serviços de saneamento básico, educação e saúde nos órgãos públicos. No entanto, é preciso considerar que existe um conjunto de crenças e normas culturais inerentes ao grupo comunitário

Nas definições acima não é difícil encontrarmos palavras como mudança,

transformação, psicossocial, participação, compromisso social. Assim, compreende-se que essas palavras traduzem o que é a Psicologia Comunitária, que apresenta um viés diferenciador para aqueles que buscam uma prática profissional comunitária com os compromissos filosóficos e políticos com enfoque em uma visão crítica da realidade. Não com o objetivo de alienar ou enquadrar os sujeitos, mas apresentando-lhes uma nova possibilidade de ação, que permita a construção de alternativas e possibilidades para superarem as dificuldades do seu cotidiano e as problemáticas que tentam subtrair a sua condição de humanidade.

1.3. Conceitos de comunidade

A noção de comunidade até os anos 1970 era pertencente ao campo de estudos antropológicos e sociológicos, mas, como abordado acima, passou também a ser uma categoria de análise e de estudo das ciências psicológicas. Atualmente, a comunidade é entendida pela maioria dos estudiosos não só como um lugar onde se reúnem determinado número de pessoas, mas como grupos que “compartilham a mesma cultura, interesses econômicos, políticos com aspectos culturais e afetivos” (Góis 2005, p.60)

A palavra comunidade é um termo, polissêmico, complexo e confuso. No entanto, Montero (2004b) apresenta seu conceito de comunidade, partindo de sua própria experiência profissional e baseando-se na definição de outros autores:

Um grupo social dinâmico, histórico e culturalmente constituído e desenvolvido, pré-existente à presença dos pesquisadores ou interventores sociais, que comparte interesses, objetivos, necessidades ou problemas, em um espaço e um tempo determinados, que gera coletivamente uma identidade, assim como formas organizativas, desenvolvendo e empregando recursos para alcançar seus fins (p.200, tradução nossa).

Desse modo, a noção de comunidade, assim como qualquer outra, deve ser examinada em um contexto específico, tendo em vista os sentidos que produz e, conseqüentemente, as práticas que abriga. Falar-se de comunidade a partir do contexto globalização, pode ter uma concepção individualista ou seguir a utopia de solidariedade e união. Os modos de vida capitalista e a busca incontrolável pelo lucro tem causado a divisão das relações comunitárias, favorecendo uma pequena parcela da população que dispõe de bens e serviços de qualidade e a exclusão de uma grande parte, considerada sobrando que sofrem com todo tipo de vulnerabilidade (SCAPARO; GUARESCHI, 2007).

Comunidade também é definida como um grupo de pessoas que possuem algum fator compartilhado, que pode tomar formas variadas mediante a situação. Esses fatores seriam desde

morar em um espaço, até algum interesse ou crença comum. Neste sentido, as pessoas podem se incluir a diversas comunidades: o bairro, o local de trabalho e a diversos grupos de interesse. São destacados dois tipos de comunidade, segundo Elvas e Moniz (2010): o relacional e o geográfico. Os indivíduos de comunidades relacionais estão unidos através de interesses comuns, profissão, ou religião. Já aqueles unidos pelo aspecto geográfico o estão através da localidade em que vivem. As comunidades geográficas e relacionais possuem características parecidas no sentido em que ambas são compostas por pessoas, instituições, recursos e meios para a sua divulgação, e histórias distintas.

De acordo com Góis (2005), a comunidade é um lugar heterogêneo e de conflitos, onde também há um compartilhamento do modo de vida comunitário, da mesma história, da mesma cultura. No entanto, as contradições compartilhadas promovem, através do diálogo, a transformação dos moradores e da própria comunidade, assim a comunidade é como uma rede de apoio mútuo entre seus moradores, a partir da confiança de que não estão sozinhos diante das problemáticas vivenciadas.

Carvalho (2008) chamam a atenção para os estudos realizados em comunidade e afirmam que não devem ser realizados como uma mera descrição da mesma, mas sim seguir uma investigação cuidadosa do cotidiano dos seus moradores. Esta deve considerar seus determinantes históricos, materiais e psicossociais, que não podem ser compreendidos no âmbito superficial da mera descrição. Isto é, “não se trata de esclarecer a aparência da comunidade, mas de buscar na intrincada relação entre os fatores objetivos e subjetivos que orientam as ações do dia a dia de seus moradores” (p. 179).

O termo comunidade revela uma certa complexidade, principalmente para aqueles que vivem e experimentam essa realidade diariamente, sejam eles comunitários ou pesquisadores. Com base, na experiência em campo de pesquisa, pode-se inferir que a comunidade possui várias características, que englobam aspectos geofísicos, socioculturais localizados no tempo e espaço, dinâmicas entre pessoas, diferenças pessoais, lutas/acomodações políticas, etc. Ainda seriam necessárias muitas palavras para descrever o que é comunidade, no entanto, sabe-se que é algo dinâmico, instável e complexo.

Desse modo conclui-se que a comunidade é o campo de atuação da Psicologia Comunitária, por isso, qualquer pessoa que queira trabalhar na comunidade, primeiro deve criar vínculos com os moradores e vivenciar o lugar, sempre com respeito entre ambas as partes. Por isso, as instituições que desejam fazer intervenções em comunidade e não tem a mesma como referência, dificilmente terá êxito em seus programas e projeto

1.4. Participação e desenvolvimento comunitário

A participação é um elemento inerente à práxis da Psicologia Comunitária, considerada indispensável na atuação daqueles que realizam alguma atividade comunitária, sendo propiciada por um processo coletivo e tendo por objetivo a promoção da autonomia (XIMENES; BARROS, 2009).

Para Troudi, Harnecker e Bonilla (2010), a participação “é uma dinâmica através da qual os cidadãos se envolvem de forma consciente e voluntária em todos os processos que lhes atingem direta ou indiretamente” (p.21). Por outro lado, Góis (2005) entende que a participação pode ser distinguida como ativa ou passiva. A participação ativa se constitui umas práxis de libertação em que o controle das ações deve ser concedida pela comunidade, permitindo que as pessoas possam viver uma inserção mais profunda e intencional na realidade. Já a participação passiva, ou sem o envolvimento, pode ser definida pelas ações das pessoas, que escolhem se aproximar, distanciar ou acompanhar aquela realidade sem a imersão emocional e sem existir a práxis. No entanto, dependendo do grau de avaliação que a pessoa faz de si, ela pode se sentir participante e até contribuir com estudos para compreensão daquela realidade.

Sobre a participação passiva, Freire (2001) discorre sobre a consciência semi-intransitiva, caracterizada por ser como uma estrutura fechada. Nesta condição, a consciência não percebe os desafios da realidade ou os percebe de maneira deturpada devido a sua quase-imersão na mesma. Assim, há uma tendência de a pessoa fazer uma leitura da realidade a partir da sua própria experiência, apenas como descrição e sem a capacidade de vê-la de forma crítica. Outro aspecto importante descrito por Freire é a “cultura do silêncio”, termo que caracteriza as sociedades dependentes que reforçam as estruturas vigentes, ao invés de contestá-las e transformá-las. Nesta condição, as pessoas não possuem uma palavra autêntica e aceitam sem oposição as regras daqueles que impõe a sua voz.

Segundo Bordenave (1994), a participação para o homem é uma necessidade básica comparada com a comida e a roupa, mas algumas estruturas sociais podem ampliar ou limitar essa participação com intuito de manter a ordem vigente. O autor contribui com uma importante reflexão sobre o que é participação. Ele afirma que dependendo do contexto histórico, podemos acompanhar momentos altos e baixos da participação. Esta pode promover tanto a libertação e igualdade, quanto a manutenção do poder de alguns sobre muitos. No entanto, é considerado um dos meios mais adequados para enfrentar problemas de um país em desenvolvimento. Os espaços que facilitam a participação podem levar as pessoas a desenvolverem seu potencial

pleno de participação, que pode se dar de forma afetiva ou instrumental. A primeira é feita pelo prazer de interagir com as outras pessoas e a segunda pelo reconhecimento de que é mais eficaz fazer as coisas em grupo do que fazer sozinho.

Para responder o que significa a origem da palavra participação Bordenave (1994) levanta alguns questionamentos, considerando que se origina da palavra “parte”, então participar é fazer parte, tomar parte e ter parte. A diferença é o nível de compromisso ao grupo, ou seja, as pessoas podem fazer parte, no entanto, sem tomar parte, o que as obrigaria a oferecer sua dedicação e compromisso ao grupo, uma vez, que têm parte. A participação dos cidadãos é um processo em que, segundo Troudi, Harnecker e Bonilla (2010) os indivíduos tomam parte nos processos de decisão que lhes atinge direta ou indiretamente.

Há vários níveis de participação ou tipos de envolvimento, classificado em vários graus e de formas diferentes, segundo Bordenave (1994):

- 1) O primeiro é a *informação*, considerada o menor grau, nesta, os dirigentes só comunicam as decisões já tomadas;
- 2) A segunda é a *consulta facultativa*, os dirigentes se quiserem consultam os subordinados solicitando críticas e sugestões;
- 3) A terceira é a *consulta obrigatória*, os sujeitos devem ser consultados em certas ocasiões, no entanto a decisão final não depende deles;
- 4) A quarta é *elaboração/recomendação*, considerado pelo autor um nível mais avançado da participação. Nesta, os subordinados elaboram a proposta e os dirigentes apoiam ou rejeitam, mas sempre concedendo uma justificativa;
- 5) A quinta está em um degrau mais superior, é a *cogestão*, em que os subordinados exercem uma influência direta na eleição de um plano ou decisão;
- 6) A sexta denomina-se *delegação* e representa a autonomia dos subordinados em delegar algumas decisões em certas áreas;
- 7) E finalmente o mais alto nível da participação é a *autogestão*, em que os subordinados decidem tudo sem precisar fazer referência a uma autoridade, seria a autoadministração.

A distribuição de funções é um elemento importante para instituições que desejam desenvolver o potencial de participação. Esta, precisa ser estimulada para que as pessoas possam desenvolver essa habilidade e, para isso, exige uma tarefa de coordenação e implementação. Assim, exerce-se sua função educativa que é de suma importância.

Barbosa (1999) classificam a participação em três níveis. A primeira é denominada *colaboração*, é quando as autoridades decidem algo e convocam as pessoas para informar a

decisão, assim não há uma discussão profunda referente a decisão a ser tomada. A segunda é a *decisão*, em que as pessoas são convidadas a decidir, mas não participam da criação das propostas que serão decididas, ou seja, não há uma plena participação. E o último é a *construção conjunta*, momento que possibilita as pessoas a participarem da construção dos objetivos a serem almejados.

O desenvolvimento comunitário só é possível através da participação generalizada dos comunitários, de modo que a mudança comunitária possa ser alcançada de forma eficaz. A participação em um programa de intervenção é um fator primordial que poderá trazer vários benefícios, em níveis interpessoais e comunitários. No entanto é necessário utilizar de estratégias técnicas para alcançar os objetivos pretendidos. Para tanto, ao iniciarmos uma intervenção em comunidade, alguns questionamentos são necessários como: “quem participa na comunidade ou não e porquê? Em que medida a interação do indivíduo com a situação influencia a sua participação? Quais os efeitos da participação dos cidadãos no contexto específico em causa?” (ORNELAS, 1997, p.05). A Psicologia Comunitária propõe ferramentas importantes para nortear o trabalho de instituições em comunidade. No entanto, não possui uma metodologia fixa que promova a participação, pois é uma prática que emprega uma variedade de estratégias e técnicas, utilizando as competências e a energia dos cidadãos para alcançar objetivos coletivos

Barbosa (1999) sugere o planejamento participativo como uma metodologia a ser adotada em comunidade que “compreende a participação enquanto construção conjunta pautada na partilha coletiva da busca da realização humana” (p.133). Assim a participação efetiva ocorre através da construção coletiva, com a participação de todos, considerando o conhecimento de cada um.

A perspectiva de empoderamento num contexto comunitário, segundo Rappaport (1992 apud Ornelas, 1997) consiste em identificar, facilitar ou criar contextos em que as pessoas isoladas ou silenciadas possam ser compreendidas, ter uma voz e influência sobre as decisões que lhes dizem respeito.

A dimensão dialógica também é uma ferramenta fundamental para quem deseja implementar o trabalho em comunidade. Nessa dimensão cada pessoa expressa sua opinião e os outros respeitam e reconhecem como enriquecedor para o processo de conhecimento. Isso possibilita que as pessoas que possuem dificuldade de participar tenham oportunidade de se expressar diante do outro.

Para Góis (2005) a Psicologia Comunitária através de suas ferramentas de participação

tem como objetivo, a integração dos membros da comunidade, a consciência crítica, a melhoria nas condições de vida. Por isso, pode utilizar as seguintes ferramentas para promover a participação;

- a) Grupo comunitário de produção: se trata de um processo de interação entre as pessoas nele presentes, que vai da formação do grupo, do estabelecimento de metas, da definição dos produtos a serem construídos, até a forma como as pessoas interagem;
- b) Caminhada comunitária :a caminhada trata-se do processo de apropriação da realidade da comunidade, é um momento de conhecimento da história do lugar, contada por seus moradores e profissionais que nela trabalham. O agente externo e o morador caminham juntos e descobrem os lugares e as pessoas que fazem parte da comunidade. Segundo Góis (2008, p. 197-198), “é importante caminhar em diversos momentos e horários, ora pela manhã, ora pela tarde e outras vezes pela noite, caminhar durante a semana e durante os finais de semana”;
- c) Mutirão: São espaços coletivos construídos para resolver problemas de um grupo. Os moradores de uma comunidade ,os profissionais da iniciativa privada e das políticas públicas podem organizar mutirões para solucionar problemas coletivos;
- d) Os círculos de cultura: proposto por Paulo Freire é uma reunião de pessoas que ficam organizada em círculos, assim, discutem problemas diversos da comunidade e como podem transformar essa realidade. Nesse sentido, passam a construir uma consciência crítica e reconhecem-se como agentes de mudança.

Como visto anteriormente, a Psicologia Comunitária propõe inúmeras ferramentas para promoção da participação, que poderão ser utilizadas na intervenção com as famílias. Todas elas contribuem para capacitar os moradores a participarem além de criar um clima favorável à democracia. A participação é o melhor caminho para as pessoas que desejam realizar algum tipo de mudança social, apropriando-se do diálogo, da troca de experiência e saberes sem a presença de opressão.

1.5. O que leva as pessoas a participarem?

Segundo o pensamento de Bordenave (1994), se investigarmos as justificativas porque as pessoas participam de uma atividade comunitária, encontraremos uma satisfação pessoal, uma vontade de fazer parte daquele processo de mudança. Isso acontece porque a participação é uma necessidade básica do ser humano, assim como comer e dormir. O autor apresenta duas motivações para participação. Na primeira, as pessoas podem participar motivadas por uma

base afetiva, considerando que fazer determinada atividade com os outros é mais prazeroso. A segunda é a base instrumental, na qual os sujeitos participam pois consideram que fazer algo com os outros é muito mais eficaz do que fazê-lo sozinho.

Ainda de acordo com o autor, a participação é inerente ao homem, no entanto, é necessário que a sociedade em geral entenda a importância de participar, crie mecanismos e facilite para que as pessoas possam desenvolver o seu potencial pleno de participação. Atualmente, vivemos em uma sociedade condicionada, onde nem todos podem opinar sobre decisões que afetam o seu cotidiano. Observamos exemplos da participação condicionada no Estado, na qual os cidadãos só são convidados para participar de algumas atividades públicas porque, geralmente, existem legislações que preveem a participação popular. Mesmo assim, acontece uma divulgação tímida das atividades públicas e dificilmente leva-se em conta a opinião dos cidadãos. Para que uma sociedade alcance a participação efetiva dos seus cidadãos, é necessário que eles sejam ensinados a participar: “nem na família, nem na escola e nem mesmo nos partidos políticos se ensina a participar. Os cidadãos esperam tudo do paternalismo do governo, o povo permanece atomizado e desorganizado” (BORDENAVE, 1994, p.57)

Em busca de entender os fatores que levam as pessoas a participarem de mobilizações coletivas, Sandoval (1994) destaca que os valores, as crenças, a cultura, o contexto histórico contribuem para que as pessoas criem uma visão de mundo sobre a realidade cotidiana. Assim como a pessoa tem a capacidade de fazer uma leitura crítica da realidade e romper com sua visão fatalista, o contrário também pode ocorrer, pois conformar-se é menos desgastante. Para explicar os meios de participação de determinados grupos, Sandoval apresenta o modelo de consciência política: “a consciência é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas, ou seja, o contexto social é significado pelos indivíduos de acordo com a realidade vivida” (SANDOVAL, 2001 p.59). Segundo o autor, há alguns fatores que motivam as pessoas a participarem de ações coletivas. O primeiro estaria ligado à localidade, quando há um número de pessoas que moram ou trabalham em um mesmo local. O segundo envolve o sentimento de solidariedade entre pessoas que compartilham e concordam com uma mesma ideia. O terceiro é um processo de aprendizagem em que o grupo percebe que a organização e a mobilização coletiva são mais eficazes para se obter recursos e melhorias na comunidade.

Semelhantemente ao pensamento de Sandoval, Ferejohn e Pasquino (2001) explicam com base na teoria da escolha racional que as pessoas possuem em seus estados psicológicos desejos e crenças, e de acordo com esses, farão escolhas e tomarão decisões. Os desejos e

crenças se relacionam de forma particular, assim, a racionalidade consiste em que o sujeito utilize suas crenças e desejos para referenciar suas ações.

Sandoval (2001), que se baseia na teoria da escolha racional e na teoria da mobilização de recursos, apresenta sete dimensões psicossociais que compõem a consciência política, o que facilita o entendimento sobre participação: a primeira dimensão é a identidade coletiva, que desenvolve-se através do sentimento de pertencimento, compartilhamento de objetivos em comuns e da união ao grupo. A segunda dimensão está relacionada com as crenças e valores, em que o indivíduo claramente expressa uma ideologia que é compartilhada por várias pessoas. A terceira é a identificação de adversários e interesses antagônicos, pelos quais o grupo percebe que determinados interesses defendidos por outros grupos afetam os interesses da comunidade, o que os leva a organizarem ações coletivas. A quarta dimensão é definida pela eficácia política, em que os sujeitos se sentem empoderados, por isso acreditam ser agentes de mudanças das suas vidas e dos outros. A quinta dimensão é o sentimento de justiça e injustiça, toda vez que os sujeitos sentem que determinados acordos de reciprocidade estão ameaçados. Como exemplo, são os acordos que uma secretaria pode fazer com uma comunidade para executar determinado serviço público. Se não houver efetivação do serviço por parte da secretaria, o descumprimento do acordo poderá gerar um sentimento de injustiça nos moradores, caso contrário, os moradores ficam satisfeitos, pois consideram que a efetivação do serviço foi justo. A sexta dimensão refere-se à vontade de agir coletivamente, que é caracterizada como um interesse pessoal em que o indivíduo se sente injustiçado, por isso, por conta própria procura inserir-se em atividades coletivas que podem sanar sua insatisfação. A última dimensão diz respeito a vontade de agir coletivamente, nesta dimensão as pessoas atribuem significados e critérios relevantes que consideram importantes para sua participação no movimento social.

Em experiências em comunidades, percebe-se que as pessoas participam efetivamente quando são esclarecidas sobre a importância de participarem. Se os objetivos da participação estiverem em consonância com os objetivos coletivos, as pessoas tendem a unir-se para alcançar uma finalidade: “a participação ocorre porque há sentimentos, valores, motivações que fazem com que uma pessoa se identifique com a causa e, conseqüentemente participe”. (COSTA, 2009, p.35). Nesse sentido, o trabalho de sensibilização das pessoas em favor de uma causa é o primeiro passo que deve ser tomado por aqueles que desejam a mudança social. Porém, não se pode garantir que as pessoas da comunidade sempre seguirão os interesses daqueles que desejam mudança social. Observa-se que a grande maioria dos comunitários tendem a agir baseados em um sistema de garantias e benefícios. Nesse sentido, os sujeitos em comunidade

ficam mais propensos a participar de ações coletivas quando avaliam que determinado problema os atingem direta ou indiretamente, por exemplo, quando percebem que algum tipo de serviço oferecido na comunidade pode acabar. Nesse sentido, os sujeitos em comunidade que participam o fazem por conta de garantias e benefícios, tendo isso como sinal primordial da mudança social.

Como já ressaltado anteriormente, a participação é um processo de aprendizagem, ou seja, as pessoas aprendem a participar, praticando a participação. Ao contrário, os sujeitos que não se dão essa oportunidade não aprenderão a participar. Há também aquelas pessoas que por terem sentimento de pertencimento ao lugar ou que já viveram experiência de lutas vitoriosas sempre estarão presentes nas discussões em comunidade. Desse modo, há sempre uma motivação de ordem particular para que as pessoas sejam participativas ou não.

1.6. Conclusão

A comunidade pode se constituir um lugar ativo de participação, no entanto é necessário que isso seja incentivado através dos profissionais envolvidos nos projetos da comunidade, pois as pessoas só podem aprender a participar, participando. É uma prática que se adquire com o tempo e com seu exercício, que deveria ser incentivada desde o ensino infantil. O que observamos atualmente em alguns trabalhos comunitários é que os profissionais se acham mais inteligentes e caracterizam os moradores como confusos. Com intuito de evitar fragmentação ou uma postura mais crítica dos participantes, a melhor opção dos profissionais é não facilitar a participação.

Esse pensamento denota falta de qualificação e compreensão dos profissionais sobre a importância da participação e sua valiosa contribuição nos processos decisórios que possibilitam a mudança de perspectiva. Para aqueles que desejam se libertar de tal pensamento endógeno, a Psicologia Comunitária apresenta suporte teórico- metodológico suficiente para um trabalho social diferenciado. Ressaltando que o trabalhador social não deve ter uma atitude fatalista, que considera que a mudança não é possível e nem messiânica, que possui a ilusão que transformar tudo e todos é possível. No entanto, deve optar por uma postura, que poderá ser propositiva em favor da mudança social, ou em favor da manutenção das estruturas vigentes que contribuem para alienação

Os modelos das casas elaborados por engenheiros e arquitetos em programas de habitação de interesse social dificilmente se aproximam dos interesses da comunidade, que se submetem a escolha do outro, por considerar o benefício da casa um favor. Desse modo, é

necessário consolidar uma cultura de participação nos programas de habitação de interesse social.

CAPÍTULO II – A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

2.1. Introdução

A falta de moradia própria é um problema presente em todos os países do mundo, dos menos desenvolvidos às maiores potências mundiais. No Brasil, a questão da ausência de habitações com condições dignas e necessárias para as famílias mais pobres pode ser caracterizada por uma trajetória que perpassa as mais diversas discussões e medidas. As ações dos sucessivos governos buscaram uma saída que atenuasse os impactos gerados pelo crescimento populacional e desenvolvimento indústria. Fatos que agravaram as desigualdades sociais e que deram origem ao dilema da questão social habitacional no país (SILVA, 1989).

O agravamento da situação habitacional no país teve reflexo direto na insatisfação da população com a atuação do poder público, circunstância que levou o Estado a intervir na produção habitacional, que por longos anos ficou sob responsabilidade da iniciativa privada. A atuação estatal no âmbito da habitação para a população de baixa renda teve início a partir de 1910, com o lançamento de programas que se propunham a resolver o déficit habitacional brasileiro, por meio do financiamento de moradias (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010). Este tipo de iniciativa se repetiu por longos anos até a presente década, delineando-se um perfil socioeconômico para as famílias necessitadas de moradia e constituindo um desafio urbano para a habitação de interesse social (HIS).

Entendemos que HIS é um tipo de habitação produzida para atender à necessidade de moradia de um grupo de famílias que se inserem no perfil socioeconômico de baixa renda, isto é, que possuem rendimentos de 0 a 3 salários mínimos. Portanto, não possuem condições financeiras para obter a casa própria no âmbito processo do mercado capitalista, no qual os imóveis considerados adequados para moradia têm muitas vezes valores exorbitantes. Sendo assim, as habitações de interesse social são normalmente subsidiadas pelo poder público, que faz a seleção das famílias que, prioritariamente, são moradores de áreas de risco, tornando-as beneficiárias das casas.

Para fundamentar a discussão a respeito da HIS no Brasil, temos por objetivo trazer revisão crítica de literatura a respeito do tema, demonstrando que a habitação se configura como uma questão social em nosso país, devido ao número crescente de famílias que residem em locais sem as mínimas condições de moradia. Os vários autores que desenvolveram estudos sobre habitação contribuíram para revelar que o Brasil, é um país com graves problemas na área habitacional (AZEVEDO, 2007; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 2013; MARICATO, 1996;

OLIVEIRA; COSTA, 2007). Para tanto, traremos breve histórico das políticas habitacionais no âmbito da habitação de interesse social no período de 1910 a 2014. Faremos a discussão da habitação enquanto questão social, demonstrando dados utilizados pelo Governo Federal a partir dos estudos da Fundação Joao Pinheiro de 2013 sobre a habitação no país. E finalmente, traremos os dados sobre a questão da habitação na cidade de Manaus.

2.2. Histórico da habitação de interesse social no Brasil

De modo a reforçar sua presença na intervenção habitacional, o Estado criou em 1933 os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP'S), que buscavam viabilizar uma política habitacional direcionada para a classe trabalhadora (CABRAL, 2005), além de financiar, simultaneamente, a habitação social e a construção civil. Os IAP'S construíram núcleos habitacionais em benefício de seus associados e tiveram uma importante intervenção por construírem moradias com boa localização (BONDUKI, 1994). Apesar disso, os IAP'S encerraram suas atividades por não obterem retorno de seus investimentos.

De acordo com Motta (2010), a principal marca da política habitacional no período populista de Vargas foi a criação da Fundação Casa Popular (FCP), em 1946, sendo a primeira política nacional de habitação de fato. A FCP foi o primeiro órgão federal brasileiro na área de moradia que se propôs a centralizar a política de habitação (CABRAL, 2005). Porém, a FCP não dispunha dos recursos necessários para seu desempenho, além de não ter produzido moradias suficientes para atender a demanda durante seus vinte anos de existência, acabando extinta em 1964 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Com o fim da FCP, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, considerada a primeira intervenção significativa do Estado na questão habitacional, funcionando como uma maneira do governo militar alcançar o apoio das massas populares e estruturar uma política voltada para o setor da construção civil habitacional (BONDUKI, 1994).

O BNH visava propiciar às classes populares a oportunidade de aquisição da casa própria. Abiko (1995 apud LARCHER, 2005, p. 10) aponta que “o interesse social como terminologia na habitação no Brasil já era utilizada nos programas para faixas de menor renda do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH)”. Entretanto, o procedimento adotado para a realização de tal feito compreendia um método de fornecimento de moradias que consistia em oferecer financiamentos para os agentes que executavam programas habitacionais, os quais transferiam o dinheiro para as empresas de construção. Dessa forma, o BNH deveria tornar viável a aquisição de moradias para o povo brasileiro, mas seu funcionamento não favorecia a

compra dessas casas pelas classes desfavorecidas (VALLADARES, 1981). As alternativas encontradas pelas classes de baixa renda frente à ineficiência do BNH consistiam na compra de loteamentos, que eram revendidos a preços acessíveis por pequenos proprietários, bem como a autoconstrução. Esta última resultou em inúmeras construções em condições precárias, pois as famílias não possuíam renda suficiente para investir em uma moradia com infraestrutura adequada e boa localização, em virtude da má distribuição de terras.

Foram desenvolvidos muitos debates e propostas a fim de discutir medidas de descentralização do BNH, mudanças no sistema de financiamento, operação e receita dos sistemas, mas nenhuma dessas alternativas foi satisfatória e o banco foi extinto em 1986. Com o fim do BNH, suas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (AZEVEDO, 2007).

Com a Constituição de 1988, passou a ser competência dos estados e municípios “a gestão dos programas sociais, e dentre eles, os de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição constitucional” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p.10). Bonduki et al. (2003 apud LARCHER, 2005) também afirmam que a Constituição Federal de 1988 passou a atribuir ao solo urbano uma função social, compreendendo-se com isso que “o conceito de Interesse Social é constitucionalmente incorporado às políticas habitacionais para os setores de população de baixa renda” (LARCHER, 2005 p.10).

Durante os anos 1990, houve poucos investimentos significativos no âmbito habitacional (MOTTA, 2010). A política habitacional foi caracterizada pela alocação das unidades construídas pelos programas populares e alternativos, baseados na autoconstrução, além de que a construção dessas unidades continuou privilegiando os setores populares de renda elevada (AZEVEDO, 2007). Em maio de 1990 foi lançado o Plano de Ação Imediata para a Habitação, o mais importante programa habitacional lançado pelo governo Collor, que tinha como alvo as famílias com renda de 0 a 5 salários mínimos. Possuía como vertentes: “programa de moradias populares (unidades acabadas), programa de lotes urbanizados (com ou sem cesta básica de materiais) e programa de ação municipal para habitação popular (unidades acabadas e lotes urbanizados)” (AZEVEDO, 2007, p. 20).

Com o intuito de dar continuidade às obras iniciadas no governo anterior, durante a gestão de Itamar (1992-1994) foram criados os Programas Habitar Brasil e Morar Município, os quais, objetivavam o financiamento de moradias para a população de baixa renda (MOTTA, 2010). Enquanto o Programa Habitar Brasil era voltado para os municípios com população

superior a 50 mil habitantes, o Morar Brasil destinava-se aos municípios com menor porte, sendo que ambos possuíam as mesmas características e estavam direcionados às famílias de baixa renda e às que viviam em áreas de risco (AZEVEDO, 2007).

O governo FHC (1995-2002), por sua vez, registrou sua intervenção na HIS por meio dos programas habitacionais “Programa de Conclusão de Empreendimentos Habitacionais”, que buscava viabilizar a comercialização de conjuntos habitacionais. E também o “Programas de Crédito Direto ao Cidadão”, denominados Cred-Mac e Cred-Casa. Estes eram voltados para famílias com rendimentos de até oito salários mínimos com fins de possibilitar a oferta de crédito para facilitar a aquisição de materiais de construção. Programas que também merecem destaque no governo de FHC são “Pró-Moradia” e o “Programa Habitar Brasil”, os quais, tinham como finalidade “a urbanização de áreas degradadas para fins habitacionais, a regularização fundiária e a produção de lotes urbanizados” (AZEVEDO, 2007, p. 24). Entre os programas que migraram do governo FHC para o governo Lula (2003-2010) foi a carta de crédito, individual e associativa, além do programa Pró-Moradia, com foco na urbanização de áreas precárias.

O governo Lula estabeleceu um plano de trabalho focado para a área social, em que uma de suas principais metas era reduzir o déficit habitacional. Assim, criou-se o Ministério das Cidades, responsável por tratar de questões voltadas para o desenvolvimento urbano do país. E vinculado ao mesmo, a Secretaria Nacional de Habitação, que gerencia e faz cumprir as ações previstas na política habitacional.

A Política Nacional de Habitação, instituída em 1994, foi considerada um instrumento significativo no avanço em termos participativos, institucionais e legais para a habitação. Assim, em 2003, é instituído o conselho das cidades e o Sistema Nacional de Habitação (SNH), que reúne os esforços dos três níveis de governo, do mercado, das cooperativas e associações populares para promoção de moradia digna.

Vale destacar que as principais providências executadas foram a implementação de ações que favorecessem a construção civil, com a diminuição dos impostos sobre os materiais de construção, direcionamento dos recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia do Trabalhador (FGTS) para a Caixa Econômica Federal, bem como aumento dos subsídios e redução da taxa de juros (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b). Desse modo, SNH passou a se articular com eixos voltados para a política de desenvolvimento urbano no país, que prevê não só a habitação como também a mobilidade urbana, acessibilidade e saneamento básico.

Conforme se observa na figura 1 abaixo, o Sistema Nacional de Habitação está subdividido em dois sistemas: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Sistema Nacional de Mercado (SNM).

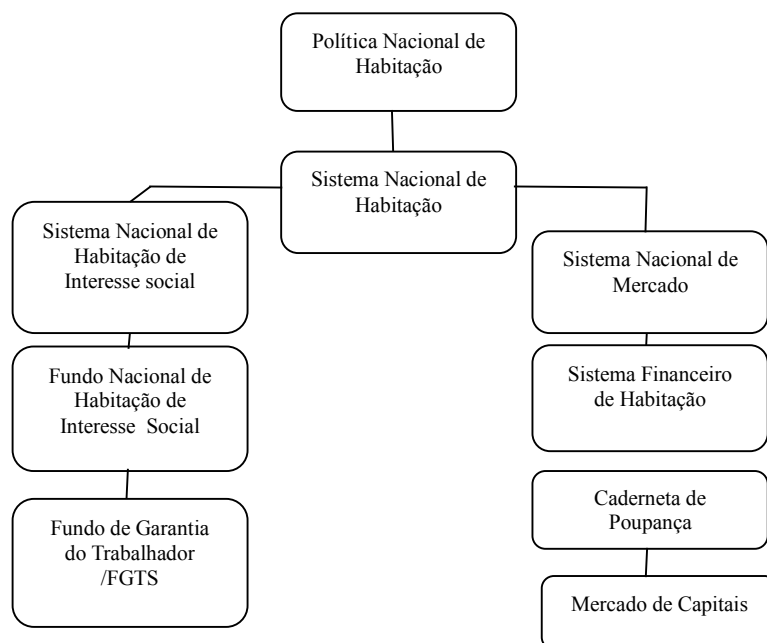


Figura 1- Organograma da política nacional de habitação
Fonte: Ministério das Cidades, 2010

Esses dois sistemas operam com fontes de recursos, formas e condições de financiamento diferentes. O SNHIS é voltado para atender à população de baixa renda de 0 a 3 salários mínimos, com recursos subsidiados através do governo para as famílias que, prioritariamente, moram em assentamentos precários. E o SNM para atender a classe média com renda acima de três salários mínimos com recursos emprestados para os usuários. Para acessar os recursos do fundo e aderirem ao SNHIS, os estados, Distrito Federal e municípios deverão tomar medidas de âmbito institucional, comprometendo-se a constituir um Fundo Local de Habitação de Interesse Social, criar um Conselho Gestor do Fundo Local e elaborar um Plano Local de habitação de interesse social. Assim, os dois estabelecem processos para a provisão de moradias em todos os segmentos sociais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b).

A aprovação do SNHIS é considerada também uma conquista dos movimentos populares, já que seu projeto de lei foi resultado de uma mobilização nacional dos movimentos de luta por moradia e de diversas entidades. Esse projeto de lei foi apresentado no parlamento, no dia 19 de novembro de 1991, por organizações e movimentos populares urbanos filiados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, tendo sido assinado por mais de um milhão de pessoas.

Um importante instrumento criado em 2001 foi o Estatuto das Cidades, que proporcionou nova fundamentação jurídica para a efetivação dos “direito à cidade”, o que significa ter acesso a aparelhos comunitários (escolas, posto de saúde lazer, transporte e etc.) – mas isto que não quer dizer que de fato funcione. O Estatuto engloba a função social da propriedade, o direito à moradia e a participação popular, dispõe sobre instrumentos capazes de permitir a efetividade da função social da propriedade e a segurança da posse. Os principais instrumentos são os seguintes:

Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - trata-se de uma forma de incluir, no zoneamento da cidade, uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio para o assentamento para famílias de baixa renda;

Concessão de uso especial para fins de moradia- Trata-se de um título de posse concedido ao possuidor que até 30 de junho de 2001 possuía como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados imóvel público situado em área urbana, que seja utilizado para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural;

Usucapião especial de imóvel urbano – garantia de titulação de áreas ocupadas em benefício do morador caso não haja reclamações em cinco anos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010a, p.38).

Desse modo, o Estatuto das Cidades pretende definir como regular a propriedade urbana de modo que os processos que a envolvem não se constituam empecilhos ao direito à moradia para a maior parte da população. No entanto, “executar o Estatuto das Cidades em um país culturalmente excluyente, tradicionalmente conservador, não é tarefa simples especialmente porque nessas sociedades emergentes ou periféricas, o poder político e social vem associado à propriedade patrimonial” (ESTATUTO DAS CIDADES apud MARICATO, 2010, p.20).

Ainda no Governo Lula, foi anunciado o plano de aceleração do crescimento (PAC), em que no eixo da infraestrutura social e urbana foi incluído o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Esse modelo é semelhante à política de habitação adotado no Chile, que conseguiu superar a produção de habitação informal, se tornando referência para outros países. No entanto, assim como no Brasil, criou territórios nas cidades marcados pela segregação espacial, ou seja, o lugar onde moram os pobres. O SNH e o Estatuto das Cidades foram importantes ações mantidos no Governo Dilma (2010-2014), continuando-se também o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que se expandiu e atualmente é o programa mais executado a nível

nacional com o objetivo de prover moradias. O PMCMV tem como principal objetivo contemplar famílias de baixa renda com moradia digna, podendo ser beneficiadas e organizadas através dos municípios, construtoras ou entidades habilitadas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b).

O PMCMV apresenta em sua estrutura a modalidade Entidades, uma novidade não constatada em programas passados. Essa inovação possibilitou os movimentos sociais serem agentes efetivos na produção de moradia no país. Nesta modalidade, qualquer associação ou cooperativa que esteja legalmente regularizada pode atuar como organizadora das famílias de baixa renda. O processo acontece da seguinte forma: a entidade apresenta os documentos de qualificação técnica e institucional para a Caixa Econômica Federal, no período estabelecido em portaria. A Caixa analisa a documentação e envia o relatório para o Ministério das Cidades, que faz a homologação do resultado. O resultado da habilitação da entidade é publicado no diário oficial e, se a entidade for habilitada, ela poderá atuar na gestão de construção de até 1.000 moradias.

O Fundo de Desenvolvimento Social subsidia até 95% do valor da casa e a Caixa acompanha e fiscaliza todas as fases da obra. Para participar do PMCMV-Entidades, as famílias devem atender os seguintes critérios prioritários:

- a) Ser família de baixa renda até 3 salários mínimos;
- b) Estar inscrita no CADÚnico;
- c) Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- d) Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- e) Famílias de que façam parte pessoas com deficiência e idosos.

O PMCMV-Entidades foi considerado uma vitória dos movimentos populares de luta por moradia, apesar de que no decorrer de sua implantação tenha havido várias contradições, como por exemplo: (a) o privilégio do setor privado para atuar como agente para efetivar a produção habitacional; (b) a ausência de articulação com a política urbana; (c) a desconfiança da Caixa sobre a gestão das entidades; (d) burocracia enfrentada pelas entidades nos municípios quanto aos documentos de autorização; (e) a falta de capacitação técnica das entidades; (f) a dificuldade de acesso à terra regularizada; (g) e o direito à cidade.

Os movimentos populares de luta por moradia conquistaram um espaço mais amplo nas discussões relacionadas à política de habitação. Essa luta tem sido permanente para que o PMCMV-Entidades possa atender às reais necessidades do público-alvo, tornando-os atores principais na construção das habitações e fortalecendo as associações e cooperativas.

2.3. O trabalho social em habitação de interesse social

O trabalho social é compreendido como ações socioeducativas a serem executadas com as famílias, por serem caracterizadas de “baixa renda” e de vulnerabilidade social (desemprego, a falta de educação ambiental, a baixa escolaridade, a violência, a cidadania negada e etc.). Assim, entende-se que somente a moradia digna não seria capaz de resolver outros problemas sociais experimentados pelas famílias, por isso, é necessário desenvolver ações voltadas para geração de emprego e renda, educação ambiental, mobilização, participação e etc.

As ações devem ser desenvolvido pelos trabalhadores sociais com todas as famílias beneficiárias, sendo que as normativas dos programas preconizam a participação de profissionais qualificados da área social, como: assistentes sociais e sociólogos

De acordo Raichelis (2006), objetivos específicos do trabalho social possuem orientação ética, política, democrática, educativa e organizadora, que incentiva a participação, a ação coletiva da população, o exercício cotidiano do protagonismo cidadão, socializando informações, investindo na capacitação dos sujeitos na apropriação de novos valores e conceitos de morar e conviver no espaço urbano. A execução do projeto do trabalho social tem natureza político-institucional e socioeducativa, englobando múltiplas dimensões complementares: planejamento, articulação e integração das ações públicas, trabalho direto com a população e no território, supervisão, monitoramento e avaliação.

Nessa direção, os diferentes desenhos metodológicos deverão levar em consideração os objetivos do programa, o perfil da população, as características dos territórios, os recursos humanos e financeiros disponíveis e a intersectorialidade com os demais componentes do projeto de intervenção. Para isso, é fundamental o planejamento do trabalho entendido como processo técnico-político composto por uma intencionalidade e uma instrumentalidade, que se materializa no projeto e na sua execução. O trabalho social deve acompanhar todas as fases do projeto físico de construção das casas. As fases são divididas em três etapas:

- a) Anterior as obras: conhecimento do território e da população; preparação e capacitação da população;
- b) Durante as obras: apropriação dos novos conhecimentos e espaços; fortalecimento de processos de organização e gestão;
- c) Posterior as obras: consolidação de novas aquisições e capacidades

A entidade organizadora do projeto é obrigada a cumprir todas as fases do trabalho

social, como condicionalidade para liberação do financiamento para a obra. O trabalho social com as famílias não segue um padrão fixo, mas algumas normativas para execução devem ser observadas. No desenvolvimento deste estudo, acompanhamos a fase anterior das obras na Colônia Antônio Aleixo, essa fase também pode ser denominado como implementação. Nesse momento, foram levantadas informações sobre o território de atuação, a seleção e organização das famílias, os cadastros, difusão sobre as informações do programa, as reuniões para tomada de decisões. É o momento mais importante de todo o projeto, pois nesta fase serão tomadas decisões e ações que influenciarão toda a fase de execução do programa. Desse modo, se faz necessário profissionais que tenham capacidade teórica e metodológica para coordenar o projeto e trabalhar com as famílias, reconhecendo que estes últimos devem ser os principais protagonistas do projeto.

2.4. Habitação e a questão social

Segundo Maricato (2001), em países desenvolvidos como o Canadá, 30% da população necessita de subsídios para resolver seus problemas de moradia, enquanto no Brasil essa estatística chega até 70%. Neste último, mais de um milhão de famílias residem em assentamentos precários sem as mínimas condições de moradia.

A questão da habitação pode ser considerada mais um entre os muitos problemas sociais urbanos do Brasil, o que reflete um século de políticas que não consideraram a população mais pobre. Por muitos anos o Estado relegou a questão social da habitação, atuando de forma paliativa, excludente e autoritário, visando à lucratividade e na maioria dos casos movidas por interesses secundários. Dito de forma mais direta, visando obter lucros para a máquina pública ou por vezes com mero intuito de promoção política partidária (SILVA, 1989).

Apesar de toda luta dos movimentos populares, da legislação e dos esforços do Governo Federal para prover moradia digna às famílias pobres, a execução dos projetos de habitação de interesse social ainda esbarra em um antigo problema do país. Devido ao metro quadrado dos terrenos nos centros das cidades terem valores exorbitantes e, muitas vezes, por serem alvos da especulação imobiliária, grande parte das casas de habitação de interesse social são construídas em terrenos distantes. Isso acontece devido ao recurso para execução dos programas serem insuficientes para pagar um terreno mais próximo aos centros urbanos, causando a segregação espacial.

Assim sendo, as famílias na esperança de obter uma moradia digna são reassentadas em terras que ficam no entorno da cidade. Esses locais são caracterizados por serem distantes e por

não terem aparelhos comunitários, entre outros serviços, que possam atender à necessidade dos moradores. Por isso, algumas famílias abandonam os locais da nova moradia e voltam para o seu lugar de origem, onde têm escola, padaria, posto de saúde e etc.

Para exemplificarmos essa realidade, basta pensarmos onde estão sendo construídos os conjuntos do programa “Viver Melhor”, executado pelo Governo do Estado do em Manaus. O último empreendimento desse programa foi construído no Bairro de Santa Etelvina, localizado próximo aos limites da cidade e um tanto distante do centro e de outras zonas comerciais.

Parte das grandes cidades brasileiras tem sua população morando em locais sem qualquer regularização urbanística. No sistema capitalista o acesso à moradia obedece meios altamente diferenciados, vinculados à lógica de produção, em que a apropriação do espaço na cidade vai sendo configurado de acordo com os interesses de classes e criando desigualdades na vida social. O salário da grande maioria dos trabalhadores não tem sido em épocas passadas e atuais suficiente para que se possa prover uma moradia digna para suas famílias, obrigando-os a criar estratégias de sobrevivência e de provisão, sobretudo precárias e desumanas (MARICATO, 2001). O alto custo dos imóveis em áreas centrais, com eficiente estrutura urbana, exclui a possibilidade de cidadãos pobres viverem nestas áreas. Desse modo, são obrigados a morar em locais distantes com pouca ou quase nenhuma infraestrutura básica.

A ausência de opções habitacionais no Brasil, criada pelo intenso processo de urbanização e baixa intervenção do poder estatal, baixa renda das famílias, especulação de terra urbanizada e insuficiência das políticas de habitação, levaram uma grande parte da população brasileira a viver em assentamentos precários e informais. Assim, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela expansão dos assentamentos precários, agravados pela crise econômica e pelo empobrecimento da população (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b).

O termo “assentamentos precários” foi incorporado pela Política Nacional de Habitação, com o objetivo de definir em abrangência nacional um conjunto de moradias urbanas consideradas inadequadas para habitação. Estas incluem as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas, assim como os conjuntos habitacionais que se acham degradados. Resumindo-se o que descreve o Ministério das Cidades (2010b), os assentamentos precários são porções do território urbano com dimensões e tipos variados, geralmente seguem as seguintes características:

- a) São áreas predominantemente residenciais, habitadas geralmente por famílias de baixa renda;

- b) As casas são caracterizadas por terem inúmeras carências e inadequações, como: irregularidade fundiária, ausência de infraestrutura e saneamento;
- c) Estão em locais com enormes distâncias dos centros urbanos e entre a moradia e o trabalho;
- d) Em sua grande parte não possuem um serviço de transporte que consiga atender a grande demanda populacional, além de serem desconfortáveis e inseguros;
- e) Inexistência ou deficiência de serviços públicos como: saúde, educação, lazer e etc;
- f) Os terrenos estão sujeitos a alagamento, deslizamentos e outros tipos de risco;
- g) Adensamento excessivo dos assentamentos e das edificações, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional;
- h) Apresentam situações de extrema vulnerabilidade, com predomínio de situações de violência e tráfico.

Os assentamentos precários são classificados em "consolidados", "consolidáveis" e "não consolidáveis", conforme as definições do Ministério das Cidades (2010b) a seguir:

- a) Consolidados: são assentamentos que já estão integrados urbanisticamente e dotados de infraestrutura básica, porém, não estão regularizados e seus moradores apresentam demandas específicas por programas de pós-ocupação, sociais e equipamentos e serviços públicos;
- b) Consolidáveis: aquele que apresenta condições favoráveis de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano, abertura ou readequação de sistema viário, implantação de infraestrutura básica, regularização urbanística do parcelamento do solo, com ou sem necessidade de remoção de parte das famílias moradoras. A realocação (remoção) pode ser necessária para eliminar situações de risco, promover o desadensamento, para executar intervenções urbanas ou, ainda, em função de restrições legais à ocupação;
- c) Não consolidáveis: aqueles que não apresentam condições de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano. Trata-se de núcleos comprometidos por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, como, por exemplo, os que se localizam sob aterro sanitário, oleoduto, viário estrutural da cidade, áreas de risco, de preservação ambiental. Os núcleos "não consolidáveis" são objeto de intervenção do tipo "remoção" e reassentamento em novas áreas.

Conforme a descrição do Ministério das Cidades, é possível perceber que o problema não é só a falta da casa, mas possui várias dimensões relacionadas à falta de infraestrutura,

saneamento básico, mobilidade urbana e regularização fundiária. Nesse sentido, a ocupação de áreas de risco ou ambientalmente frágeis é a opção que muitas vezes sobra para a população de baixa renda, excluída do mercado e dos programas públicos.

Para Maricato (2001), além da ilegalidade e dos altos índices de violência, estão presentes nesses bairros mais vulneráveis: alta taxa de mulheres chefes de famílias, maior taxa de desemprego, baixa escolaridade, renda média abaixo da renda média urbana, alta taxa de mortalidade infantil, ocorrência frequente de doenças por epidemia, etc. As autoridades públicas e até mesmo a polícia têm dificuldade de circular livremente por essas áreas, que estão liberadas do “contrato social”. Ainda segundo o autora, “num mesmo momento histórico, estão presentes os modos de vida pré-moderno (a produção doméstica da moradia, a proximidade dos dejetos) convivendo com o modo de vida pós-moderno baseado na comunicação revolucionada” (p.38).

A Fundação Joao Pinheiro realiza pesquisas que traduzem a realidade dos assentamentos precários em números. Essas estatísticas são utilizadas oficialmente pelo Governo Federal para divulgar as necessidades habitacionais mais recentes no país. Os estudos da Fundação João Pinheiro apresentam o déficit habitacional nas zonas urbanas e rurais. Nesse sentido, o déficit habitacional no Brasil supera 6,4 milhões de unidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013) e inclui moradias divididas em quatro categorias distintas, conforme as descrições a seguir:

- a) Domicílios precários: um conjunto de moradias que por sua situação de precariedade não tem condições de serem habitadas. Podem ser representados por aqueles domicílios que não são de alvenaria. Os materiais (taipa não-revestida, madeira aproveitada, palha) utilizados possuem vida útil e oferecem risco a saúde ou são muito antigos. Também são representados por aqueles domicílios improvisados utilizados como moradia, mas que não servem para este fim, como por exemplo carcaça de carros abandonados, viadutos, imóveis comerciais, barracas, cavernas e outros;
- b) Coabitação familiar: representado por famílias conviventes que têm a intenção de ter o seu próprio domicílio. São famílias secundárias que moram com uma família principal na mesma unidade habitacional. Geralmente a família principal cede ou aluga um cômodo da casa para famílias conviventes ou terceiros;
- c) Ônus excessivo com aluguel: representado por famílias de baixa renda que não reúnem capacidade econômica suficiente para pagar aluguel. Este componente inclui as famílias com até três salários mínimos e que utilizam até 30% da renda para pagar o imóvel;
- d) Adensamento excessivo de domicílios alugados: caracterizado por número de pessoas

que utilizam o mesmo cômodo como dormitório; neste caso, foi considerado um único dormitório para o número acima de três moradores permanentes.

Desse modo, o déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como aqueles domicílios que precisam ser repostos, por conta da precariedade, e pela falta de domicílios que precisam ser construídos em consonância com o número de famílias que não têm casa própria. Tal déficit é calculado somando os quatro componentes: os domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. Os componentes são calculados de forma sequencial e, para contar como déficit, basta que o domicílio atenda no mínimo um único critério. O cálculo do déficit relativo é feito dividindo o número de déficit da unidade de análise pela soma de domicílios particulares permanentes e improvisados existentes. Tal indicador “é extremamente relevante, pois é capaz de revelar as necessidades habitacionais neutralizado o efeito tamanho do município no indicador final” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 24).

É importante salientar que segundo as estimativas da Fundação João Pinheiro (2013), o Brasil possui 58 milhões de domicílios permanentes adequados para morar. Na Tabela 01, são apresentados dados da estimativa do déficit habitacional levantados pela Fundação João Pinheiro (2013), com base no censo demográfico publicado pelo IBGE em 2010, que apresenta as necessidades mais recentes na área da habitação no Brasil.

Os dados apontam que há um déficit habitacional de 6,4 milhões de unidades no Brasil, o que corresponde a 12,1% de residências do país. Os dados da Tabela 01, demonstram que a região Sudeste concentra o maior déficit habitacional, com 2,6 milhões de unidades, o que representa 41% do total absoluto. Em seguida vem a região Nordeste, com 1,4 milhões unidades, o que são 33% do total absoluto. A região Centro-Oeste possui o menor déficit, com apenas 560 mil unidades. Em valores relativos, ou seja, comparando o total de déficit com o número de domicílios particulares permanentes por região, o Norte apresenta os maiores e piores resultados, isto é, 20,6% dos domicílios da região se enquadram em algum critério de déficit. A região Sul é a que apresenta o menor déficit habitacional relativo do país, com 8,7% (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Região	DÉFICIT HABITACIONAL TOTAL					
	Absoluto (n°)			Relativo (%)		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Norte	585.725	237.17	823.442	19,4	24,7	20,6
Nordeste	1.532.184	579.333	2.111.517	13,7	15,6	14,1
Sudeste	2.576.502	97.925	2.674.428	10,9	5,9	10,6
Sul	685.111	85.639	770.749	9,0	6,7	8,7
Centro-Oeste	506.006	54.599	560.555	13,1	11,5	12,9
Brasil	5.885.528	1.055.163	6.490.691	11,9	13,0	12,1

Tabela 1 - Déficit habitacional total no Brasil
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013

No entanto, em uma análise mais profunda, pode-se afirmar que esses números não retratam a verdadeira demanda habitacional do Brasil. Segundo a definição de assentamentos precários, os mesmos se constituem como um território com tamanhos e tipos variados, caracterizados por terem inúmeras carências e inadequações. Sendo assim, não foi encontrado uma pesquisa que mostre em números a quantidade de assentamentos precários nas cidades brasileiras, já que a pesquisa foi feita por unidades habitacionais distinguido por categorias, conforme a definição da Fundação João Pinheiro. O que se entende é que existem casas contabilizadas em assentamentos precários que foram consideradas dignas de moradia, apesar de ser óbvio que existem casas de alvenaria e com boa estrutura assentadas em ambientes tidos como precários. No entanto, há uma contradição, já que uma moradia não pode ser considerada digna para viver se o local onde está assentada não possui asfalto, saneamento básico, água tratada, energia elétrica regularizada, entre outros.

Isso nos leva a inferir que, independentemente da casa não se incluir em algum critério do déficit, mas se ela estar em assentamento precário, a mesma deveria ser calculada como déficit. Isso porque se fossem incentivadas obras de infraestrutura em um assentamento precário específico, as famílias teriam que ser remanejadas e novas habitações deveriam ser construídas. Há também o déficit habitacional qualitativo, não explícito nas estatísticas, que pode ser caracterizado pela falta de algum ou de todos os tipos de serviços públicos básicos como: falta de coleta de lixo, saneamento, água e energia. Há mais de quinze milhões de domicílios nesta situação no Brasil. Assim o déficit parece ser muito maior do que o divulgado nas pesquisas

oficiais, pois há inúmeros assentamentos precários espalhados pelo Brasil.

Na Tabela 02, podemos verificar o déficit habitacional por componente: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel, adensamento excessivo de domicílios alugados. De acordo com os dados expostos, a coabitação familiar ocupa o maior número do déficit habitacional do país (39,4% do déficit total) e o ônus excessivo com aluguel ocupa o segundo lugar nas justificativas pela falta de moradia (30,6% do déficit). Ambos somados representam 70% do total do déficit habitacional, o que corresponde a aproximadamente 5,1 milhões de unidades. Vale ressaltar que no ônus excessivo com aluguel estão incluídas 2,1 milhões de famílias consideradas de baixa renda, com ganhos de 0 a 3 salários mínimos.

Região	DÉFICIT HABITACIONAL POR COMPONENTE			
	Precários	Coabitação	Ônus	Adensamento
Norte	303.261	352.661	121.893	45.687
Nordeste	603.000	923.984	479.541	104.992
Sudeste	175.238	1.165.196	1067.265	266.729
Sul	172.822	309.276	259.799	28.853
Centro-Oeste	89.114	240.255	195.906	35.279
Brasil	1.343.435	2.991.313	2.124.409	481.53

Tabela 2 - Déficit habitacional por componente
Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

Além de não terem meios suficientes para prover o sustento de suas famílias, precisam comprometer uma boa parte de sua renda para pagar a moradia, que quase sempre, pelo baixo valor, são de péssima qualidade. Essa realidade pode ser constatada mais intensamente nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde o número de domicílios precários é menos expressivo, mas o ônus excessivo com aluguel é alto.

Os domicílios precários assumem a terceira posição do déficit habitacional total do país (19,4%). Nas regiões Norte e Nordeste, os domicílios precários aparecem com maior percentual que nas demais regiões. Em suma, o adensamento excessivo de domicílios alugados e os domicílios precários são os menos expressivos do déficit, somando cerca de 1,8 milhões de unidades.

Outros dados que merecem destaque são a quantidade de domicílios vagos nas regiões

brasileiras segundo localizados na zona urbana ou rural, conforme revelado pela Tabela 03. A maioria desses imóveis se concentram em áreas centrais e, portanto, atendidas por infraestrutura e oferta de serviços urbanos.

Região	DOMICÍLIOS VAGOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS		
	Urbano	Rural	Total
Norte	307.292	98.338	405.630
Amazonas	59.189	8.547	67.736
Nordeste	1.216.995	715.976	1.932.971
Sudeste	2.095.381	352.784	2.448.165
Sul	654.354	157.141	811.495
Centro-Oeste	382.956	70.944	453.900
Brasil	4.656.978	1.395.183	6.052.161

Tabela 3- Domicílios vagos
Fonte: Fundação João Pinheiro (2013)

Conforme se observa, o Brasil tem 6,0 milhões de domicílios vagos. Esse valor se aproxima ao do déficit de 6,4 milhões de unidades. Essa aproximação dos dados nos leva a refletir se a ocupação desses domicílios vagos solucionaria o problema habitacional do país. No entanto, não foram localizados estudos que comprovassem que os domicílios vagos poderiam resolver ou amenizar o problema do déficit habitacional.

Apesar disso, sabe-se que é comum no Brasil a prática da especulação imobiliária e que, muitas vezes, os poderes públicos preferem assumir uma posição de neutralidade nas discussões sobre tais assuntos, pois esses imóveis, geralmente, pertencem a pessoas com alto poder econômico.

2.5. A questão social da habitação em Manaus

No Amazonas, especificamente na cidade de Manaus, a apropriação do espaço e a consolidação de moradias não obedeceu a uma lógica diferente de outros contextos brasileiros. A urbanização em Manaus e, conseqüentemente, sua ocupação acelerada, iniciou a partir da consolidação da zona Franca de Manaus, nos anos 1960. Vejamos em linhas gerais como foi esse processo.

Após o declínio da economia da borracha na segunda década do século XX, a população

do interior do Estado do Amazonas, dedicava-se ao extrativismo vegetal, à agricultura e à pecuária de pequeno porte direcionada para o abastecimento da capital, além das atividades de subsistência. Manaus vivia dessa fraca economia e de modestas transferências de recursos pelo governo federal.

Mas a partir de 1966, segundo Ianni (1986), se iniciou uma nova fase de desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia de expansão mais acelerada das relações de produção e forças produtivas no extrativismo, agricultura e pecuária. Foi nesse contexto de inclusão da Amazônia no modelo econômico desenvolvimentista do governo militar que foi criada a Zona Franca de Manaus, através do decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com o objetivo de atrair interesses econômicos e financeiros para o estado do Amazonas, através de incentivos fiscais especiais e de uma área livre para o comércio de importação e exportação. Essas medidas possibilitariam o desenvolvimento da Amazônia ocidental, resultando no aumento da oferta de empregos, incentivo ao turismo interno e o desenvolvimento industrial agropecuário.

Segundo Ranciaro (2004), o advento da Zona Franca de Manaus na Amazônia deu notório destaque à cidade. No entanto, esta nova estruturação somada ao crescimento do comércio de produtos importados gerou distorções sem precedentes, dentre os quais se destacam a concentração econômica na capital amazonense e o êxodo rural acelerado. Isso inegavelmente provocou o desenvolvimento das desigualdades sociais, visto que as oportunidades de emprego não acompanharam o aumento da população, gerando certos problemas sociais como o crescimento populacional acelerado e desordenado.

Segundo Oliveira (2007), a consolidação de moradias em Manaus se iniciou com a expansão dos conjuntos habitacionais, que foram construídos através da iniciativa privada e outros por subsídios oferecidos pelo Estado com incentivos do BNH. Os mais conhecidos são os conjuntos do: Japiim, Flores, Petros e Cidade Nova. As casas eram iguais e foram expandidas horizontalmente e com o tempo sofrendo modificações. Atualmente, nos locais de conjuntos que compõem a cidade, dificilmente encontram-se casas em sua estrutura original. Os conjuntos residenciais se caracterizam por ser residências formais, portanto recebem obras vinculadas a infraestrutura de água e eletricidade.

Para os segmentos populares que não conseguiram ou não conseguem ter acesso a moradia regularizada, restou os espaços de florestas no entorno da cidade ou os igarapés, que foram gradativamente sendo ocupadas. Esse processo continuou acontecendo por anos e, em 2002, por exemplo, surgiram em Manaus 54 novas ocupações e 40 se consolidaram,

transformando-se em bairros com carência de infraestrutura urbana de toda ordem. As ocupações se formam rapidamente, sem planejamento e, depois de um longo período, recebem infraestrutura necessária, fato que só acontece mediante muitas reivindicações dos moradores. Segundo Oliveira (2007), se formaram de ocupações irregulares em Manaus os seguintes bairros: Colônia Santo Antônio, Coroado, Compensa, Lírio do Vale, Mauzinho, Novo Israel, Santo Agostinho, Vila da Prata, Zumbi dos Palmares e parte do Tarumã. Alguns desses bairros já possuem atualmente boa infraestrutura e aparelhos comunitários, são compostos por segmentos de todas classes sociais e são mais próximos do centro da cidade, enquanto outros resultantes de ocupações, como Colônia Terra Nova, Monte das Oliveiras e Santa Etelvina, têm uma realidade bem diferente. Desse modo, as ocupações em Igarapés em Manaus surgiram como estratégias que os segmentos de baixa renda encontraram para ter acesso à moradia.

Com relação ao déficit habitacional, o estado do Amazonas apresenta um dos maiores e piores resultados a nível nacional nas pesquisas realizadas pela Fundação João Pinheiro e o Observatório das Metrópoles. Calculou-se o déficit habitacional e a inadequação de domicílios de 5.561 municípios, conforme descrito anteriormente. Todos os municípios apresentaram variados e distintos problemas em relação à questão habitacional.

Manaus está entre os cinco municípios brasileiros com o maior déficit habitacional absoluto, apenas atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador, com total de 105.587 mil unidades habitacionais, o que representa 22,9% do déficit total relativo (Fundação João Pinheiro, 2013) – o que é o maior déficit relativo do país. Segundo Oliveira (2007), Manaus apresenta um grande número de pessoas residindo em áreas inadequadas, como Igarapés, encostas, moradias precárias com pouco ou quase nenhum serviço público de infraestrutura. Segundo os estudos do observatório das metrópoles (2009), Manaus apresenta os seguintes dados:

- a) 104.371 mil domicílios apresentam serviço inadequado de abastecimento de água;
- b) 167.311 mil domicílios apresentam problemas de esgotamento sanitário;
- c) 7.602 mil apresentam problemas para descartar seu lixo, pois inexistente coleta.

O que se destaca nos dados é a ausência de condições mínimas de infraestrutura de saneamento básico por toda a cidade. Segundo o observatório das metrópoles (2009), quase todas as áreas de Manaus estão sujeitas a riscos ambientais decorrentes da falta de infraestrutura e de saneamento. Esse fato coloca a cidade em pior situação quanto à condição socioambiental, quando comparado a todas as outras metrópoles do país.

Em relação ao risco ambiental, as condições inadequadas de saneamento são

consideradas de risco, quando comparado à proporção de domicílios nestas condições. Dentre as 39 áreas da cidade que foram estudadas pelo observatório, nenhuma foi classificada como baixíssimo risco ou baixo risco ambiental, fato único entre todas as regiões metropolitanas estudadas. Apenas quatro áreas foram consideradas médio baixo risco ambiental: Japiim, Chapada, São Geraldo e Dom Pedro I. Outras 23 áreas foram classificadas nos dois grupos de maior risco ambiental, ou seja, são áreas onde mais de 60% dos domicílios apresentam inadequação em termos das condições de saneamento. As piores situações são encontradas na Área de Expansão da Zona Rural, Jorge Teixeira, Colônia Terra Nova, Tarumã, Ponta Negra, Santa Etelvina, Monte das Oliveiras e Cidade Nova. Desse modo conclui-se que, a realidade de Manaus revela-se complexa com precários serviços urbanos e com intensas desigualdades espaciais.

2.6. Conclusão

A Habitação de Interesse Social surge como uma medida de intervenção do governo na questão social habitacional brasileira, a partir da deficiente produção de habitações alcançáveis aos setores de baixa renda. Isso levou os vários governos adotarem medidas e criarem políticas com o objetivo de resolver o problema habitacional. Força impulsionadora importante foi a forte pressão de movimentos populares, que evidenciavam a insatisfação com a atuação do Estado na problemática, a qual afeta, sobretudo, as classes populares. Apesar de ter emergido a partir do descontentamento em relação à configuração da situação habitacional, ainda não se conseguiu sanar o déficit habitacional brasileiro através de seus programas sociais. Diante desse caos revelado pelas pesquisas e as inúmeras reivindicações dos movimentos populares, o governo Lula criou o programa “Minha Casa Minha Vida” na tentativa de amenizar essa questão social. O governo Dilma, em sua campanha eleitoral, sinalizou mais de um milhão de moradias construídas para famílias de baixa renda através do PMCMV. No entanto, em uma rápida pesquisa de quanto era o déficit habitacional no ano 2000 comparado ao déficit de 2013, constata-se a construção de somente 700.000 unidades.

As estatísticas da fundação João Pinheiro, nesse sentido, demonstram evidências por todo país do quanto ainda se faz necessário investir na produção de habitações para as populações desfavorecidas. Entretanto, essas estatísticas não revelam a quantidade de porções de território no Brasil com características de assentamentos precários, conforme a definição do Ministério das Cidades. Isto leva ao questionamento acerca dos estudos realizados, assim como efetividade dos programas criados para favorecer a aquisição de moradias pela população de

baixa renda.

No caso específico de Manaus o problema não está só na falta da moradia digna, mas na falta de infraestrutura básica por toda a cidade, o que deixa a mesma no ranking das cidades que traduzem os maiores e piores números na área habitacional pelo Observatório das Metrôpoles. Isso foi também constatado na divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) divulgado em 2014, que demonstrou que é a pior cidade do Brasil para se morar (SEVERIANO, 2015), devido o IDHM em três áreas mais importantes para o desenvolvimento humano: longevidade, renda per capita e educação serem caracterizados como o mais baixo do país.

CAPÍTULO III – A COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO E A PARTICIPAÇÃO SEGUNDO OS MORADORES DA COMUNIDADE DA FÉ I SELECIONADOS PARA O PMCMV

3.1. Introdução

As instituições e entidades que pretendem implementar um programa ou projeto em comunidade, e não tem a mesma como referência, dificilmente terão êxito no decorrer do trabalho. Por isso, entender os modos de vida cotidiana da comunidade se faz necessário quando se pretende fazer alguma ação na mesma. A Psicologia Comunitária pode contribuir nesse sentido, uma vez que “estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade, estuda o sistema de relações e representações, identidade e consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunitário” (GÓIS, 1994, p. 43).

A Psicologia Comunitária apresenta um viés relevante para os que desejam conhecer mais profundamente a dinâmica da comunidade. Nesse sentido, desenvolve seus estudos em três principais categorias de análise, a mudança social, o sentimento de pertencimento e a participação (GÓIS, 1994). Esta última categoria é o foco dessa pesquisa, que teve como principal objetivo responder a seguinte inquietação: por que a participação dos candidatos do PMCMV e entidades é quase inexistente no trabalho social em habitação de interesse social? Essa falta de participação faz com que a equipe do trabalho social apresente modelos prontos de ações que dificilmente se aproximam do que as famílias desejam. E conseqüentemente, os modelos de casas elaborados por engenheiros e arquitetos se distanciam do verdadeiro interesse das famílias, que se submetem à decisão alheia, por considerar a casa própria uma benevolência do governo. Desse modo, a Psicologia Comunitária contribui com ferramentas para compreender e promover a participação efetiva no âmbito comunitário, além de apresentar um sólido referencial teórico sobre comunidade e mudança social.

Neste capítulo traremos os resultados e discussão desta pesquisa. Primeiro traremos a descrição da comunidade, que foi feita a partir das informações registradas no diário de campo, coletadas a partir da experiência direta na comunidade. Em seguida apresentaremos o perfil socioeconômico das famílias selecionadas para o estudo, para mostrar que as mesmas vivem em situação de vulnerabilidade social e notoriamente se beneficiarão com o PMCMV. Por fim, apresentamos o que entendem por participação e quais as maneiras que têm adotado para tal. Conforme exposto anteriormente, as famílias entrevistadas foram selecionadas para esta pesquisa da seguinte forma: foram cadastradas 200 famílias moradoras de assentamentos precários para participar do programa, dentre essas famílias, 20 residem na comunidade da Fé

I. Destas, 12 famílias foram convidadas para participar da pesquisa, de forma não probabilística e intencional seguindo os critérios de inclusão e exclusão.

3.2. A Colônia Antônio Aleixo

Na década de 1920, o Presidente Getúlio Vargas ordenou ao Ministro Tancredo Neves a construção de hospitais de isolamento para portadores de hanseníase por todo o Brasil. Em 1929, criou-se a Colônia Antônio Aleixo com a construção de 16 pavilhões no Amazonas à margem direita do Rio Negro. O local foi sendo ocupado estritamente por portadores da hanseníase, que eram enviados de vários interiores do Amazonas e do Brasil, pois nesta época não havia tratamento efetivo para a doença e o receio do contágio era grande entre a população. Assim, a melhor opção encontrada pelos governantes era enviar os doentes para áreas geográficas distantes e isoladas, onde havia dificuldades de fuga e da qual ninguém podia sair sob ameaça de prisão.

A organização e o tratamento dos atingidos pela doença eram liderados pela igreja católica e executado por padres e freiras. Segundo, os ex-hansenianos as regras de convivência social na Colônia eram bastante rígidas, pois havia horário estabelecido para todas as atividades sociais, sob pena de aplicação de castigos, caso houvesse desobediência as normas. O modo de viver dos moradores na época da internação compulsória era precário, pois eles não podiam trabalhar fora. Assim, sobreviviam basicamente da pesca e da extração de madeira e não tinham acesso a serviços públicos de saúde, por isso muitos ficaram com deficiências físicas. Um motivo de grande trauma entre os ex-hansenianos foi a separação de seus filhos, as crianças que nasciam saudáveis eram arrancadas de suas mães e enviadas para famílias substitutas e abrigos, onde sofriam todos os tipos de mazelas. As colônias eram depósitos de doentes, os que foram enviados para estes locais, ficaram sujeitos a própria sorte por longos anos.

Em 1979, o leprosário foi desativado e a Colônia Antônio Aleixo tornou-se uma comunidade aberta. Os ex-hansenianos e os parentes dos mesmos começaram a ocupar os espaços de terras vazias, que foram loteados e distribuídos. O local foi sendo ocupado lentamente, pois o preconceito e o medo do contágio ainda era forte entre as pessoas. Ainda hoje, o complexo sofre com a discriminação social, pois há no imaginário popular que no local só moram hansenianos. O foco da doença no local é quase zero, sendo que existe outras áreas da cidade de Manaus consideradas endêmicas, no entanto essas informações não são divulgadas pelos meios oficiais.

Uma pequena população dos ex-hansenianos que foram segregados, ainda mora e faz

parte da história e da memória do bairro. Eles formam um movimento social denominado MORHAN - Movimento de Reintegração dos Atingidos pela Hanseníase.

A Figura 2 mostra a localização da Colônia Antônio Aleixo na zona urbana de Manaus, interligada por única estrada de acesso ao bairro por via terrestre, o acesso, também é possível pelo meio fluvial. Para chegar ao bairro é necessário percorrer uma longa e única estrada, onde possui algumas empresas e terrenos arborizados. A Colônia está margeada pelo Rio Negro e Solimões (encontros das águas).

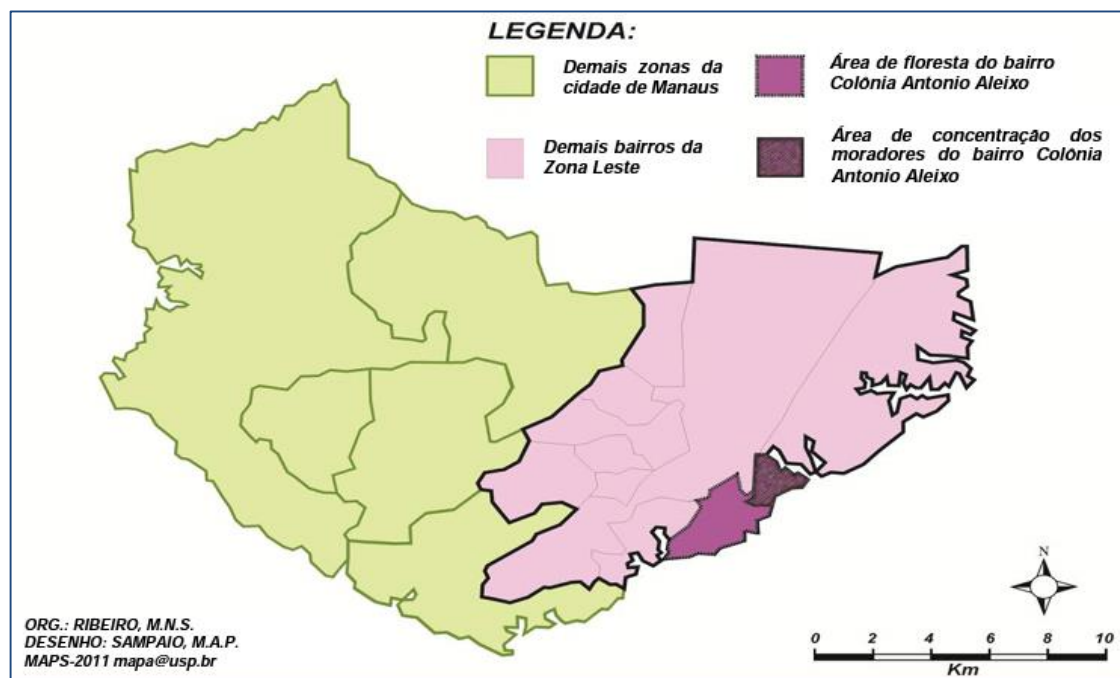


Figura 2- Localização da Colônia Antônio Aleixo no município de Manaus
Fonte: Ribeiro, 2011

É um dos imóveis pertencentes à União e abrange a área do Distrito Industrial II. Devido ao considerável aumento populacional, o bairro foi dividido em sete comunidades: Fé I, Fé II, Onze de Maio, Nova Esperança, Colônia Antônio Aleixo, Planalto, Guilherme Alexandre. A Figura 3 mostra a divisão do bairro em comunidades, embora não seja reconhecido formalmente é conhecido popularmente por todos os moradores do local. Destaca-se a visualização do rio em partes mais altas na comunidade da Fé I e II, e na comunidade Colônia Antônio Aleixo e 11 de maio é possível acessar a beira do rio. O bairro possui uma paisagem impressionante do Rio Negro e Solimões e devido à proximidade com os rios, as pessoas que visitam pela primeira o local questionam-se se estão no fim do mundo.

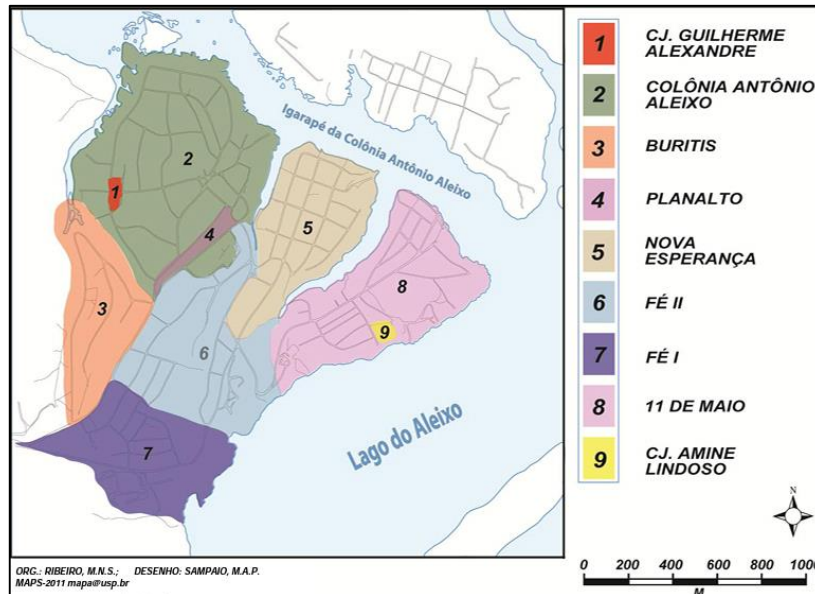


Figura 3 - Comunidades da C.AA
Fonte: Ribeiro, 2011

3.2.1. Demografia

Há uma discordância entre os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pesquisas realizadas por outras instituições sobre quantidade de pessoas existente na Colônia Antônio Aleixo. Segundo os dados do IBGE (2010), o local possui uma população de 16.602. No entanto, um Estudo de Impacto Ambiental do Terminal Portuário das Lajes de 2009, constatou que o bairro possui mais de 30.000 habitantes (EIA/RIMA, 2009 apud RIBEIRO, 2011).

3.2.2. Infraestrutura

Devido a Colônia ter surgido de ocupações desordenadas, não se observa um padrão na organização física do bairro. Assim, possui boa infraestrutura em algumas comunidades e infraestrutura regular em outras. A Colônia Antônio Aleixo foi a primeira comunidade a se formar no bairro, por isso é a bem mais estruturada, aparentemente não se constata ruas com buracos ou sujas. Também concentra grande parte do comércio local, como: lanches, mercadinhos, banco, entidade, academia de ginástica, igrejas, unidades de saúde e praça. Nessa comunidade também reside grande parte de ex-hansenianos da época da internação compulsória, que são todos idosos.

Com exceção da comunidade Colônia Antônio e 11 de maio, todas as outras surgiram de ocupações desordenadas, as comunidades da Fé I, Fé II e Buritizal são as que mais apresentam serviços de infraestruturas precários, pois algumas ruas não possuem asfaltamento

ou estão bastante degradadas. Nestas últimas, observa-se uma grande quantidade de lixo nas ruas, apesar de o bairro ter um distrito de limpeza integrado, pertencente à prefeitura de Manaus. Destaca-se a ausência de lixeiras públicas e a execução de um projeto local que sensibilize os moradores para não jogar lixo nas ruas. Há também um distrito integrado da secretaria municipal de infraestrutura no bairro, no entanto não conseguem realizar os serviços necessários na comunidade.

3.2.3. Serviços de Saúde

O bairro é considerado referência em serviços de saúde, pois dispõe de diversos serviços e unidades de saúde, como: hospitais, maternidade, policlínicas, centros de reabilitação, unidades básicas e unidade do SAMU. Essa estrutura foi necessária devido o dever do Estado em prestar serviços de saúde integral aos ex-hansenianos que não disponibilizaram desses serviços por longo anos. No entanto, ainda existe muitas reclamações em relação a esses serviços, sendo motivo de discussão e processos judiciais contra o Estado. Segundo o MORHAN, as reclamações são referentes à falta de profissionais que façam curativos em domicílio, pois muitos idosos que foram atingidos pela hanseníase são acometidos com feridas na pele, impossibilitando a locomoção deles.

3.2.4. Lazer

As áreas de lazer são praticamente inexistentes no bairro, motivo de muita reclamação entre os moradores. Só existe uma praça para o lazer, localizada na comunidade Colônia Antônio Aleixo, mas possui pouco espaço devido a existência de vários lanches. Como o bairro estar próximo ao rio, há alguns flutuantes que recebem pessoas de vários locais da cidade, no final de semana. No entanto, há uma preocupação dos moradores com o banho na beira dos rios, pois há grande quantidade de casas ribeirinhas que despejam dejetos diretamente nas águas. Além dos flutuantes existe os campos de futebol, onde são realizados campeonatos e eventos comunitários.

3.2.5. Trabalho e renda

O bairro não possui uma economia desenvolvida. Apesar de estar situado no Distrito II, há poucas pessoas que trabalham nas empresas próximas, por isso as atividades profissionais são muito diversificadas. Há pessoas que sobrevivem com a venda de peixes pescados do lago do Aleixo, artesanatos, reciclagem de garrafas pet, verduras e pequenos comércios locais. Há

também muitos aposentados, que em sua grande maioria são os ex-hansenianos que foram indenizados pelo governo, como reparação aos maus tratos sofridos no período do internamento compulsório. Observa-se muitas pessoas desempregadas, dependentes do programa de transferência de renda Bolsa Família. Durante o dia verifica-se muitas pessoas nas ruas, diferente de bairros de classe média ou alta, nos quais as ruas são vazias por haver mais pessoas trabalhando do que ociosas.

3.2.6. Serviços de água

A distribuição de água é feita por poços artesanais, que foram perfurados e construídos com o incentivo da igreja católica desde a fundação da Colônia. Com o passar dos anos e como consequência do aumento populacional, mais poços de grande porte foram perfurados e construídos. Esses poços são administrados por comissões de pessoas, eleitas pela comunidade. Elas são responsáveis por receber a taxa de manutenção que varia de R\$ 25,00 a R\$ 30,00 reais.

Grande parte da comunidade sente-se satisfeita com os serviços de água, por isso não concorda que a empresa Manaus Ambiental execute esse serviço que se mostra deficiente em outros bairros da Zona Leste. No entanto, há uma preocupação das lideranças comunitárias e dos órgãos ambientais referente ao esgotamento dos poços e a qualidade da água, devido à inexistência de serviços de saneamento básico nas comunidades. Recentemente, invadiram o terreno do poço Amazonas, que abastece mais de oito mil residências. Esse ato estava comprometendo o fornecimento de água para as casas. Muitas pessoas do bairro ficaram irritadas com os invasores, levando-as se reunir para retirá-los do local, já que poder público se mostrou ineficiente.

3.2.7. Transporte público

No bairro circulam duas linhas de ônibus, o 085 que transporta os passageiros até o terminal 5, percorrendo a avenida principal do bairro Zumbi, e a linha 604 que vai até o centro pela avenida Buriti no Distrito Industrial II.

O Serviços de transporte coletivo é considerado irregular pelos moradores e já foi motivo de várias reivindicações. Em 2014, os moradores realizaram um abaixo-assinado, reivindicando a substituição da empresa Global Green, no entanto, a Secretaria Municipal de Transporte Urbano – SMTU – indeferiu a solicitação, mas aceitou realizar algumas mudanças que melhoraram os serviços. As mudanças foram referentes a alteração de rota da linha 604, que antigamente, circulava pela avenida principal do bairro Zumbi, custando uma hora e meia

para chegar ao centro. Atualmente, a linha percorre a avenida Buriti no Distrito Industrial II, o que diminuiu a viagem ao centro para trinta minutos. Outra mudança foi referente ao terminal da linha 085 que ficava na Colônia sem fiscalização, causando morosidade nos horários de saída, por isso o terminal foi mudado para o T5, onde existe fiscais que cobram o cumprimento dos horários.

3.2.8. Segurança

O bairro possui o 28º Distrito Integrado de Polícia – DIP – que foi inaugurado recentemente, mas que apresenta muitas dificuldades de funcionamento sob a justificativa que não há policial e carro suficiente para executar a ronda no bairro. Ao contrário do que muitas pessoas imaginam, a Colônia Antônio Aleixo não é um lugar perigoso pra ser viver, os crimes mais frequentes estão relacionados ao tráfico de drogas. No entanto, constata-se pequenos números de assaltos e homicídios.

3.2.9. Serviços sociais e o terceiro setor

Não há no bairro uma secretária do poder público que execute serviços sociais. No entanto, há várias organizações pertencentes ao terceiro setor que oferecem diversificados serviços para diferentes públicos. As lideranças dessas entidades são organizadas e consideradas influências fortes nas comunidades, por isso se reúnem frequentemente para discutir e resolver problemas sociais latentes. As entidades mais conhecidas estão descritas na Tabela 04.

Instituto Transformando Vidas
Descrição
É uma entidade sem fins lucrativos, que foi fundada em 2012 na Comunidade da Fé I.
Objetivo
Oferecer serviços socioeducativos para crianças e adolescente em vulnerabilidade social
Serviços oferecidos
Os serviços oferecidos são voltados para crianças e adolescentes de baixa renda, que recebem cursos de informática, aulas de reforço escolar, e atividades de evangelismo. Os serviços oferecidos pela entidade são considerados de bastante relevância social para os moradores da rua Dr. João Paula, conhecida popularmente como “buracão”. A área concentra em torno de 200 famílias em vulnerabilidade social e as crianças atendidas estão em situação de trabalho infantil, exploração sexual, drogadição, violência e etc.
Associação dos Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo
Descrição

<p>É uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em 12 de Julho de 1984, localizada na comunidade Colônia Antônio Aleixo. Atualmente tem como presidente o Sr. Cleudo Assunção de Souza, possui 500 associados regulares e em seu quadro profissional técnico conta com assistentes sociais, pedagogos e assistentes administrativos. A diretoria é escolhida com mandado de quatro anos, por meio de eleições diretas em que todos os associados têm direito de votar</p>
<p>Objetivo</p>
<p>Representar os moradores da Colônia Antônio Aleixo juridicamente</p>
<p>Serviços oferecidos</p>
<p>É a entidade habilitada para executar o programa “Minha Casa Minha Vida” na Colônia Antônio Aleixo, também é responsável por coordenar o setor de abastecimento de água da comunidade e executa projetos na área da habitação, economia solidária e bancos privados, além de ter parcerias com vários órgãos públicos. A entidade tem realizado um papel ativo e propositivo na luta por serviços públicos e melhores condições sociais para os moradores da Colônia. Atualmente tem estabelecido lutas em prol da melhoria do transporte público, regularização fundiária, tombamento de patrimônios históricos e meio ambiente.</p>
<p>Centro Social do Lago do Aleixo</p>
<p>Descrição</p>
<p>É uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em 1972. O CSELA está localizado na comunidade 11 de maio em frente ao Lago do Aleixo. A diretoria é eleita a cada quatro anos e deve ser formada por moradores dessa comunidade. Atualmente o CSELA tem como presidente o Sr. Edivaldo Barreto, que foi candidato a deputado estadual no ano de 2014.</p>
<p>Objetivo</p>
<p>Oferecer serviços em diversas áreas para os moradores do bairro</p>
<p>Serviços oferecidos</p>
<p>O CSELA possui uma forte parceria com a igreja católica, da qual recebe recursos financeiros. Também coordena e executa projetos localizados em outras comunidades, os principais são: a) o Espaço Cidadão de Arte e Educação (ECAE), localizado na Comunidade da Colônia que atende 285 crianças que usufruem de aulas de reforço, percussão, karatê, informática e alimentação; b) o projeto Nadar para a Vida foi criado a partir de um acidente que aconteceu no Lago do Aleixo em que cinco crianças tentaram atravessar mas morreram afogadas, restando um sobrevivente, tendo como financiador uma instituição internacional. O CSELA possui parcerias com várias instituições, dentre elas estão a Arquidiocese de Manaus, Paróquia Nossa Senhora das Graças, Grupo Aleimar, Amazon Relief, Vemepa, Amici Lago do Aleixo, Fundação Anônima Belga, Conselho da Criança e Adolescente, e Coreng.</p>
<p>Associação Espírita Beneficente Jesus Gonçalves</p>
<p>Descrição</p>
<p>É uma entidade sem fins lucrativos que foi fundada em outubro de 1987 e localiza-se na comunidade Colônia Antônio Aleixo</p>
<p>Objetivo</p>
<p>Oferecer educação espírita e escolares para crianças e adolescentes</p>
<p>Serviços oferecidos</p>
<p>O motivo da sua fundação era atender a demanda de hansenianos que haviam sido isolados no bairro. Com a desativação do leprosário a instituição passou a oferecer serviços educacionais e de profissionalização gratuitos para crianças de baixa renda. Além de executar</p>

projetos como a padaria escola e mesa Brasil.
Clube de Mães Irmã Ruth Moura
Descrição
É uma entidade sem fins lucrativos que foi fundado em 1971, é presidida pela Sra. Maria Delvani Serrão, que está em seu terceiro mandato, a mesma, foi uma das pessoas atingidas pela hanseníase e mora na Colônia Antônio Aleixo desde a fundação do bairro.
Objetivo
Proporcionar qualificação profissional para mulheres.
Serviços oferecidos
Oferece cursos de crochê , capitonê, corte e costura, pinturas em tecido, manicure, pedicuro e cabelereiro.
Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN)
Descrição
É uma entidade sem fins lucrativos que foi fundado em 1983 e tem como coordenador o Sr. Pedro Borges da Silva, ex- hanseniano. O movimento é conhecido por todo o Brasil e possui representações em todos os estados e municípios.
Objetivo
A entidade tem como objetivo a reintegração do portador de hanseníase junto à sociedade, além de lutar por serviços de saúde de qualidade que melhorem a vida dos portadores da doença.
Serviços oferecidos
O MORHAN tem buscado parcerias com o estado e a prefeitura para que sejam fornecidos curativos em domicílio e atenção integral aos ex-hansenianos que sofrem com as úlceras plantares. A implantação de unidades de saúde como o serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU), policlínica Antônio Aleixo, serviço de pronto atendimento (SPA) e o centro de reabilitação Colônia Antônio Aleixo foram implantados no bairro após diversas reivindicações e mobilizações realizadas pelo movimento.
Centro de Referência Esportiva do Amazonas
Descrição
É um projeto esportivo localizado na comunidade 11 de maio, coordenado pela ONG Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA).
Objetivo
Oferecer atividades esportivas para crianças e adolescentes.
Serviços oferecidos
O projeto é financiado pela empresa Petrobrás e tem como finalidade oferecer atividades esportivas de forma recreativa e gratuita para todas as crianças e adolescentes do bairro, que estejam na faixa etária de 04 a 17 anos de idade.

Tabela 4- Entidades na C.A.A.

Fonte: Pesquisa de campo

3.2.10. Habitação

O termo habitação é entendido aqui como o objeto material com características físicas, com a função de abrigo e proteção. As terras da Colônia são pertencentes à União e foram

invadidas, por isso, os tamanhos dos terrenos e as habitações não seguem um padrão físico em suas estruturas. Observa-se na figura 3, diversos tipos de habitações construídas de madeira ou alvenaria, como também algumas mistas. As casas de madeira são feitas com material doado por vizinhos ou pela defesa civil com telhas de amianto. As casas mistas, são feitas em alguma parte com madeira e algum cômodo de alvenaria, por exemplo, o banheiro.



Figura 4-Residências na Colônia Antônio Aleixo
Fonte: Arquivos pessoais

A maioria das residências são de alvenaria, sendo adequadas para a habitação. No entanto, vale lembrar que as casas de madeira fazem parte do tipo de moradia típica do Amazonas, especialmente no interior do estado (CALEGARE et al., 2013). Há um número considerável de casas em assentamentos precários, que conforme a definição do Ministério das Cidades (2010b) são porções do território urbano com dimensões e tipos variados. Não há uma estatística que aponte o número de assentamentos precários existentes no Brasil, no entanto, sabe-se que são residências construídas no barranco com risco de deslizamento, casas palafitas na beira do rio e em terreno que determinada época do ano ficam alagadiços.

Segundo os dados de Ocorrência do Sistema de Defesa Civil (2014), a zona leste apresenta o maior número de residências em áreas de risco e com intenso adensamento populacional (média de 6.870 hab.km²), além de frequentes ocorrências de fenômenos de movimentos de massa e inundações. As áreas de risco são classificadas de acordo com os graus de risco: baixo (R1), médio (R2), alto (R3) e muito alto (R4) (DEFESA CIVIL, 2014). O bairro Colônia Antônio Aleixo foi identificado com cerca de 4.778 edificações em área de risco classificadas nos níveis R3 e R4. De janeiro a julho de 2014, foram registrados sete alagações, seis desabamentos e quatro deslizamentos.

Os locais circulados de cor vermelha na figura 4, demonstram nove assentamentos

precários que concentram grande número de residências em área de risco e os locais circulados de cor amarela são terrenos que estão sob ameaça de “invasão” (expressão utilizada pelos moradores do bairro).



Figura 5-Áreas de risco na C.A.A
Fonte: Google Earth, 2014

Todas as comunidades possuem terrenos com leve declive e em outras com declives bem acentuados, como se fossem grandes buracos. Apesar de esses terrenos serem considerados inadequados para habitações, há um grande número de famílias assentadas nesses lugares. A figura 5, mostra um terreno com declive acentuado, em forma de círculo, e onde estão os aglomerados de árvores, como uma ravina em profundidade. Como esse há vários espalhados pelo bairro. A maioria está ocupado e outros estão sob mira dos invasores.

São terrenos inadequados para habitação, no entanto, são considerados assentamentos precários consolidáveis que podem receber recuperação urbanística e ambiental. As habitações construídas nesses locais, não dispõem de saneamento básico, infraestrutura e as famílias enfrentam todo tipo de adversidade provenientes do fenômeno de enchente e vazante, além de degradar o meio ambiente. No Complexo Colônia Antônio Aleixo há várias extensões de terras pertencentes à Secretaria de Patrimônio da União que são administradas pela Secretaria de Políticas Fundiárias do Estado. As terras desocupadas têm sido motivo de luta e interesse da comunidade, empresários e poder público. As associações dos moradores têm se articulado junto à comunidade pela aquisição dessas terras desocupadas, pois pretende-se implantar projetos de habitação de interesse social, retirar as famílias que moram em área de risco e

reassentá-las em casas construídas dentro do próprio complexo, preservando a ligação dos moradores com a comunidade e mantendo o acesso dos mesmos, aos serviços públicos e bens sociais disponíveis na comunidade.



Figura 6 - Terreno com declive
Fonte: Arquivos pessoais

3.3. Perfil dos participantes da pesquisa

Conforme citado anteriormente, foram selecionados para este estudo, as famílias da comunidade da Fé I que atendiam os critérios de inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida e Entidades na Colônia Antônio Aleixo. Desse modo, foram entrevistadas 12 famílias seguindo os seguintes critérios. Critérios de Inclusão: Disponibilidade para participar da pesquisa; Ser família de baixa renda, conforme critérios do Governo Federal para inserção no cadastro único; Famílias residentes em assentamentos precários, especificamente, em áreas de risco; Famílias residentes no mínimo cinco anos no Complexo Colônia Antônio Aleixo na comunidade da Fé I. Critérios de Exclusão: Não atender os requisitos de família de baixa renda; Famílias não moradoras de assentamentos precários; Mudança de residência durante o período de pesquisa; Desistir de participar da pesquisa e do programa; Não frequência dos participantes nas reuniões; Famílias que não residem há cinco anos no Complexo Antônio Aleixo na comunidade da Fé I.

3.3.1. Perfil socioeconômico

3.3.1.1. Idade, gênero e estado civil

A idade dos entrevistados é bem variada, entre 18 e mais de 50 anos, sendo que, dez são mulheres, e dois, são homens, os mesmos, apresentam idade superior a 50 anos (Gráfico1).

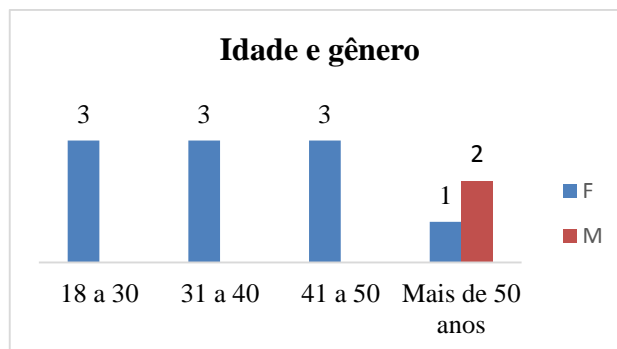


Gráfico 1- Idade e gênero
Fonte: Coleta de dados

Destaca-se também os dados referentes ao estado civil dos entrevistados. Os dois homens vivem em união estável, duas mulheres são casadas legalmente, uma é separada, quatro vivem em união estável e três são solteiras. Entre as dez mulheres que entrevistamos, sete são chefes de família. Segundo Montalli (2004), a partir de 1990 foi possível identificar um novo formato nos padrões familiares. Nesse sentido observou-se que cada vez mais a mulher assume o papel de provedora do lar. É necessário esclarecer que nesta pesquisa consideramos mulheres chefes de família aquelas que são especificamente mantenedoras do lar, tendo marido ou não. Sobre isto, o IPEA (2011) aponta que uma das principais mudanças nas relações de gênero é o expressivo aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres, considerado um fenômeno tipicamente urbano. Outros elementos que explicam esse aumento, é o fato de a mulher buscar mais qualificação profissional.

3.3.1.2. Cidade de origem

Segundo os dados coletados, verifica-se que seis entrevistados são da cidade de Manaus e seis são do interior do estado do Amazonas, sendo dois de Itacoatiara, um de Alenquer (Pará), um de Aramã, um de Coari e um Carauari (Gráfico 2). Eles vieram do interior do Amazonas para Manaus juntamente com suas famílias, em busca de melhoria de vida.

Os entrevistados relataram que nos interiores do estado do Amazonas as dificuldades são maiores. Isso acontece devido às contradições econômicas entre o campo e a cidade, que resultam no modo de vida precário que vivem as populações dessas regiões, devido à ausência de serviços públicos básicos como saúde, educação, assistência social, etc. Essas desigualdades obriga um grande número de famílias a se deslocarem dos seus lugares de origem para a cidade de Manaus, em busca de melhores condições de vida.

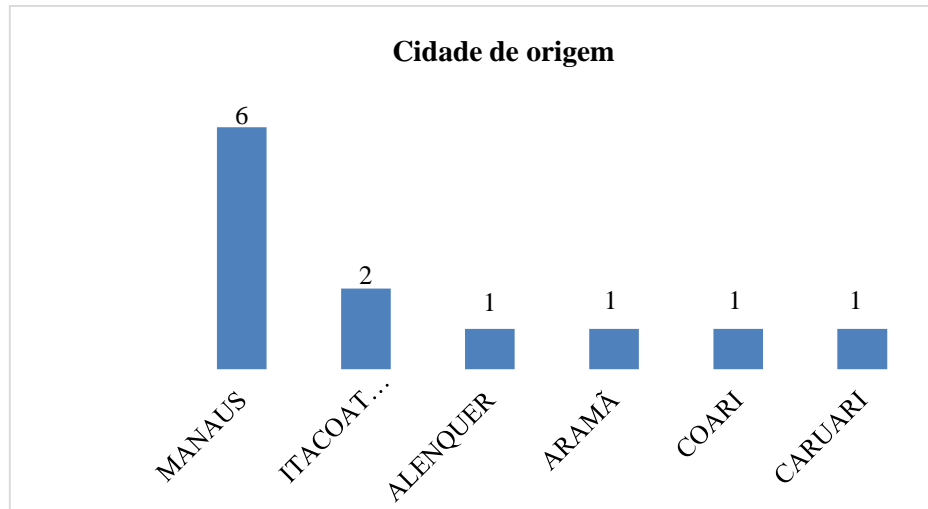


Gráfico 2- Cidade de origem
 Fonte: Coleta de dados

Entretanto, essa migração aconteceu sem que houvesse uma estrutura capaz de absorver e integrar essa população, causando problemas de cunho social, urbano e econômico. Por causa desses fatores os trabalhadores rurais que não tiveram uma oportunidade na economia industrial passaram, ao longo dos anos, produzindo, de forma precária, seus meios de subsistência. Scherer (2005, p.117) afirma, que “esses trabalhadores desempregados, que se encontram fora do processo produtivo, têm suas trajetórias descontínuas, marcadas pelo desemprego e pelas alternativas de trabalho fora das regras formais de contrato de trabalho”. Atualmente, essa realidade revela-se na grande população constituída por inúmeros migrantes que vivem em condições de miséria e mendicância.

3.3.1.3. Escolaridade

O nível de escolaridade dos participantes é considerado baixo (Gráfico 3). Dois relatam que são analfabetos, nove possuem o ensino e fundamental incompleto, sendo a maior frequência, e somente um chegou ao ensino médio.

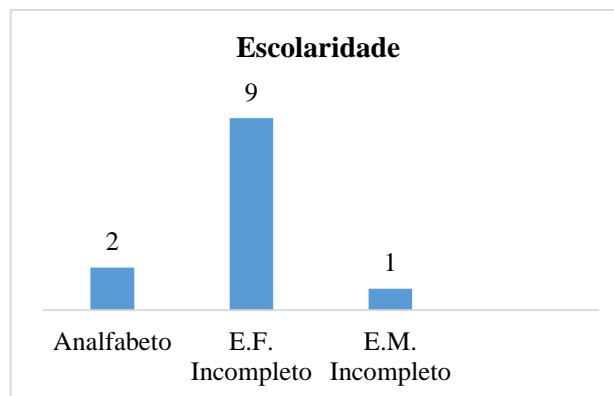


Gráfico 3- Escolaridade
Fonte: Coleta de dados

Para o padrão das exigências de qualificação para a contratação de mão-de-obra impostas pelo mercado capitalista, essas pessoas são considerados pouco qualificados, pois a maioria não terminou nem o ensino fundamental. Segundo Pochmann (1999), “a escolaridade passa a ser um recurso inadiável de elevação da qualidade da mão-de-obra” (p. 21), tornando-se uma condição necessária para a contratação no mercado de trabalho formal. Por esse motivo, nenhum dos entrevistados está incluído no mercado formal de trabalho.

3.3.1.4. Trabalho e renda

Todos os entrevistados estão desempregados, pois não conseguiram inserir-se no mercado formal de trabalho, incluindo-os em uma situação de vulnerabilidade social, que segundo Castel (1998), pode ser entendida como um “estado em termos de falta de ganhos, de alojamento, de cuidado, de instrução, falta de poder ou de atenção” (p.23). A falta de trabalho e renda é uma realidade na vida de três entrevistados e nos relataram que estão em situação de fome e que sofrem diversas dificuldades ao tentar se incluir no mercado de trabalho (Gráfico 4). Os principais motivos apontados foram: a distância, a precarização do transporte e a falta de qualificação profissional que levam os entrevistados a não saírem em busca de emprego. Essa dificuldade de acesso ao emprego, se dá através da fragilização do trabalho por meio das diversas exigências que são impostas pelo sistema de produção capitalista (SCHERER, 2005), no qual o trabalhador deve ter diversas qualificações para incluir-se no mundo do trabalho, principalmente nas empresas do polo industrial de Manaus.

A principal fonte de renda de quatro entrevistados é o bolsa família. Eles fazem parte de um público da política de assistência social, alvo da proteção social básica, cujo objetivo é prevenir situações de risco por meio de aquisições econômicas e inserções em programas sociais. Ou seja, voltado para aquelas populações que vivem em situação de vulnerabilidade

social decorrente da pobreza e privação (ausência de renda, trabalho precário e difícil acesso aos serviços públicos).

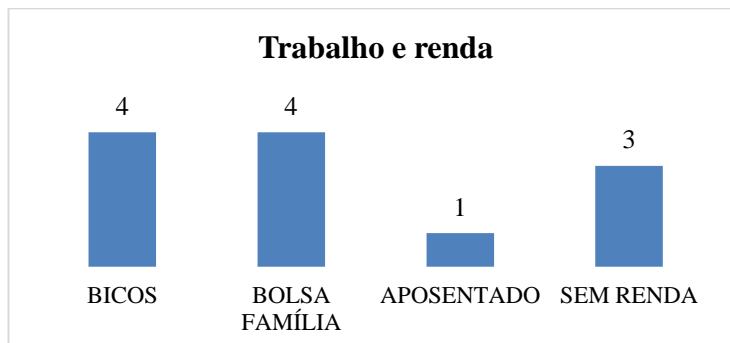


Gráfico 4- Trabalho e renda
Fonte: Coleta de dados

Os pequenos serviços ou “bicos” são realizados por quatro entrevistados. As atividades mais frequentes são: consertos, artesanatos e reciclagem. O mercado informal é formado por aqueles trabalhadores que inventaram o seu próprio trabalho como forma de ganhar dinheiro, ou seja, são atividades que eles podem realizar sozinhos ou com a ajuda de outros trabalhadores, a qualquer hora, sob qualquer condição e custo. Apenas um entrevistado relatou ter renda proveniente de aposentadoria.

3.3.1.5. Composição familiar

A entrevista possibilitou identificar que as famílias dos entrevistados são bastante numerosas, além dos filhos, há os agregados. No Gráfico 5, indica-se o total de pessoas que moram com os entrevistados, ou seja, incluem-se os filhos, cônjuges e agregados. Destaca-se nas casas dos entrevistados o grande número de pessoas que moram em um espaço pequeno, separado por dois, três ou nenhum cômodo e o banheiro externo.

Sobre isto, Sarti (2015) afirma que os novos arranjos familiares surgiram na contemporaneidade, por isso temos famílias compostas por tios, avós, primos, e não apenas mães ou apenas pais, quebrando a regra da família perfeita e normal. Somente um dos entrevistados não tem filhos, enquanto os outros possuem acima de dois filhos.

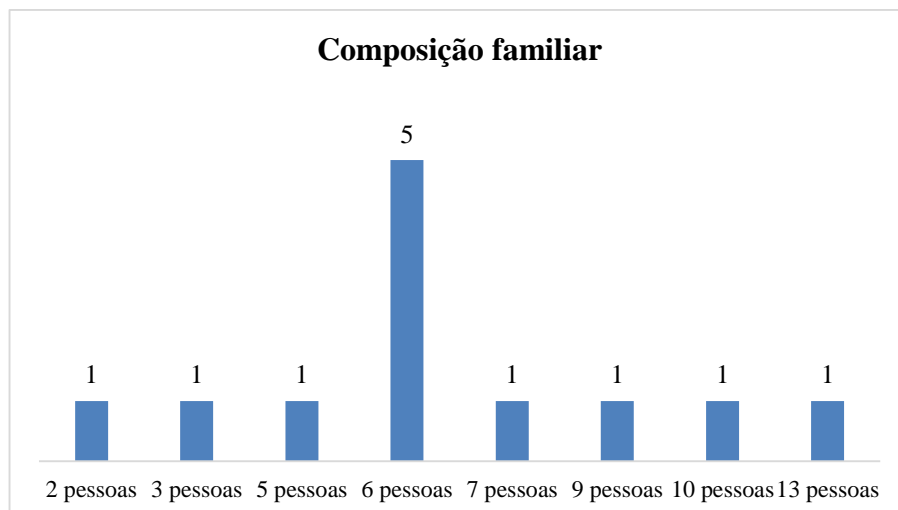


Gráfico 5- Composição familiar
Fonte: Coleta de dados

Como observado no gráfico 5, as famílias são bastante numerosas, cinco dos entrevistados têm seis pessoas que totalizam todos os membros das famílias, residindo em suas moradias. Quatro dos entrevistados possuem mais de seis membros na família, um possui dois e um possui três membros no total. Assim como, constatado nas observações feitas nas visitas domiciliares, os dados quantitativos confirmam a situação de coabitação familiar em quase todas as famílias. Somente um entrevistado tem em sua composição familiar duas pessoas

3.3.2. Características da habitação dos entrevistados

O termo casa, moradia e habitação possuem definições distintas. Segundo o Ministério das Cidades (2014), a palavra *casa* pode ser entendido como o local físico e material, o termo *moradia* está relacionado ao viver nesta casa física, ou seja, se esse habitar proporciona ou não qualidade de vida. A *habitação* é definida como um conceito mais amplo, que envolve o que existe no exterior da casa, como a vizinhança e acesso aos aparelhos comunitários, como saúde, transporte, escola e etc. A definição do Ministério das Cidades (2014) traz o conceito de habitação:

É uma dimensão que abarca tanto as relações dos moradores de uma casa com os seus vizinhos, quanto as relações desses moradores com a sociedade e os equipamentos sociais e de serviços – escolas, creches, postos de saúde, transportes, abastecimento, etc. – que eles utilizam na sua vivência cotidiana. (p.26)

Procuramos apresentar os dados desta pesquisa baseando-nos no conceito de habitação acima proposto.

3.3.2.1. Tempo de moradia

Todos os moradores residem há mais de cinco anos na Colônia, no entanto, há uma frequência de mudança de casa, por isso, dois dos entrevistados residem em suas casas atuais há menos de cinco anos (Gráfico 6).

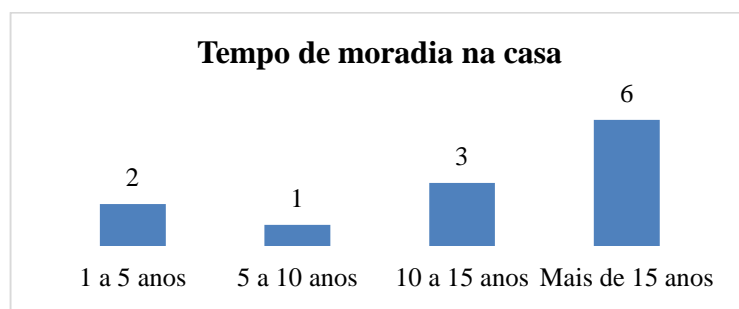


Gráfico 6- Tempo de moradia na casa
Fonte: Coleta de dados

Nesse sentido, destaca-se na fala dos entrevistados a diferença entre o tempo que estão na casa e o tempo que moram na Colônia:

Tô com 30 anos de Colônia. Aqui há 25 anos, lá perto do campo. Aqui é muito melhor, ali não tinha condições de morar ali não.

Aqui na Colônia acho que uns 15 anos. Nessa casa acho que tá com uns 5 meses .

Aqui na área há uns três anos. Na Colônia eu tenho mais de 20 anos. Aqui é deles aqui (casa ao lado). Vim pra cá cuidar da mãe dele (sogra), aí ela chegou a falecer e nós ficamos aqui mesmo. Por isso que ela tá pra cair .

Quando eu vim pra cá eu tinha uns 19 anos. Aqui nessa rua aqui vai fazer uns 8 meses. Antes morava ali no Morro, na casa da minha sogra .

Parece haver uma migração no próprio bairro em busca de melhores condições de moradia, pois a casa atual é melhor do que a anterior, que também fica em área de risco. Apesar dessa migração, não foi relatado pelos entrevistados a vontade de sair do bairro, embora seis deles estejam morando em casas cedidas e seis em casas próprias.

3.3.2.2. Motivos de ir morar na Colônia Antônio Aleixo

Os entrevistados foram questionados sobre os motivos de terem ido morar na Colônia Antônio Aleixo. Nesse sentido, identificamos três categorias que se revelaram na fala dos participantes: laços de família, melhores condições de vida e melhores condições de moradia.

A categoria que apareceu como maior frequência foi *laços de família*, pela qual oito

entrevistados responderam que foram morar na Colônia Antônio Aleixo porque já tinham outros parentes que moravam no local, como exemplificado por alguns depoimentos:

Quando eu vim de Boa Vista eu vim direto pra cá mesmo. Por que eu já conhecia aqui, eu tinha um irmão que já morava aqui. A minha situação em Boa vista estava difícil, então vim pra cá procurar outras oportunidade.

Porque eu já tinha um parente que morava aqui, eu tava sem casa e surgiu essa oportunidade de morar aqui, mesmo que seja em área de risco, então eu gostei daqui. Eu gosto por causa... até assim pela estrutura dela, tem muitas coisas assim que é fácil, ajuda, as vezes tem muita ajuda, as coisas ficam tudo perto, a única coisa que eu acho difícil aqui é o transporte.

Eu moro aqui desde pequeno meu pai já morava, eu conheço tudo aqui, não quero sair, só que moro aqui, tou tentando conseguir um terreno na invasão, já limpei tudo mas não tenho condições de construir uma casa boa.

Por causa da mamãe, porque a mamãe trocou a casa dela no são José I pra vir morar pra cá, porque os filhos delas estão aqui.

Porque meu pai ele comprou essa casa, eu era muito humilhada na casa da minha ex-sogra, ela me humilhava muito, ela bebia, me expulsava, quando eu tava de resguardar eu saia uma hora, duas horas da madrugada, entendeu? com o bebezinho, com ele no colo, eu vinha pra cá para do meu pai, ele via minha situação, ele pegou, recebeu o dinheiro do Lula esse tempo, ai ele foi lá comigo e disse que eu podia escolher essa casa ou aquela lá né, ai como eu escolhi essa daqui eu vim morar pra cá.

Observa-se que o tipo de parentesco mais comentado vinculado aos entrevistados foram mães, irmãos, pai e marido. Assim, consideramos os vínculos e laços familiares um forte motivo pra que essas famílias permaneçam na comunidade há anos. Nesse sentido, foi observado que os parentes funcionam como apoio econômico e emocional, ou seja, quando há falta recursos materiais se recorre a algum parente ou quando há briga com o cônjuge procura-se acolhimento na casa de alguém próximo.

Segundo Vitale (2015), a principal característica do grupo familiar é o afeto, sendo o principal motivo que explica sua manutenção na história da humanidade. A cisão e a união da família dependem da qualidade dos vínculos, que pode ser positivo ou negativo para os membros. Mas assim como os vínculos afetivos podem atuar como suporte, também podem ser opressores se revelando na falta de amor, falta de dinheiro, falta de cuidado e no uso de drogas e etc. Em nossas visitas não foi difícil constatar tais situações, como descrito em nosso diário de campo:

Ao chegamos em uma das residências, a mesma estava aberta e só havia uma criança em uma rede. A casa possuía dois cômodos e estava inacabada. Depois de alguns minutos a dona da casa apareceu, e relatou que estava cozinhando na casa da vizinha,

pois o seu gás havia acabado. Eram cinco horas da tarde e as crianças ainda não tinham almoçado. Segundo relatos da moradora, não possuía nenhum tipo de renda nem mesmo o bolsa família, pois as filhas não estão matriculadas na escola e a mesma não possuía RG e nem CPF. As crianças pareciam mal cuidados e sujas. Segundo relatos dos vizinhos a moradora estava nessa situação porque é viciada em drogas, o gás e os alimentos que recebe de doação, ela vende para comprar drogas (Diário de campo, 2015).

É necessário destacar também a situação de coabitação familiar, condição caracterizada por famílias conviventes que têm a intenção de ter o seu próprio domicílio, por isso, são consideradas famílias secundárias, ou seja, que moram com uma família principal na mesma unidade habitacional (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Observou-se na fala de alguns entrevistados que, ao chegar no bairro, residiram por um período com os parentes e após esse período conseguiram adquirir sua própria moradia. No entanto, constatou-se casos, em que os filhos dos entrevistados moram na casa dos mesmos, com seus filhos e esposas. Dentre os componentes que formam o déficit habitacional, a coabitação familiar aparece como maior quantitativo, ou seja, há 2.991.313 milhões de brasileiros nessa situação. Especificamente, em Manaus há 54.899 mil pessoas, assim, a cidade ocupa o quarto lugar após Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

A segunda categoria que apareceu foi a busca de *melhores condições de vida*, indicado por dois entrevistados, tal qual se observa nos trechos abaixo:

Bom, o primeiro bairro que eu conheci foi essa Colônia, porque eu achei legal devido aqui dá pra gente comer e lá no outro local que eu tava não tinha nada pra dar e aqui o pessoal todo domingo traz sopa .

Eu morava de favor, então eu me juntei com o meu marido nós morávamos junto com a Sônia no Santo Antônio, surgiu essa oportunidade cuidarmos dessa casa, então nós viemos para cá .

Devido à condição de extrema pobreza, duas famílias se mudaram para Colônia em busca de melhores condições de vida, pois conseguiriam mais fácil acesso a recursos materiais. Um dos entrevistados afirmou que o motivo de poder ter acesso a alimentação foi determinante para a ir morar no bairro. Apesar de a Colônia Antônio Aleixo revelar várias questões sociais, este concentra um número considerável de entidades que praticam filantropia e executam projetos voltado para diferentes públicos. Há um número considerável de pessoas no bairro em situação de fome, motivo que levou as entidades se organizarem para implantar a cozinha comunitária, que faz parte de um programa de segurança alimentar executado pela Prefeitura Municipal de Manaus.

A possibilidade de ter acesso a uma moradia cedida também foi apontada como um motivo para um dos entrevistados ter ido morar no bairro, pois na casa anterior era possível morar em troca de prestação de serviços domésticos. A falta de casa é historicamente um problema social no Brasil. Essa realidade é apontada por um déficit habitacional quantitativo de 6,4 milhões de moradias que precisam ser construídas, na falta de moradia, as pessoas se submetem a viver em situações degradantes.

A terceira categoria identificada como motivo de ter ido morar na Colônia Antônio Aleixo foi a busca por melhores *condições de moradia*, sendo referida por apenas um entrevistado:

Eu vim morar aqui na comunidade, porque a outra casa onde eu morava era área de risco. Ficava lá no Monte Sião lá pra zona norte. Nós trocamos a casa de lá e o único lugar que nós encontramos foi aqui .

Todas as famílias que foram entrevistadas são moradoras de área de risco, no entanto, somente uma respondeu que veio morar na Colônia em busca de melhores condições de moradia, pois na casa anterior já morava em área de risco e a situação era bem pior do que a atual.

Segundo o Ministério das Cidades (2010b), as áreas de risco podem ser caracterizadas por alagamentos ou deslizamento de terra. Nesse sentido, identificou-se que anteriormente essas famílias residiam em áreas de alagamentos e que atualmente encontram-se assentadas em áreas de deslizamento de terras. Para as famílias, essa diferença representou uma melhora nas condições de moradia, embora as casas acompanhem todo o tipo de precariedade. Nossa descrição no diário de campo dá a dimensão do que estamos argumentando:

Ao chegarmos na casa do Sr. Ferreira ficamos surpreendidos com a quantidade de lixo que estava em volta de sua residência, a mesma só possuía um cômodo, era inacabada e estava cheia de infiltração, além de estar sendo coberta pelo mato. Ao Abordamos o Sr. Ferreira na rua, ele não parecia preocupado com o estado da casa, em algumas das vezes que falamos com ele, estava aparentemente bêbado. Nesse sentido, inferimos que o Sr. Ferreira estava uma situação socioeconômica muito complicada, pois não tem emprego fixo, tem vários filhos, reside em área de risco e em situação indigna (Diário de campo, 2015).

Apesar de toda essa situação, o Sr. Ferreira afirmou que a residência possui a Concessão de Direito Real de Uso, o que dificulta a sua inserção no programa, uma vez que já tem uma casa registrada em seu nome.

3.3.2.3. Condições físicas das casas

As casas dos entrevistados estão assentadas em barranco com risco de desabamento. A AMACCAA participa de um projeto da defesa civil do município, que monitora áreas de risco no bairro. Assim, a associação aciona frequentemente a defesa Civil. Todas as casas visitadas foram condenadas pela órgão , que realiza visitas frequentemente nas mesmas. O relato de um dos entrevistados revela essa situação:

A questão aqui é que não pode roçar aquela mata ali. Se roçar a terra desliza, já deslizou uma vez aqui. Já vieram (defesa civil) duas vezes aqui .

Foi constatado que três das casas foram regularizadas pela Secretaria de Políticas Fundiárias do Estado do Amazonas, o que dificultará aprovação da Caixa Econômica Federal para que as famílias se tornem beneficiárias do PMCMV.

Em relação ao material que foi construído as casas, constata-se que oito dos entrevistados possuem a casa de alvenaria (figura 7) e quatro de madeira (figura 8), como demonstrado no gráfico 7.



Figura 7-Casa de madeira
Fonte: Arquivos Pessoais



Figura 8-Casa de alvenaria
Fonte: Arquivos Pessoais

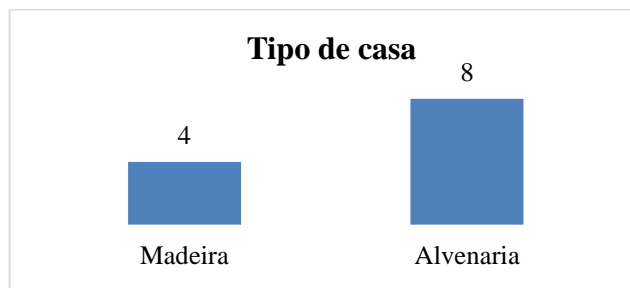


Gráfico 7- Tipo de casa
Fonte: Coleta de dados da pesquisa

No entanto, todas as casas não apresentam condições dignas de moradia, além de estarem assentadas em barranco, estão inacabadas, velhas, não possuem banheiro interno, além de apresentarem poucos cômodos para a grande quantidade de pessoas que moram nelas. Duas casas têm quatro compartimentos, seis têm dois compartimentos e quatro têm um compartimento.

Considerado que há diferença entre o déficit habitacional quantitativo e qualitativo, podemos afirmar que as casas dos entrevistados somam-se ao déficit habitacional qualitativo, que segundo a Fundação Joao Pinheiro (2010) não oferecem condições dignas de habitabilidade. O número de casas que se incluem neste déficit são caracterizadas por serem carentes de infraestrutura urbana, ausência de banheiro e adensamento excessivo de domicílios próprios. No Brasil há 15.597, 624 domicílios nesta situação, especificamente, em Manaus existem 265.612 casas que precisam ser repostas por não serem adequadas para moradia.

3.3.2.4. Significado da casa para os participantes

Há vínculos entre o local de moradia e a vida cotidiana dos comunitários. Apesar de toda a precariedade constatada durante pesquisa de campo, referente à casa dos entrevistados, quando os interrogamos sobre o que a casa representa para eles, obtivemos respostas diversificadas. Observou-se que para além da casa representar abrigo e proteção, é também um espaço de afetividade e onde se tem oportunidade de praticar atividades de relevância para a manutenção do vínculo familiar, como um compartilhamento de uma refeição. Os trechos abaixo demonstram tais apontamentos:

Pra mim representa tudo porque é uma moradia afetiva, que eu não fico morando na casa dos outro e meus filho fica tudo debaixo do teto, comigo ali junto, e a gente come tudo junto. Pra mim representa muita coisa pra uma casa, pra mim é tudo na minha vida. Primeiro lugar é Deus na minha vida tudo, mas uma casa é bom pra gente

morar.

Ela representa tudo, porque se não fosse a casa eu não sei nem onde a gente taria, sem casa própria né.

A minha representação é de um dia eu morrer e deixar pros meus filhos, meus netos. É esse que é o agarramento maior aqui. Quando nós construímo aqui era um matagal, aí o cara se agarra muito nas coisas né.

Tendo uma casa tem tudo né. É isso eu penso. Dando pra se esconder da chuva e do sol.

Em uma perspectiva psicossocial, a casa “é um espaço produzido socialmente, tal como outros lugares; ele permitirá revelar processos espaciais que organizam a vida privada” (FISCHER, s/d, p.124). Nesse sentido, verifica-se que a casa para os participantes extrapola a materialidade. É um lugar onde se criam os filhos, onde se mantêm as relações e onde se vive as alegrias e tristezas. É um mundo particular e nosso endereço no mundo, o local onde se exprime sentimentos e os modos de ser, sem limites e regras impostas no mundo exterior. Felipe (2010) esclarece que a casa “é, sobretudo, uma projeção do próprio homem, um reflexo de seu ser. Congrega um conjunto de fatores que a tornam um retrato do morador e da família” (p. 301). Também destacou-se na fala dos entrevistados o valor utilitário da casa, ou seja, o que se possui de objeto, de estrutura que satisfaça o simples ato de habitar. Dependendo de nossas experiências em um determinado lugar, criamos um sentimento de pertencimento. Nesse sentido criamos definições, cognição social, cultural e biológica que passam a fazer parte de nossa identidade de lugar, desenvolvendo a nossa capacidade de se apropriar e de se enraizar e de expressar nossa subjetividade (MOURÃO; CAVALCANTE, 2011).

Assim, para que um ambiente seja significativo, é necessário que proporcione satisfação ou insatisfação. Nesse sentido, a casa pode representar algo vinculado com sentimentos positivos ou negativos, levando-nos a desejar sair daquele lugar, criticar negativamente ou causar certas aflições. Entende-se que tudo entorno da pessoa, o lugar de convivência, de origem, os grupos, tudo isso contribui para uma representação negativa ou positiva da casa. Por isso, para investigar onde a pessoa vive, que condições mora, que tipos de relações possui, é necessário compreender os motivos de sentir-se bem ou não naquele lugar, que podem explicar o desconforto ou o motivo doenças psicológicas (GUNTHER; FRAGELLI, 2011).

Apesar de haver críticas aos moradores de casas em áreas de risco, sabe-se que essas pessoas muitas vezes não encontram outra opção. Abaixo destacamos alguns trechos que revelam alguns temores que os entrevistados têm a respeito de viver em uma área de risco:

Eu penso é sair dessa casa aí. Eu tava até querendo vender, mas ninguém compra ela não, porque é arriscado né. Sair daí desse lugar aí que eu tenho muito medo, medo mesmo. E quando é de noite, é escuro, escuro, escuro. Eu não saio nem pra fora, pra sentar aqui na frente porque eu tenho medo de noite.

É a única que eu tenho, se cair, já era parceiro. Seria muito melhor, em outro lugar. Uma casa boa que desse pra pessoa viver digno. É meio apertadinho aí, é difícil o negócio.

Um perigo. Um dia desse caiu a bananeira, pá.

A única opção que eu tenho é de ficar aqui. Se eu tivesse outro canto pra ir nós tinha saído daqui, mas não tem, então o jeito é nós ficar aqui aguentando o sufoco.

Fatores estressantes como assaltos, a insegurança, criminalidade, poluição, ruídos, falta de saneamento do bairro, influenciam a relação entre as pessoas e o seu ambiente. Isso se relaciona diretamente com o tempo de residência no bairro e a falta de mobilidade, podendo causar uma diminuição do apego a este lugar.

3.3.2.5. Apego à comunidade

O sentimento de comunidade e o apego ao lugar são conceitos fundamentais para compreender o motivo das pessoas morarem em determinado lugar. O sentimento de comunidade representa um ponto de encontro entre os interesses pessoais e coletivos em uma comunidade. É um afeto direcionando a comunidade pelos moradores da realidade vivida. Refere-se a uma interação entre a comunidade, seus moradores e a sociedade, possibilitando que estes busquem a construção conjunta, a participação social, a transformação da realidade e de si mesmo (SÁNCHEZ, 1991). O apego ao lugar é considerado relevante para o estudo dos aspectos afetivos no relacionamento entre pessoa e ambiente. É voltado para o lugar, que pode ser diversificado, como por exemplo, hospitais, escolas, ambientes de lazer, esportivos, bairros, e inclusive este pode ser a própria comunidade (GIULIANI, 2004).

Ao interrogarmos os entrevistados se gostam de morar no bairro e quais os motivos desse apego, foram identificadas quatro categorias nas respostas: tranquilidade, laços sociais, segurança e acesso a serviços públicos. Da primeira categoria temos seis entrevistados, cujos exemplos podem ser constatados nos trechos abaixo:

Eu gosto porque não tenho problemas aqui, eu vendo as minhas coisas, tenho minha casa, minha família, nunca aconteceu nada.

Eu gosto de morar aqui só porque pra mim, eu gosto porque não tem muita bagunça, muita zoada, muita coisa, as vezes também muita gente não perturba a gente os vizinhos ficam tudo meio distante, ai bem dizer eu me sinto mais assim aliviado de

não estar perturbando ninguém. Nem aquela ladeira, morar no canto assim, naquelas casinhas uma perto da outra não é aquela bagunça.

Gosto porque eu já estou acostumada e eu acho tranquilo.

Eu acho bom né, morar aqui, que aqui é calmo, assim de noite.

Esses entrevistados se referem à tranquilidade do local, pois não são incomodados pelos vizinhos, o local é silencioso e ausente de crimes. No entanto, alguns afirmaram que possuem o hábito de fecharem as casas cedo, e não recomendam o movimento de pessoas na rua após às 22:00 horas.

Na fala de dois entrevistados foram indicados os laços sociais como motivo para gostar de morar na comunidade:

Eu acho bom morar porque eu já conheço os vizinhos mais eu fico mais em casa.

Eu gosto de morar aqui porque tem a minha família perto e as minhas filhas brincam aqui a vontade.

Segundo Amaro (2007), há duas definições diferentes ao sentimento de pertencimento: o relacional e o geográfico. O primeiro é definido como membros de uma comunidade unidos por meio de um local, uma zona, um lugar. O relacional são pessoas que estão unidas através de outros vínculos, diferente de localidade, que possuem interesses ou ligação em comum, como profissão, religião e etc. O sentimento de pertencimento geográfico é atribuído a um dos entrevistados, pois gosta de morar na Colônia Antônio Aleixo porque considera a convivência com a vizinhança satisfatória, pois quando têm oportunidade partilham recursos. Poder estar próximo à família foi apontado como o principal motivo para um dos entrevistados gostar de morar no bairro. Todos os níveis de sentimento de pertencimento comunitário podem gerar resultados positivos, como participação em grupos, ação comunitária, resistência à opressão e etc.

Dois entrevistados responderam que gostam de morar na Colônia Antônio Aleixo porque consideram o bairro é seguro:

Gosto mesmo, não quero me mudar da Colônia. Só quero me mudar se for por aqui mesmo por dentro da Colônia. A gente ver esses outros bairros violentos. Deus me livre! Não quero ir para outros bairros perigosos.

Gosto, porque ainda não tive nenhum problema.

Apesar de ser considerado um local seguro pela maioria dos moradores, alguns relataram

que a falta de segurança é permanente, pois a noite é constante a presença de alguns grupos de garotos nas ruas. Nesse sentido, as famílias reclamaram que o bairro só possui uma delegacia para atender toda a comunidade e que há poucas viaturas nas ruas, o que causa uma certa insegurança. Como foi exposto anteriormente, há poucos indícios de roubos e homicídios no bairro, no entanto o tráfico é tipo de crime frequente. A rua Dr. Joao de Paula, local em que conversamos com as pessoas, conhecida popularmente como “buracão”, é visto pelos moradores da Colônia Antônio Aleixo como uma das ruas mais perigosas da comunidade.

A facilidade ao acesso a serviços públicos como, energia e saúde se apresentaram nas repostas dois entrevistados:

Foi como eu falei, aqui tudo é perto, tem posto de saúde, esses locais que ajudam a gente. Aqui ninguém me rouba é assim.

É um bom lugar porque primeiro não paga água e nem luz.

Como foi apresentado em nossa descrição do Complexo Colônia Antonio Aleixo, o mesmo conta com uma boa estrutura na área da saúde, dispondo de hospitais, maternidade, policlínicas, centros de reabilitação e unidades básicas de saúde. No entanto, a comunidade da Fé I, onde moram os entrevistados, é o local com menos infraestrutura da Colônia Antônio Aleixo em consequência da sua lenta e gradual ocupação. Sobre essa categoria, é importante destacarmos que o conceito de habitação abarca todos os tipos de serviços comunitários acessíveis aos moradores, ou seja, não inclui somente a estrutura física da casa, mas todos os aparelhos comunitários necessários as necessidades básicas e a moradia digna (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010b).

3.3.2.6. Infraestrutura entorno das casas

A palavra habitação, em seu amplo conceito, considera que casa não é formada somente por sua estrutura física mas deve acompanhar outros elementos externos. Nesse sentido, todas as casas possuem iluminação, no entanto alguns entrevistados relataram que o fornecimento é ilegal (gatos). A água é de poço artesiano fornecida através de encanações instaladas nas ruas. O sistema de esgoto foi construído recentemente, mas todas as casas possuem fossa rudimentares no fundo do quintal. A rua não é asfaltada, o que dificulta a locomoção das pessoas. Quanto ao transporte público, oito entrevistados consideram que o serviço é péssimo, dois regular e dois bom, mas estes últimos, dificilmente usam o transporte coletivo. No que se refere à segurança, seis relataram que se sentem seguros na comunidade e seis não se sentem.

Todos os entrevistados afirmaram que nunca participaram de um programa de habitação.

Verifica-se que o entorno das casas das famílias é marcado pela precariedade e até ilegalidade quando se trata de fornecimento de serviços públicos essenciais. O foco do PMCMV é beneficiar as famílias que habitam nessas condições com moradia mais dignas e com fornecimento de serviços públicos de forma legal e acesso a aparelho comunitários. No entanto, o que se observa em programas já consolidados, é a dificuldade financeira das famílias em pagar os custos de infraestrutura, que na moradia anterior era quase zero.

3.4. A participação comunitária das famílias inseridas no PMCMV

Neste estudo optou por denominar as famílias de “candidatas”, pois devido ao projeto estar ainda em fase de implementação, a equipe do trabalho social ainda não finalizou o processo de seleção das famílias. Após essa etapa de seleção, os dados coletados serão enviados à Caixa Econômica Federal que aprovará, ou não, a concessão do benefício aos candidatos. A entrevista com as famílias candidatas foi realizada com o objetivo de investigar o que elas entendem por participação, o nível de participação em programas e projetos na comunidade, as formas de participação conhecidas, a frequência com que participam das reuniões e etc. Nesse sentido, visamos identificar as dificuldades, facilidades e estratégias para que as famílias obtenham uma participação efetiva na fase de implementação do trabalho social do PMCMV.

3.4.1. Entendimento de participação

No decorrer da entrevista buscamos compreender o que os candidatos entendem sobre o termo participação, pois consideramos a mesma uma ferramenta essencial para a condução dos projetos em comunidade. Dez dos entrevistados não souberam responder o que significa o termo, por isso, a resposta “não sei” apareceu com frequência. No entanto, dois atribuíram o termo a uma das formas de participação, isto é, a reunião. Isso nos levou a refletir sobre a trajetória de vida das famílias, das quais, o fazer parte é muito distante da realidade deles.

De acordo com o pensamento de Bordenave (1994), a palavra participação vem da palavra parte, que na prática está relacionada com três termos “fazer parte”, “tomar parte”, “ter parte”. A principal diferença é revelada no participante ativo e engajado e no participante passivo. Uma pessoa que por fazer parte de algo considera-se ter parte, mas não significa que participe ativamente ou que tome parte das lutas sociais propostas pela comunidade.

Para Troudi, Harnecker e Bonilla (2010, p.21), “a participação é uma dinâmica através da qual os cidadãos se envolvem de forma consciente e voluntária em todos os processos que

lhes atingem direta ou indiretamente”. Entende-se que devido ao baixo nível de escolaridade dos entrevistados, houve dificuldade em desenvolver a definição da palavra. No entanto, importante destacar que o baixo nível de escolaridade pode causar dificuldades cognitivas ao falar e escrever, mas isto, não quer dizer que seja uma dificuldade predominante para prática da participação. Caso contrário, não teríamos na sociedade exemplos de pessoas analfabetas que tornaram-se grande revolucionários sociais.

A pesquisa revelou que os entrevistados não possuem uma participação ativa em entidades do bairro que lutam pelos direitos dos moradores, a ausência de participação em grupos, associações ou reuniões é o principal motivo pelo qual os moradores não sabem explicar o que é participação. Além disso, nem todos souberam citar as formas de participação e os que citaram, fizeram com dificuldades. Conforme o pensamento de Bordenave (1994) todas as pessoas possuem um potencial pleno para participação, isso justifica-se devido ao homem ser um ser social propenso à desenvolver atividades coletivas, no entanto é necessário que existam espaços que estimulem essa prática. Porém, constatamos em pesquisa de campo que há inúmeras entidades sociais na Colônia Antônio Aleixo, que convidam frequentemente os moradores para discutir os problemas sociais das comunidades, por isso, não podemos afirmar que a não participação dos entrevistados justifica-se pela falta de espaço.

Para explicar o não entendimento de participação dos entrevistados, podemos recorrer a outra ideia de Bordenave (1994), quando afirma que uma sociedade só pode alcançar a participação efetiva dos seus cidadãos se eles forem ensinados a participar. Em acordo com o autor, entendemos que o incentivo a participação deve iniciar nas escolas, nas famílias e etc. Isso é necessário para que os cidadãos possam obter um conhecimento prévio e básico sobre o que é participação e assim entendam a importância e os benefícios que podem ser alcançados através dessa ferramenta, deixando de percebê-la como uma prática vazia. Infelizmente, nem nos anos pretéritos e presentes a participação de base é estimulada nas escolas ou em outros espaços que sejam gerenciados pelo governo. O que percebe-se é que há sim uma tentativa de desestimular a participação dos cidadãos em vários espaços públicos, sejam eles nas comunidades, nos sindicatos, nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e etc. Desse modo, é fácil verificar que vive-se num país onde a participação não é incentivada desde a educação de base. Em consequência, as decisões que afetam o cotidiano das pessoas são tomadas pelos governantes, que procuram manter o sistema vigente, enquanto os cidadãos esperam que os políticos sempre resolvam os problemas sociais.

3.4.2. Formas conhecidas de participação

Investigando quais as formas conhecidas de participação, sete dos candidatos desconhecem quais são essas possibilidades, enquanto cinco citaram as reuniões como principal forma de participar. No entanto, somente dois dos candidatos afirmaram participar sempre das reuniões na comunidade.

Ao investigarmos se quando eles vão às reuniões opinam sobre o assunto proposto, todos responderam que não, pois preferem só ouvir, por sentirem vergonha de falar em público, como exemplificam as falas abaixo:

Com certeza é importante mas não tenho ideia do que opinar.

Falar é importante mas eu prefiro ficar no meu canto. Porque eu tenho vergonha de falar mesmo.

É importante mas eu prefiro ficar na minha.

Eu acho sim, mais eu não sei falar o que é pra falar quando tenho.

Para Bordenave (1994), a informação é considerada o primeiro nível da participação, neste nível as pessoas são informadas das decisões já tomadas pelos dirigentes, ou seja, as pessoas estão à margem das decisões comunitárias. A participação em comunidade é o caminho inicial para o exercício da participação, mas observa-se entre os candidatos muita dificuldade em trilhar esse caminho, sendo o silêncio uma prática comum entre eles. Freire (2001) explica que a “cultura do silêncio” é uma característica das sociedades dependentes, reforçando as estruturas vigentes de dominação. Nesta condição, as pessoas não possuem uma palavra autêntica e aceitam sem oposição as regras daqueles que impõe a sua voz.

No entanto é importante destacar que as pessoas que possuem dificuldade de participar, elas jamais se manifestarão em frente de um grande público, por isso, o ideal é que primeiro participe de pequenos grupos, no qual, criarão vínculos. Após alguns encontros se sentirão a vontade para falar, no entanto, é necessário que o próprio grupo reconheça a opinião do outro como importante. Como explicitado anteriormente, essa dificuldades em participar, revelada através das falas dos entrevistados pode ser também explicado pela ausência de uma educação base para participação.

3.4.3. Participação em alguma entidade

Visto que os entrevistados não caracterizaram o que era a participação, questionamos

se na prática eles participavam de alguma entidade, instituição, projeto ou grupo na comunidade. Os resultados revelam que sete deles afirmaram não participar de nada em coletividade na comunidade, como demonstram os exemplos abaixo:

Só a mulher que participa de muitas coisas, muitas reuniões, eu não, eu fico mesmo só em casa, a minha mulher que gosta mais de sair.

Não participo, porque é difícil sair de casa porque tenho meus filhos.

Não participo. Não participo porque não gosto muito de sair de casa e também acredito que pra mim não fará diferença.

Ao interrogarmos os candidatos dos motivos por não participar, nos foram dadas distintas justificativas: “alguém da casa já participava e que não achava necessário a sua própria participação”, ou “que não havia espaços de participação na comunidade”, ou “que não se interessavam em procurar alguma entidade”.

Nesse sentido, identificamos na maioria das falas, que há uma transferência para “os outros” do papel de participação, ou seja, se repassa o poder de decidir e influenciar para os vizinhos, para os filhos, para os políticos, mas não há interesse em ao menos em *fazer parte*.

Esse meu filho ele participa de um projeto lá no 11, não sei se vocês sabem, o OELA, ele faz projeto lá, já teve reuniões eu já fui lá, tava também a minha outra filha mas ela tava doente e não estar podendo mais ir e tem um outro aqui na Francisco de Abreu não sei se vocês conhecem que chamam de gabiraba esse pessoal espirita, eles também participam lá, são mais eles que participam eu não participo porque geralmente não tem quase aqui dentro da comunidade.

Sobre isto, Bordenave (1994) afirma que quando transferimos a nossa participação para alguém, encerra-se um potencial em si mesmo de evolução da consciência crítica e oportunidade de decidir e adquirir poder. Assim, transfere-se o dever de exercer a cidadania para os políticos, lideranças comunitárias, presidentes, representantes de organização e parentes, sem mostrar predisposição para fazer parte da mudança social.

Para os grupos dominantes estabelecidos no centro do poder, a disseminação e a permanência desse tipo de pensamento pode ser muito interessante, pois onde não há participação ativa, não há reclamação, reivindicação e críticas, e conseqüentemente, a manutenção de controle e poder de alguns sobre muitos. Com o objetivo de amenizar esse quadro foram elaboradas legislações que obrigam os poderes públicos a convidar a população para discutir ações públicas, exemplo disso, é a elaboração planos diretores das cidades. No entanto, é feito uma divulgação pequena desses eventos públicos, nos quais, as opiniões do

cidadãos geralmente são ignoradas pelos governantes. Mas não podemos afirmar que todos os governantes tentam desestimular a participação dos cidadãos, mas a grande maioria, não percebe essa prática como um mecanismo para transformação social.

Também identificamos que a não participação de alguns dos entrevistados estava relacionada com estigma de ser ex-hansenianos, como observado em nossa experiência na comunidade:

O Sr. Raimundo possui algum tipo de doença na pele, por isso, quase nunca sai de casa, a sua esposa assume todas as tarefas que precisam ser executadas fora de casa, os filhos moram próximo, todos em área de risco (Diário de campo, 2015).

Nesse sentido, entender a vida e a história das pessoas é necessário para compreender a sua participação ou não participação, pois muitas pessoas acreditam que por serem analfabetos, doentes, pobres e etc., não merecem exercer o seu direito de participação. Segundo Ximenes et al. (2009, p. 90), “a Psicologia Comunitária considera que a vida em condições de pobreza acarreta implicações psicológicas que irão interferir nos modos de organização e significação da realidade cotidiana dos sujeitos”.

Apesar de haver aqueles que não participavam de nada, outros dois entrevistados participam de algumas atividades da associação de moradores das Colônia Antônio Aleixo:

Não. Só sou inscrito só lá naquela associação lá. Tou até atrasado lá. A associação dos moradores da Colônia Antônio Aleixo. Daquela associação lá de cima. Pra mim? Como assim? Não, a associação nunca me beneficiou em nada.

Eu participo lá da associação de moradores, lá da praça. Eu participo das coisas do banco comunitário, inclusive já fiz até empréstimo pra me ajudar algumas coisas, agora estou com dificuldades pra pagar porque estou desempregada.

Mais dois participantes da pesquisa frequentam entidades filantrópicas com o objetivo de conseguir recursos materiais:

Eu só participo da igreja evangélica Assembleia de Deus. Eu vou para os cultos orar, louvar e participar da igreja.

Só a sopa que dão ali que eu vou junto com ela.

E um entrevistado revela não participar de alguma entidade especificamente, mas que participa de alguma reunião quando necessário, independente desta ser organizada por um ou outro grupo:

Eu não participo de um lugar exatamente, mas como meus filhos participam das atividades, sempre que precisa eu vou pra alguma reunião.

Como se nota, entre todos os candidatos que entrevistamos, cinco afirmaram participar de alguma entidade ou atividade na comunidade. Ficou explícito na justificativa desses entrevistados que essa participação estava vinculada a um sistema de concessão de algum tipo de benefício ou contrapartida. Foram relatados os seguintes motivos:

Eu vou para o culto porque preciso de ajuda.

Eu participo da associação e faço empréstimo lá.

Eu participo da associação de moradores porque presto serviço pra lá.

Eu vou pra lá porque eu tomo sopa e recebo atenção.

Nesse sentido, encontramos dois principais motivos que incentivam os entrevistados a participarem de alguma atividade comunitária. A primeira foi revelada na fala dos entrevistados e diz respeito a possibilidade beneficiar-se de algo material, como a distribuição de cestas básicas, lanches, roupas e etc. Pode ser caracterizada como uma participação condicionada e uma estratégia utilizada pelas lideranças comunitárias com a finalidade de conseguir um bom número de presentes nas reuniões. Ao entrevistarmos o presidente da associação sobre a questão da participação dos moradores, o mesmo revelou que é difícil conseguir uma presença efetiva dos moradores nas reuniões. Até mesmo nas reuniões sobre a prestação de contas é necessário prometer que vai ter sorteio ou bingo para conseguir o mínimo de presença das pessoas. Desse modo, conclui-se que o “ganhar algo” faz parte de uma estratégia que os entrevistados encontram para driblar as dificuldades causadas pela falta de emprego e de recursos que pode estar associado a participação passiva dos mesmos. O segundo motivo foi identificado a partir da observação direta e participação do pesquisador em algumas atividades comunitárias, referentes aos serviços gratuitos que são oferecidos para um grande número de comunitários, por exemplo, o fornecimento de água, serviços socioeducativos e transporte coletivo. Nas reuniões em que participamos para discutir algum problema relacionado aos serviços citados, observamos a participação de um grande número de comunitários, principalmente, se o problema está relacionado com a paralisação ou encerramento de algum desses serviços. Os moradores alegam que o bairro é muito carente em serviços públicos, por isso, consideram importante lutar pela permanência de serviços essenciais para comunidade. É importante

destacar que os principais instrumentos utilizados para divulgação das reuniões no bairro é feita utilizando carro som, distribuição de avisos impressos, rádio comunitária e internet.

Existem moradores que estão sempre presentes em todas as reuniões. Alguns são representantes de alguma entidade no bairro, por isso, possuem uma satisfação pessoal e o compromisso em fazer parte das lutas sociais da comunidade que pode ser justificada pela participação em várias ações coletivas que deram certo, ou seja, pelo reconhecimento que fazer algo com os outros é mais eficaz do que fazer sozinho (BORDENAVE, 1994). No entanto, também identificou-se entre essas lideranças interesses políticos, pois, alguns são de partidos políticos ou são representantes dos poderes públicos.

Os ex-hansenianos fundadores da Colônia Antônio Aleixo participam ativamente das reuniões e das lutas sociais do bairro e citam constantemente algumas vitórias, como a interrupção da obra de portos das lajes que causaria um impacto ambiental irreversível no Lago do Aleixo. E a luta mais recente comentada foi a mobilização da comunidade para retirar os invasores do terreno dos poços artesianos, que distribuem água para comunidade. A reintegração do terreno foi feita pelos próprios moradores que também fizeram um trabalho de revitalização ambiental para repor as árvores que haviam sido derrubadas.

Nesse sentido, percebe-se que os ex-hansenianos possuem um sentimento de pertencimento positivo pelo local, pois fazem parte do contexto histórico da comunidade em anos pretéritos e presentes. Sandoval (1994) destaca que os valores, as crenças, a cultura, o contexto histórico contribuem para que as pessoas criem uma visão de mundo sobre a realidade cotidiana, que está relacionada diretamente com o local de moradia. Ferejohn e Pasquino (2001) também concordam que as pessoas possuem em seus estados psicológicos desejos e crenças, e de acordo com esses, farão escolhas e tomarão decisões.

Apesar de a maioria dos entrevistados não participarem de nenhuma entidade, não podemos afirmar que isso seja uma prática generalizada do moradores do bairro. Nesse sentido identificamos três principais motivos para que os entrevistados e os moradores da Colônia Antônio Aleixo participem, são eles: a concessão bens materiais, a luta pela permanência de serviços gratuitos e o sentimento de pertencimento de moradores antigos.

3.4.4. Auto avaliação do nível de participação

Também investigamos como os candidatos avaliavam seu nível de participação na comunidade. Dez responderam que era bom, um disse que era um regular e um que era péssimo. Considera-se a auto avaliação da maioria incoerente, pois identificou-se na pesquisa que não há

participação efetiva dos candidatos na dinâmica da comunidade, por outro lado, percebemos certo desconforto dos entrevistados em atribuírem o conceito péssimo para si mesmos. Vejamos alguns relatos:

Eu considero bom porque quando tinha reunião aqui eu participava sempre, agora que não tem mais.

Não eu acho assim que não é muito bom não, eu vou mais pra escutar e pra participar, mas pra opinar, eu nunca opinei não, pra mim é regular.

Eu não vou pra essas coisas, primeiro porque eu não gosto muito de andar. Pra mim, o meu nível de participação é péssimo.

Pra mim é bom, porque quando eu tenho oportunidade eu vou, eu só não gosto de falar muito, mais eu vou mais pra assistir.

Bom, porque eu vou pelo menos para a sopa.

A Psicologia Comunitária propõe várias formas de participação como: reuniões; encontros; círculo de cultura, onde as pessoas trocam experiências de sua realidade; grupo comunitário de produção, onde as pessoas se juntam para expor os produtos artesanais; caminhada comunitária e outros (GÓIS, 2008). Todas as formas de participação descritas possuem o objetivo fortalecer a atividade comunitária e incentivar a participação efetiva. Algumas dessas ferramentas foram aplicadas com as famílias candidatas como:

a) Oficinas temáticas: são seminários e orientações sobre determinados assuntos de relevância social, identificados no mapeamento da comunidade. São desenvolvidas com os participantes do projeto uma vez por mês, dividindo-se por turmas e por faixa etária. Como didática são usados vídeos, jogos, colagem, pintura, construção de cartazes e flip chart.

b) Grupo de convivência: o grupo de convivência é um encontro com as famílias atendidas pelo projeto. Visa fortalecer os vínculos familiares, comunitários e o autoconhecimento do sujeito, considerado a singularidade e o saber da comunidade como instrumento de troca de saberes e de enriquecimento profissional. Assim, são utilizadas dinâmicas, o diálogo, jogos, apresentação em cartazes, vídeos como forma de sensibilização e interação com os participantes do grupo.

Nesse sentido, observou-se que o melhor meio para criar um clima de participação é incentivar a construção coletiva de todos. O trabalhador social deve ser o mediador do diálogo e das atividades, a serem executadas com as famílias, portanto, não pode agir como se, seu saber fosse a única verdade a ser ouvida.

3.4.5. Crença no poder da comunidade para resolver problemas sociais

Percebe-se por parte dos moradores que não há vontade pessoal em promover mudança social na comunidade, eles estão demasiadamente preocupados com sua própria situação e não conseguem enxergar além do que se passa dentro de suas casas. Por isso, não conseguem responder com segurança qual são os problemas da comunidade. Embora, o que existe de externo atinja eles de tal forma que os submetem a condição de falta de humanidade. Como constata-se nas falas:

Nem sei te dizer. O problema só é mais nessa rua que o pessoal começa mas não termina.

Como aqui nessa rua? Falta fazer essa rua que é cheia de lama, não pode nem andar que o nosso pé fica todo sujo.

Falta muita coisa, o que falta mesmo é segurança que não tem.

A respeito da crença do poder da comunidade para resolver esses problemas sociais, onze candidatos disseram acreditar na união da comunidade, enquanto apenas um dos entrevistados, que alega ter visto muita gente prometer algumas coisas que nunca passou de promessa. Sete atribuíram a resposta positiva porque acreditam que as pessoas quando estão unidas podem conseguir resultados efetivos para os problemas sociais, como exemplificado abaixo:

Eu acredito que tem poder sim pra resolver. Porque as pessoas unidas podem conseguir algumas coisas, mas eu não estou muito nesse meio porque meu marido é doente, tem os meus netos, eu fico mais em casa mesmo.

Pode eu acho, porque quando as pessoas estão juntas elas conseguem melhor as coisas.

Tem. Se o povo for unido, entrar como uma ação, todo mundo junto tem poder pra resolver, agora tem uns que são unidos mas tem alguns que são desunidos.

Acredito sim, porque quando as pessoas fazem pressão, esses políticos atendem o que as pessoas querem.

Os outros quatro entrevistados justificaram que acreditam que a comunidade tem poder pra resolver problemas sociais devido às conquistas comunitárias adquiridas por meio da união entre as pessoas em situações passadas:

Elas podem porque, já teve um abaixo - assinado aqui pra ajeitar essa rua ai eles vieram aqui fizeram alguma mais não terminaram ainda.

Com certeza a união faz a força. Aqui nós já vimos uma ação dessa, nós conseguimos

vencer esses empresários desses ônibus com a força do nosso presidente.

Eu acredito, se as pessoas se unirem elas podem conseguir. Porque eu já vi aqui na rua as pessoas se unirem pra resolver o problema do buraco que tava ai, agora eles tamparam tudo.

Apesar de a grande maioria acreditar no poder que as pessoas possuem quando estão unidas, o que evidencia-se na prática é uma atitude fatalista, ou seja, “é como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos de tal forma, que pouco se pode fazer para alterá-la” (IAMAMOTO, 2011, p.22).

Um afirmação negativa e sincera não parece ser a melhor opção para quem pretende se beneficiar-se com algo, mas na realidade e na prática as pessoas que se encontram em condição de extrema pobreza dificilmente acreditam que podem sair de tal situação. E muitos vinculam essa imutabilidade com falta de sorte ou castigo divino, e quando alguém apresenta novas possibilidades, acreditam ser somente promessas que nunca serão cumpridas. Freire (2001) descreve que a paralização é renúncia do homem diante da sua realidade. O sentimento de impotência do homem sobre a sua vida ele sente-se predestinado sobre ela e incapaz de agir sobre seu próprio destino. Para GÓIS (2008, p.136) “o fatalismo e o sofrimento do cotidiano seriam as primeiras manifestações do disestresse individual, ou estresse negativo decorrente da vida em condição de pobreza, vivido pelos moradores das periferias”.

Identificamos que o sentimento de resignação frente ao próprio destino e a aceitação dos insucessos na vida, característicos do que Martin-Baró (1998) denomina de fatalismo, são vivenciados pelos moradores para amenizar o sofrimento decorrente das condições vividas em que estão inseridos. Ou seja, é preferível não acreditar, não sonhar, não participar, para evitar outro sofrimento de algo pretendido que não daria certo. Há pessoas que não desejam romper com essa visão fatalista, pois conformar-se parecer ser menos desgastante.

3.5. Conclusão

Conforme apresentado acima, o resultados da pesquisa revelaram a organização física e social da Colônia Antônio Aleixo, assim como a importância histórica do lugar, principalmente para os ex-hansenianos, que atribuem ao bairro um valor significativo e lutam constantemente por melhorias para as comunidades juntamente com outras entidade organizadas. Em seguida trouxemos o perfil dos entrevistados referente a aspectos socioeconômicos e de moradia. Tais dados foram importantes para conhecer mais a fundo a situação dessas famílias, caracterizada pela extrema pobreza e pela fragilidade de vínculos familiares e comunitários. As questões

referentes à participação foram importantes para demonstrar que as pessoas não possuem uma cultura participativa consolidada. Por isso, não se interessam em tomar parte de decisões que muitas vezes influenciarão suas vidas, delegando o ato de participar sempre para outro. Nesse viés, a Psicologia Comunitária apresenta uma contribuição inovadora para aqueles que desejam ser agentes de mudança social e para criar espaços de participação efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou que os candidatos ao programa Minha Casa Minha Vida na comunidade da Fé I, possuem um entendimento muito fraco sobre o que é participação e na prática não se distanciam dessa realidade. No entanto, isto não quer dizer que a Colônia Antônio Aleixo seja um bairro que não tenham pessoas participativas. Durante nossas observações na comunidade, pudemos acompanhar várias ações coletivas que contaram com um número considerável de moradores. As principais justificativas identificadas para participação dos comunitários estão relacionadas com a satisfação pessoal, a vontade de promover mudança, o reconhecimento de que fazer algo com os outros é mais eficaz do que fazê-lo sozinho, o desenvolvimento da identidade coletiva adquirido através do sentimento de pertencimento e a possibilidade de aquisição de bens materiais.

Concordamos com o Bordenave (1994) que a participação precisa ser ensinada, é um processo de aprendizagem, ou seja, as pessoas aprendem a participar, praticando a participação. Ao contrário, dos sujeitos que não tiveram essa oportunidade não aprenderão ato de participar. Para além de todas as atividades, capacitar a população de forma crítica deve ser o primeiro compromisso do trabalhador social. Dependendo do posicionamento político do trabalhador social, o mesmo, pode assumir uma postura propositiva diante da população atendida ou pode perpetuar as a ideologia de dominação.

Embora seja preconizado pela política de habitação de interesse social que as famílias devam participar efetivamente de todo o processo decisório referente ao projeto local das novas casas, dificilmente isso acontece nos programas. As reflexões apontadas por gestores, pesquisadores, profissionais e etc. no seminário internacional sobre o trabalho social, realizado em Brasília, em 2010, afirmam que a questão da participação efetiva das famílias no trabalho social é um dos desafios que deve ser alcançado. Isso porque é preciso conhecer o que as famílias são, fazem ou desejam para o projeto, pois são elas que vão morar na nova casa.

Isto não quer dizer que as famílias não participam de nenhuma forma, no entanto, o que se observa nos atuais trabalhos realizados pelas entidades, é que a participação das famílias fica restrita ao nível da informação. Neste nível, os dirigentes só informam às famílias as decisões já tomadas pelos profissionais do trabalho social. Ou seja, os profissionais decidem onde vai ser a casa, como vai ser a casa, o que vai ter na casa, que tipo capacitação as famílias vão receber, sem ao menos tentar criar formas para que haja um clima propício à participação, como se as próprias famílias fossem incapazes de decidir o que será melhor para elas. Mesmo que

exista a extrema necessidade de obter uma moradia digna, não se deve sujeitar as famílias a se encaixarem em um projeto totalmente fora da realidade delas. É necessário levar em consideração a opinião das famílias, respeitar o seu modo de vida e envolver elas no processo decisório.

Em geral não há uma sensibilidade por parte dos trabalhadores sociais sobre os percursos de vida percorridos pelas famílias, que muitas vezes são caracterizados por terem baixa qualificação educacional, vínculos familiares fragilizados, extremamente pobres e fatalistas. Toda essa situação pode parecer um cenário perfeito para os trabalhadores sociais que acham que a população deve ser mera expectadora do programa e não têm direito a voz e veto, pois não possuem conhecimento suficiente para opinar.

Neste sentido, os estudos da Psicologia Comunitária se faz importante, pois possibilita olhar para as famílias que acessam o programa de habitação e perceber as diversidade de situações, as diferenciações internas, as formas de sociabilidade e pertencimento, os percursos individuais e coletivos. A Psicologia Comunitária tem como objetivo promover a transformação social e gerar uma consciência crítica. Essa perspectiva é importante para que se possa sensibilizar os comunitários, de modo, que não assumam uma posição de alienação em relação aos problemas sociais e nem deleguem a outros o poder de decisão que se sobreponha a vontade da comunidade. Um estudo realizado por Góis (2005) em uma comunidade concluiu que quando os moradores participam efetivamente da vida da comunidade, estes, desenvolvem uma consciência mais crítica e isso permite buscar formas mais complexa de pensar e de atuar nas atividades comunitárias.

Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de pesquisas que possam orientar as equipes técnicas sobre as formas de planejar as intervenções sociais, principalmente daquelas que estão em extrema vulnerabilidade. Tudo isso, apresenta-se como uma proposta inovadora para os profissionais que executam o trabalho social, pois o que se percebe é que estes estão acostumados a lidar com a comunidade, mas não a fazer uma gestão participativa que leve em conta a compreensão e a vontade das famílias – proposta que também pode ser incluída no manual de trabalho social a nível nacional. Desse modo, a pesquisa pode se constituir como fio condutor para que a Psicologia Comunitária em programas de habitação de interesse social possa ser incluída no trabalho junto às famílias. Isso porque, tal campo do saber oferece referencial teórico suficiente para que se possa compreender como as famílias se relacionam na comunidade, além de propor ferramentas para o fortalecimento, autonomia e participação.

REFERÊNCIAS

- AMARO, J. Sentimento psicológico de comunidade: Uma revisão. *Análise psicológica*, Lisboa, v.1, n. 15, p. 25-33, 2007.
- ARENDT, R. J.J. Psicologia comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.10, n.1, p.1-8, 1997
- BAPTISTA, M.V. *Planejamento Social: Intencionalidade e instrumentação*. Lisboa: Veras, 2000.
- BARBOSA, M. I. Planejamento participativo como instrumento da Psicologia Comunitária. In: BRANDÃO, I. R.; BOMFIM, Z. A. C. (orgs.). *Os jardins da Psicologia Comunitária: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial*. Fortaleza: ABRAPSO, 1999.238p.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil*. *Análise Social*, v.24, n.127, p.711-732, 1994.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85 p. (coleção primeiros passos).
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Habitação*. Cadernos MCidades nº 4. Brasília:MC, 2004. 104 p.
- _____. Ministério das Cidades. *O Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Aliança das Cidades, 2010a. 120 p.
- _____. Ministério das Cidades. *Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários*. Brasília: MC, 2010b. 82 p.
- _____. Ministério das Cidades. *Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida*. Brasília: MC, 2014. 124 p.
- CABRAL, M. Habitação e questão social: análise do caso brasileiro. *Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona. v.09, n.194, p.1-26, 2005.
- CALEGARE, M. G. A. et al. Sociabilidade e espacialidade nas comunidades de unidades de conservação no Amazonas. In: HIGUCHI, M. I.; FREITAS, C.C.; HIGUCHI, N. (orgs.) *Morar e viver em uma unidade de conservação no Amazonas: Considerações socioambientais para os planos de manejo*. Manaus: (s.n), 2013, 268p.
- CARVALHO, J. E.C. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em Psicologia Comunitária. *Psicologia & sociedade*, v. 20, n. 2, p. 174-180, 2008.LHO
- CARVALHO, J.S. Direitos humanos, cidadania e práticas educativas. In: alfabetização e cidadania. São Paulo, n 7, p.23-31. Jul, 1998.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COSTA, G.P. *Cidadania e participação: impactos da política social num enfoque psicopolítico*. Curitiba: Juruà, 2009.244p
- DEFESA CIVIL DO AMAZONAS. *Relatório técnico sobre as áreas de risco da Colônia Antônio Aleixo*. Manaus: DCA, 2014
- ELVAS, S.; MONIZ, M.J.V. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. *Análise psicológica*, Lisboa, v. 3, n 28, p. 451-464, 2010.
- FELIPPE, M. L.. Casa: uma poética da terceira pele. *Psicologia & Sociedade*, v.22, n.2. p. 299-308, 2010.
- FERNANDES, N. N.; OLIVEIRA, A. C. T. Marechal Hermes e as (des)conhecidas origens da habitação social no Brasil: o paradoxo da vitrine não-vista. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona. v.14, n.331, p.1-17, 2010.

- FEREJOHN J. ; PASQUINO P. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16,n.45, p.5-24, 2001.
- FISCHER, G. N. *Psicologia Social do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, s/d.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática de libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*: São Paulo: centaur, 2001.
- FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006. p.54-80.
- FREITAS, M. F. Q. Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para o processo de conscientização e participação comunitária. In: LACERDA JR, F.;GUZZO, R. S. L. *Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. Campinas, SP: Alínea editora, 2010. p.83-98.
- FUNDAÇÃO J.P.. Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Belo Horizonte: Centro de Estatísticas e Informações, 2013. 78p.
- GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações: In: TASSARA. E.; RABINOVICH, E.; GUEDES, M.C.(orgs). *Psicologia e ambiente*. São Paulo: EDUC,2004.
- GÓIS, C.W. L. *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. 240 p.
- _____. *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.
- _____. *Noções de psicologia comunitária*. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC,1994.
- GUNTHER, I. A de; FRAGELLI, T.B. Estresse ambiental. In: CAVALCANTE,S.; ELALI, G. A. (orgs) *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- IAMAMOTO, M.V.O. *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 326p.
- IANNI, O. *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1986.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. SIS. Síntese de Indicadores Sociais. Brasília: IBGE, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília, 2011.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia Científica*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LANE, S. T.M . Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. *Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia*. Rio de janeiro: Vozes, 1996 . p.17-33.
- LARCHER, J.V.M. *Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitações de interesse social*. 2005, 41p. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.
- MARICATO, E. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTIN, B. I. El latino indolente. In: BLANCO, A.(org.). *Psicología de la Liberación* . Madrid: Trota, 1998.
- MINAYO, M. C. S de. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MONTALI, L. (2004). Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 21, n. 2, jul/dez, 2004.
- MONTERO.M. *Introducción a la Psicología Comunitária: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós, 2004a.
- MONTERO,M. *Teoria y practica de la psicología comunitária: la tensión entre comunidad y*

- sociedad. Buenos Aires: Paidós, 2004b.
- MOTTA, L. D. *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade*. 2010. Disponível em: < http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMCMOTTA_Luana__A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de set, 2014.
- MOURÃO, A. R. T.; CAVALCANTE, S. Identidade de lugar. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (orgs.). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2011.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Vulnerabilidade Socioambiental das Regiões Metropolitanas Brasileiras*. Brasília: UFRJ, 2009.
- OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P. Conjuntos habitacionais e a expansão urbana de Manaus: Filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais. *Revista de Geografia da UFC*, ano 06, n.11,p.1-13, 2007.
- ORNELAS, J. Psicologia Comunitária. Origens, fundamentos, e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, ano 3, n. 15 ,p. 375-388, 1997.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob o fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização*. no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- RANCIARO, M. M. M. A. *Andirá: memórias do cotidiano e representações sociais*. Manaus: EDUA, 2004.
- RAICHELIS, Raquel, OLIVEIRA, Isaura I. M. C., PAZ, Rosângela D. O. Metodologia /Plano de Trabalho Social. Programa de Locação Social (PLS). Relatório Final. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - IEE/PUCSP. São Paulo, abr./2006.
- RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. *De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus - AM)*. 2011. 283 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ROCHA T. G.; PINHEIRO, F. P. H. A. Políticas cognitivas da Psicologia Comunitária: a meio caminho entre a reconhecimento e a invenção. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 486-495, 2011.
- SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, Mary Jane (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v.1, n.1, p. 173- 195. 2001.
- SÁNCHEZ, V. A. *Psicología comunitaria: Bases conceptuales y operativas, métodos de intervención*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1991.
- SCARPARO, H. B. K. ; GUARESCHI, N. M. F. Psicologia social comunitária e formação profissional. *Psicologia & Sociedade*, v.19, n. 2, p. 100 -108, 2007.
- SCHERER, Elenise. *Questão Social na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.
- SEVERIANO, A. *Mesmo com avanço, Manaus mantém índice de IDH baixo*. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/am/amazonas/noticia>>. Acesso em 27 de ago. 2015.
- SILVA, M. O. S. *Política habitacional brasileira: frente e verso*. São Paulo: Cortez, 1989.
- TROUDI, H. E.; HARNECKER, M.; BONILLA, L. (Orgs.). *Ferramentas para a participação: construindo o socialismo do século XXI*. Fortaleza: UFC, 2010. 272 p. (coleção nossa cultura, série Boliviana, v.1).
- VALLADARES, L. P. (Org.). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 196p.
- VITALE, M. A. F.; ACOSTA, A. R. (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015. 348 p.

- XIMENES V. M.; BARROS, J.P.P. Perspectiva histórico-cultural: Que contribuições teórico-metodológicas podem dar à práxis do psicólogo comunitário? *Psicologia argumento*, Curitiba, v. 27, n. 56, p. 65-76, jan./mar. 2009.
- XIMENES, V. M.; GÓIS, C. W. L. Psicologia Comunitária: Uma práxis libertadora latino-americana. In: LACERDA JR, F.; GUZZO, R. S. L. *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social*. Campinas: Alínea , 2010.p.46-64.

ANEXO I

Termo de consentimento livre e esclarecido

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO realizada pela Mestranda em Psicologia, Elaine de Azevedo Pires sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare. Essa pesquisa pretende levantar o perfil socioeconômico e pesquisar o nível de participação dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida no Complexo da Colônia Antônio Aleixo. Nesse estudo o Sr.(a) participará respondendo um formulário sobre aspectos socioeconômicos e uma entrevista sobre participação. A entrevista só será gravada em áudio, se houver, sua autorização. Sua participação na pesquisa é voluntária, por isso não gerará qualquer tipo de despesa e também não receberá qualquer tipo de pagamento. O Sr.(a) tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Riscos: Os riscos de sua participação na pesquisa são mínimos, resumindo-se ao constrangimento ou desconforto, porém havendo qualquer indício desses, a pesquisa será interrompida de imediato e os dados obtidos desconsiderados.

Benefícios: A realização desta pesquisa será de grande relevância acadêmica, científica e social, especialmente, para o grupo investigado que terá a oportunidade de amplamente opinar sobre o projeto em geral.

Sigilo: Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com os pesquisadores no endereço: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Psicologia, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077-000, Manaus, telefone (92) 3305-4127. Ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Informação

Eu.....,fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração,e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/____/____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador



Impressão, caso não saiba assinar

ANEXO II

Formulário socioeconômico

I. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA

Formulário nº

Data:

1. DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. DADOS SOCIOECONÔMICOS

1.1 Nome do participante: _____

1.2 Sexo

1.3. Idade

Sexo	M	F
	1	2

Idade	
-------	--

1.4 Cidade de origem: _____ 1.5 Bairro que mora: _____

1.6 Estado Civil:

1.7 Têm filhos?

Estado Civil	Solteiro	União Estável	Casado	Separado	Viúvo
	1	2	3	4	5

Nº Filhos	
-----------	--

1.8 Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? _____

1.10 Trabalha carteira assinada:

CTPS assinada	Sim	Não
	1	2

1.11 Qual é a sua renda familiar mensal?

Renda Total	Até 1 salário (R\$ 788,00)	Até 2 salários (R\$ 1.576,00)	De 2 a 5 salários (R\$ 1.576,00 a R\$3.940,00)
	1	2	3

1.12 Qual é o seu grau de escolaridade?

Escolaridade	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo
	1	2	3	4	5	6	7

2. MORADIA

2.1 Quanto tempo mora na comunidade

mora na comunidade	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	Sozinho (a)
	1	2	3	4

2.2 Reside com:

Reside com	Pais e familiares	Companheiro (a)	Filhos e agregados	Sozinho (a)	Total de Hab
	1	2	3	4	

2.3 - A Casa em que sua Família Reside é:

Casa em que a família reside	Emprestada ou cedida	1	Por quem?				
	Alugada	2	Valor do Aluguel				
	Própria	3	Como adquiriu a casa	Invasão	Compra	Troca	Outro

2.4. Possui algum documento da casa?

Doc da casa	Sim	Não
	1	2

2.5 Sua Casa é:

Casa de	Madeira	Alvenaria	Mista
	1	2	3

2.6 Sua casa está assentada em:

casa

A casa está assentada em	Barranco	Beira do Rio	Beira do Igarapé	Outro
	1	2	3	

2.7 Na sua rua há iluminação?

Rua iluminação	Sim	Não
	1	2

2.8 Há água encanada?

Água encanada	Sim	Não
	1	2

2.9 Sua rua é asfaltada?

Rua asfaltada	Sim	Não
	1	2

2.10 Possui rede de esgoto?

Rede de esgoto	Sim	Não
	1	2

2.11 Quantos compartimentos tem sua casa?

1	2	3	4	5	6	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	----

2.12 Sente seguro na comunidade que mora?

Segurança na Comunidade	Sim	Não
	1	2

2.13 Como avalia os serviços de transporte coletivo?

Avaliação transporte coletivo	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo	Excelente
	1	2	3	4	5

2.14. O (A) Sr(a) já participou de algum programa de habitação?

Qual? _____

Participação em programa de habitação	Sim	Não
	1	2

ANEXO III

Entrevista Semiestruturada

- 2.1 O Sr. participa de alguma entidade ou associação? Qual? E o que faz?
- 2.2 Que papel tem a política na sua vida?
- 2.3 Acredita que sua comunidade tem poder político na resolução de problemas sociais? Por quê?
- 2.4 O Sr.(a) se interessa pelos problemas sociais de sua comunidade? Por que?
- 2.5. O que Sr (a) acha que falta em sua comunidade?
- 2.6 Em sua opinião, qual é a melhor forma de discutir problemas da comunidade?
- 2.7 O Sr (a) acha importante opinar sobre as soluções e decisões dos projetos presentes em sua comunidade? Por quê?
- 2.8 Com que frequência o Sr (a) participa das reuniões que discutem problemas da comunidade?
- 2.9 Como você avalia seu nível de participação na discussão e resolução de problemas da comunidade?

ANEXO IV

Parecer do comitê de ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A habitação de interesse social e a questão da participação no trabalho social

Pesquisador: ELANE DE AZEVEDO

PIRES Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 40622114.9.0000.5020

Instituição Proponente: Faculdade de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 972.457

Data da Relatoria: 25/02/2015

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa a ser realizada em nível de mestrado pela discente Elane de Azevedo Pires, através do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FAPSI/ UFAM, sob a orientação do Prof. DR. Marcelo Gustavo de Aguillar Calegare. A pesquisa será consubstanciada através da abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como método a pesquisa-ação. Para tanto, serão realizados: 1. Aplicação de questionário para identificar o perfil socioeconômico do público-alvo; 2. Entrevistas semiestruturadas aos representantes de 12 famílias que vivem na área de abrangência da pesquisa; 3. Observação participante; 4. Visitas domiciliares; 5. Pesquisa documental; 6. Realização de reuniões comunitárias para devolutiva dos dados obtidos, fomentando assim, decisões por parte da comunidade em relação às políticas de habitação a elas destinadas. Os dados obtidos no questionário serão tratados através de estatística descritiva e, os dados coletados nas entrevistas, observações, visitas e reuniões serão sistematizados e analisados através de análise de conteúdo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que a pesquisadora responsável através do recurso apresentado, solucionou todas as pendências em conformidade com a Res. 466/2012, somos de parecer favorável à sua aprovação e execução após emissão de parecer final deste Comitê.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 04 de Março de 2015.

ANEXO V

Termo de anuência



TERMO DE ANUÊNCIA

A Associação dos Moradores e Amigos do Complexo Colônia Antônio Aleixo está ciente e autoriza a discente Elane de Azevedo Pires da Universidade Federal do Amazonas a realizar a pesquisa intitulada "A habitação de Interesse Social e a Questão da Participação no Trabalho Social, tendo como orientador responsável o Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilhar Calegare.

Manaus 06 de Julho de 2015.

Cleudo Assunção de Souza
Presidente AMACCAA

.....
Cleudo Assunção de Souza
Presidente
RG: 857526-6